

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**A BOLA E A CARTOLA: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DO FUTEBOL  
BRASILEIRO**

MIGUEL FARIA GUERRA E CUNHA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A BOLA E A CARTOLA: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DO FUTEBOL  
BRASILEIRO

MIGUEL FARIA GUERRA E CUNHA

Orientador: Prof. Dr. Maurício Hoelz Veiga Júnior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.


Seropédica  
Fevereiro de 2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**


**MIGUEL FARIA GUERRA E CUNHA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/02/2024

Documento assinado digitalmente  
 **MAURICIO HOELZ VEIGA JUNIOR**  
Data: 26/08/2024 14:17:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maurício Hoelz Veiga Júnior, Dr. PPGCS/UFRRJ (orientador)

Documento assinado digitalmente  
 **MARCO ANTONIO PERRUSO**  
Data: 27/08/2024 09:59:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marco Antônio Perruso, Dr. PPGCS/UFRRJ

Documento assinado digitalmente  
 **LUCAS CORREIA CARVALHO**  
Data: 26/08/2024 20:00:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Correia Carvalho, Dr. PPGS/UFF

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C972b Cunha, Miguel Faria Guerra e , 1998-  
A bola e a cartola: uma sociologia política do  
futebol brasileiro. / Miguel Faria Guerra e Cunha. -  
Rio de Janeiro, 2024.  
113 f.

Orientador: Maurício Hoelz Veiga Júnior.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais, 2024.

1. Futebol. 2. Sociologia política. 3. Pensamento  
social brasileiro. 4. Federalismo. I. Júnior, Maurício  
Hoelz Veiga, 1986-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais III. Título.

## RESUMO

### A BOLA E A CARTOLA: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DO FUTEBOL BRASILEIRO

Miguel Faria Guerra e Cunha

Orientador: Prof. Dr. Maurício Hoelz Veiga Júnior

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

A presente dissertação tem por finalidade demonstrar como princípios de valores típicos ideais opostos de coordenação das relações sociais - o arcaico e o moderno - funcionam, a despeito de seu caráter ambivalente, como uma unidade em constante interação na política do futebol brasileiro. Ao utilizar os recursos heurísticos da sociologia política, a pesquisa adota uma perspectiva macrosocial e historicamente orientada do processo de mudança social não disruptivo da sociedade brasileira, a fim de analisar material empírico de eventos que correspondem ao desenvolvimento da institucionalização da estrutura política do futebol no Brasil, à sua dinâmica de funcionamento e às ações dos atores nela envolvidos. A hipótese da pesquisa é que a sequência de desenvolvimento histórico do Estado nacional brasileiro caracterizada por uma modernização conservadora de suas estruturas incidiu no formato organizacional do futebol que se designa pela existência de mecanismos políticos que derivam em relações pessoalizadas dentro de uma estrutura de aparência burocrática e, por conseguinte, impessoal. A resultante da interação entre arcaico e moderno é o controle das mudanças estruturais ao longo dos anos por parte dos dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol em aliança com as federações estaduais enquanto atores políticos chave, formando um sistema de características patrimonialistas e clientelistas caracterizado por um “circuito fechado”, tendo em vista que o *ethos* estamental dos mesmos é explicado a partir da prevalência, de uma perspectiva de longa duração, de aspectos privatistas contidos na cultura política brasileira.

Palavras-chave: futebol; modernização; sociologia política; CBF e federações estaduais.

Seropédica

Fevereiro de 2024

## ABSTRACT

### THE BALL AND THE TOP HAT: A POLITICAL SOCIOLOGY OF BRAZILIAN FOOTBALL

Miguel Faria Guerra e Cunha

Orientador: Prof. Dr. Maurício Hoelz Veiga Júnior

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

The purpose of this dissertation is to demonstrate how principles of opposing ideal typical values of coordination of social relations - the archaic and the modern - operate, despite their ambivalent nature, as a constantly interacting unit in Brazilian football politics. By using the heuristic resources of political sociology, the research adopts a macrosocial and historically oriented perspective of the non-disruptive social change process in Brazilian society, in order to analyze empirical material from events corresponding to the development of the institutionalization of the political structure of football in Brazil, its operational dynamics, and the actions of the actors involved in it. The research hypothesis is that the sequence of historical development of the Brazilian national state characterized by a conservative modernization of its structures impacted the organizational format of football, which is marked by the existence of political mechanisms that result in personalized relations within a seemingly bureaucratic and, consequently, impersonal structure. The result of the interaction between archaic and modern is the control of structural changes over the years by the leaders of the Brazilian Football Confederation in alliance with the state federations as key political actors, forming a system characterized by patrimonialist and clientelist characteristics within a "closed circuit," considering that their status ethos is explained by the prevalence, from a long-term perspective, of privatistic aspects contained in Brazilian political culture.

Keywords: soccer; modernization; political sociology; CBF and state federations.

Seropédica

Fevereiro de 2024

## AGRADECIMENTOS

“As pessoas podem mudar tudo: de cara, de casa, de família, de namorada, religião, de Deus... Mas há uma coisa que não se pode mudar, Benjamin... Não se pode trocar de paixão.” Retiro este belo diálogo do filme argentino “O segredo dos seus olhos” (2009) para reiterar minha motivação na realização da presente pesquisa e a escolha do futebol como objeto de estudo sociológico.

A concretização desta dissertação não seria possível sem o amparo acadêmico, financeiro, motivacional e emocional de determinadas pessoas e instituições tão importantes.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador Maurício Hoelz pela abertura de caminhos inesperados na pesquisa a partir de críticas, sugestões e elogios, seja a partir de reuniões formais ou conversas informais no trajeto Seropédica – Rio de Janeiro, que me deram a confiança necessária para o trabalho tomar a forma, se não perfeita do ponto de vista sociológico, como eu imaginava quando comecei a escrevê-lo.

À banca de qualificação composta pelos professores Lucas Carvalho e Josué Medeiros pelos apontamentos cirúrgicos que tornaram os resultados desta dissertação possíveis.

À mesa de debate do Simpósio Internacional do Futebol, organizado pelo Museu do Futebol, pelo diálogo profícuo que me rendeu a certeza onde minha pesquisa se inseria na fortuna crítica dos estudos de relevantes pesquisadores de futebol no Brasil.

Aos professores e colegas integrantes do Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS) pelos seminários e conversas virtuosas para a composição do trabalho.

À Biblioteca Nacional por disponibilizar farto material jornalístico de forma tão organizada e de fácil acesso em sua hemeroteca digital.

À minha família e amigos. É necessário agradecer especialmente a Thais Climaco enquanto amiga de todas as horas e pessoa na qual, em conjunto, passei por todos os percalços inerentes a um mestrado acadêmico.

Agradeço especialmente ao meu grande amor e companheiro de todos os momentos de vida Lucas Cêh, que participou ativamente de toda minha trajetória ao longo do mestrado, dando todo o apoio e abrigo emocional necessários para seguir adiante.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



(...) o futebol brasileiro torna possível em campo aquilo que a sociedade brasileira sistematicamente não realiza (democracia racial em ato, elevação dos pobres à máxima importância, competência inequívoca no domínio de um código internacional). Para que seus dons se irradiassem para áreas menos lúdicas, seria preciso passar por algo como uma segunda abolição da desigualdade (para além da dicotomia de raças) e ao mesmo tempo por uma cura do dispositivo doentio segundo o qual o país é ou receita de felicidade ou fracasso sem saída — ou total ou nulo, ou panaceia ou engodo, ou paradisíaco ou infernal. A meu ver, essa é, aliás, a precondição imaterial de qualquer outra mudança.

José Miguel Wisnik, *Veneno remédio: O futebol e o Brasil*, 2008

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1. SEQUÊNCIAS DA NACIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL: FRAGMENTAÇÃO DO PODER E FEDERALISMO COMO “PROJETO”	17
1.1 O início: football, um <i>sport</i> pretensamente aristocrático	18
1.2 Dissidências políticas e o poder fragmentado	21
1.3 Os anos 30 e a intervenção do Estado Novo	29
1.4 “Pra frente, Brasil!”: a ditadura militar entra em campo	35
1.5 CBF: conflitos e tensões entorno de seu surgimento	40
CAPÍTULO II	
2. CARTOLAGEM, BOLA E VOTO	48
2.1 Clube dos Treze: um movimento em busca da independência	50
2.2 Lei Zico e Lei Pelé: a modernidade legislativa em vista	60
2.3 As federações, a CBF e os mecanismos políticos garantidores da estrutura	70
CAPÍTULO III	
3. CARROSSEL BRASILEIRO	78
3.1 As origens sociais da autocracia da bola	79
3.2 Outra rota para o futebol moderno: o caso inglês	95
NOS ACRÉSCIMOS, OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMEA – ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE ESPORTES ATLÉTICOS

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

APEA – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESPORTES ATLÉTICOS

CBD – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS

CBF – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

CND – CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

FBE – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESPORTES

FBF – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

FBF – FEDERAÇÃO BAHIANA DE FUTEBOL

FERJ – FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FGF – FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

FIFA – FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION

FMF – FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE FUTEBOL

FMF – FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL

FPF – FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL

LCF – LIGA CARIOCA DE FUTEBOL

METRO – LIGA METROPOLITANA DE DESPORTOS TERRESTRES

PRN – PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## INTRODUÇÃO

Entre glórias e fracassos, o futebol brasileiro não é feito só de Pelé, Ronaldos e Vinícius Júnior. Mas também de João Havelange, Ricardo Teixeira, Marco Polo Del Nero e José Maria Marín. Há um outro jogo, cuja regra é contraditória e deliberadamente clara e obscura ao mesmo tempo, que se disputa no campo da política. A presente dissertação tem como objetivo demonstrar como a organização política do futebol brasileiro sustenta em sua dinâmica de funcionamento elementos arcaicos e modernos que por vezes se confundem historicamente com um certo baralhamento entre “público” e “privado”. Pretende-se argumentar que o caráter ambivalente desses princípios opostos de coordenação das relações sociais, encontra na estrutura política do futebol um campo propício à convivência - se não harmônica, eficiente do ponto de vista dos detentores do poder - de relações pessoalizadas inseridas em uma organização dotada de feição impessoal e burocrática. Funcionando como uma *unidade contraditória* – categoria tomada de empréstimo da socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) – arcaico e moderno são partes articuladas do processo histórico de longa duração de institucionalização do futebol brasileiro, das incipientes iniciativas de organização do desporto importado em solo nativo até episódios contemporâneos envolvendo o protagonismo nacional no cenário global.

Lançando mão do diagnóstico compartilhado por diferentes intérpretes do Brasil de uma hipertrofia do privado em relação ao público na cultura política brasileira (BOTELHO, 2011), a hipótese da dissertação é a de que os interesses particularistas dos dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) – entidade máxima do futebol nacional - e das federações estaduais acabam por conformar uma estrutura de poder que remete ao sistema coronelístico de reciprocidade assimétrica investigado por Victor Nunes Leal (1997) no período da Primeira República (1889-1930). Nesse sistema, todos os atores da cadeia e suas relações nos níveis federal, estadual e municipal são importantes para o funcionamento dessa dinâmica clientelística, tal como demonstra Leal em relação ao papel decisivo do aparente “elo fraco”, a esfera municipal, para as decisões no âmbito da política nacional. Não obstante a existência de eleições periódicas salvaguardadas por estatutos e regimentos compatíveis com uma organização burocrática impessoal, a política do futebol no Brasil é moldada através de diversos mecanismos privatistas que possibilitam a perpetuação dos interesses dos dirigentes da CBF e das federações

estaduais. As práticas desses agentes em posições de mando, detentores do monopólio decisório da política do futebol brasileiro, acabam por criar e recriar – quando na iminência de alterações que coloquem em risco suas bases estamentais de poder – o sentido do funcionamento do sistema de modo a, dirimindo o conflito, não permitir mudanças significativas, e disruptivas, em seu interior. Exercem, em suma, um controle político da mudança (FERNANDES, 2020).

Nesse sentido, a análise sociológica do futebol aqui realizada visa também contribuir para o debate acerca da tenacidade de padrões e dilemas da mudança social no Brasil, interpretando os lances do jogo político do futebol como uma das mais eloquentes figurações desse processo histórico truncado. A pesquisa dialoga, assim, com a ampla literatura sobre a arquitetura política do futebol brasileiro (MAZZONI, 1950; LEVER, 1983; CALDAS, 1990; LOVISOLO e SOARES, 1997; SARMENTO, 2006; MAGALHÃES, 2010 e MASCARENHAS, 2014), os entraves à sua modernização (HELAL, 1997 e PRONI, 2000) e seus nexos socioculturais específicos (FRANCO JR., 2007 e WISNIK, 2008), o que torna possível enxergar dimensões macrossociológicas que auxiliam a identificar comparativamente as bases sociais particulares de distintos modelos organizativos do futebol, como explorado no fim no que se refere à distinção entre os modelos brasileiro e inglês.

Entende-se, assim, que a originalidade do trabalho proposto reside em perseguir uma sociologia política do futebol a partir de uma perspectiva de longa duração, uma vez que o futebol emerge na Inglaterra como um desporto tipicamente moderno no século XIX, período, utilizando a expressão cunhada por Max Weber, caracterizado por um “desencantamento do mundo” e por uma crescente racionalização de todas as esferas da vida social<sup>1</sup>. Trata-se de uma perspectiva que, articulando autoridade e poder político

---

<sup>1</sup> A partir deste conceito, Max Weber argumentou que a modernidade está associada a um processo de “desencantamento”, no qual as crenças religiosas e mágicas perdem influência sobre a sociedade e são substituídas por uma visão mais racional e científica do mundo. Weber concebeu essa expressão em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), na qual analisou a relação entre o protestantismo ascético e o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental. O autor argumenta que o protestantismo, especialmente o calvinismo, promoveu uma mentalidade orientada para o trabalho árduo, o sucesso material e a acumulação de riqueza como sinais de eleição divina. Isso contribuiu para a ascensão do capitalismo moderno. O “desencantamento do mundo” refere-se a esse processo de secularização, no qual a magia, a religião e outras formas de pensamento pré-moderno perdem sua influência sobre as pessoas e são substituídas por uma visão de mundo mais baseada na razão e na ciência. Weber não enxerga esse processo como necessariamente positivo ou negativo, mas sim como uma característica fundamental da modernidade. Ele argumenta que, embora o desencantamento do mundo pudesse trazer benefícios em termos de progresso científico e tecnológico, também poderia levar a uma sensação de desilusão e falta de

como confronto de interesses e ideias, analisa o processo social em foco como “teias de determinações e escolhas”, de estrangimentos estruturais e opções históricas (REIS, 1998), estas com seus custos e consequências involuntárias. Ao pensar sob a lente macrossociológica, é possível historizar a organização política do futebol e compreender o fundamento social por trás de seu formato e funcionamento. Ao passo que o primeiro capítulo se debruça sobre as contingências do fragmentado processo de institucionalização do futebol brasileiro desde a introdução do esporte no país, o segundo capítulo tem como enfoque as federações estaduais como atores políticos chave na manutenção de um tipo de dominação sistêmica no futebol gerado pela já citada fragmentação de iniciativas locais de institucionalização, cuja engrenagem federalista consolidou-se com a criação do Conselho Nacional de Desportos em 1941, por ocasião da intervenção estatal do Estado Novo na organização do esporte no país e foi ainda mais fortalecida durante os anos da ditadura civil-militar de 1964. O segundo capítulo também apresenta como o desenho institucional que tem o federalismo como engrenagem do sistema político acabou por constranger movimentos modernizantes, a exemplo das radicais mudanças propostas nos projetos de lei das Lei Zico e Lei Pelé, assim como a implosão do movimento independente do Clube dos Treze.

Se os dois primeiros capítulos possuem maior lastro empírico através do recurso metodológico aos relatos do jornalismo esportivo sobre os bastidores da política do futebol ao longo dos séculos XX e XXI, o terceiro capítulo recorrerá mais ao repertório cognitivo do pensamento social brasileiro a fim de interpelar teoricamente o objeto até então analisado. Ao conjugar teoria com empiria, o terceiro capítulo terá como objetivo demonstrar como a particular articulação das categorias de autoridade, solidariedade e interesses que marcam o processo não disruptivo de mudança social no Brasil são um fator explicativo – porque se encarnam na prática de portadores sociais - dos padrões de comportamento arcaicos que os dirigentes agenciam dentro de uma estrutura de roupagem moderna, cujos interesses particularistas são potencializados pela grande capacidade de geração de ativos financeiros pelo futebol enquanto um bem cultural imaterial público da sociedade brasileira.

---

significado na vida das pessoas, já que as antigas fontes de significado e orientação eram substituídas por uma ordem social cada vez mais racionalizada e impessoal.

Ainda no terceiro e último capítulo, será utilizado o método comparativo para perscrutar sequências particulares (BENDIX, 1996) de modernização do futebol na Inglaterra e no Brasil que resultaram em modelos distintos de organização, demonstrando como opções históricas tomadas condicionam e limitam os caminhos subsequentes em cada sociedade (REIS, 1998). Nesse sentido, os recursos heurísticos da sociologia política permitirão compreender por que no “país do futebol” os campeonatos estaduais existem e são dotados de grande importância para a manutenção de privilégios de grupos e indivíduos que detêm o poder dentro de uma estrutura sistêmica de favores que, se não inibe, atrapalha demasiadamente a promoção de mecanismos autônomos de solidariedade entre os grandes clubes – controlando, quando não bloqueando, o confronto político (TILLY, 1996) -, como ficará claro quando discorrermos sobre o atual movimento de Liga Independente no Brasil e a transformação modernizante da gestão dos clubes em Sociedades Anônimas do Futebol (SAF). No entanto, como nota Wisnik (2006, p. 354), há entre nós um “(...) personalismo aliancista mais afinado com as ‘raízes do Brasil’<sup>2</sup>, onde um futebol profissionalizado vigora dentro de organizações não empresariais regidas por arbítrios e interesses menos explícitos”, diferentemente do modelo descentralizado e empresarial inglês, em que os clubes detêm o poder de organizar o campeonato nacional e liberdade de negociação de contratos de marketing.

Cumprе salientar que a presente dissertação não tem por pretensão defender um determinado modelo de organização do futebol em detrimento de outro, evitando inserir qualquer juízo de valor nas análises realizadas. A despeito do argumento crítico à persistência de uma estrutura política baseada na troca de favores entre os atores sociais envolvidos na esfera estadual e devida à assimetria financeira existente entre grandes clubes, pequenos clubes e ligas municipais, é importante ressaltar que as federações estaduais possuem importante função social e econômica. A própria razão de existência

---

<sup>2</sup> José Miguel Wisnik faz referência à clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), em que o autor se propõe a interpretar a formação da sociedade brasileira e os impasses por ela gerados para a inserção do país na modernidade. Na visão de Holanda, a herança do personalismo ibérico resultou, na colônia portuguesa das Américas, na preponderância das relações engendradas no âmbito da família patriarcal que, por sua vez, acabaram por se estender às instituições públicas no Estado nacional brasileiro. Os indivíduos carregaram consigo relações típicas de círculos privados, cujo símbolo maior é o que Holanda denomina de “homem cordial”, cuja característica fundamental é se guiar por preferências pessoais na esfera pública. Em detrimento de condutas racionalizadas e impessoais – característica das instituições modernas burocráticas – o homem cordial busca estabelecer relações íntimas e pessoais com os demais indivíduos, resultando, assim, em uma lógica particularista enviesada do que deveria ser uma administração pública orientada racionalmente para o interesse comum, sem distinções e preferências. Enquanto elemento negador do princípio da impessoalidade, a ruptura com a cordialidade é fulcral para a possibilidade de uma modernização de fato do Estado brasileiro.

das federações - devido à grande dimensão territorial brasileira e às disputas históricas de elites locais pelo controle do futebol – lhe outorga um caráter ambíguo. Por um lado, elas são parte integrante de um sistema perverso que minimiza a capacidade de ação dos grandes clubes relegando-os a uma posição subalterna no jogo extracampo, não obstante sejam eles os grandes responsáveis pela mobilização das massas de indivíduos torcedores que afinal garantem a existência simbólica e material do futebol. Por outro lado, é por meio das competições organizadas pelas federações estaduais que muitos clubes tradicionais conseguem obter patrocínios e acordos televisivos benéficos para a manutenção da sede e de seu de quadro de funcionários. Competições estritamente estaduais como a Copa Rio organizada pela Federação de Futebol do Rio de Janeiro (FERJ) e a Copa Paulista promovida pela Federação Paulista de Futebol (FPF), das quais os grandes clubes não participam devido a compromissos com partidas em outras competições nacionais ou internacionais, promovem calendários de jogos para clubes que estão marginalizados no âmbito nacional devido à ausência de outras divisões nacionais além das quatro do Campeonato Brasileiro<sup>3</sup>. Ademais, os campeonatos estaduais, enquanto competições caracteristicamente brasileiras, são capazes de reunir clubes da capital e do interior; do subúrbio e da área urbana, ou seja, acabam por incluir, através da dimensão lúdica da prática do futebol, áreas desiguais financeiramente.

Por fim, o trabalho espera trazer à tona que a relação dual entre arcaico e moderno - que remonta à particular formação da sociedade brasileira e condiciona, por seu turno, a capacidade de modernização das suas estruturas - possui na política do futebol um objeto privilegiado para a compreensão sociológica de seus efeitos políticos. De um ponto de vista mais geral, espera-se contribuir também para a reflexão de questões mais abrangentes como, por exemplo, as possibilidades e limites da plena democratização das diversas esferas da vida social brasileira. Assim, a política do futebol brasileiro será vista sob a perspectiva da convivência de princípios opostos que, uma vez entrelaçados, inibem que de fato interesses mais gerais prevaleçam diante de interesses particularistas.

---

<sup>3</sup> Os campeonatos estaduais têm seu fim no mês de abril. Disputados durante os meses de julho e outubro, as Copa Rio e Copa Paulista possibilitam que clubes tradicionais que não ocupam nenhuma das quatro divisões nacionais do Campeonato Brasileiro, como, por exemplo, a Portuguesa Santista (SP) e o América (RJ), possuam maior número de jogos ao longo do ano, não se restringindo à disputa dos campeonatos paulista e carioca.



## CAPÍTULO I

### 1. SEQUÊNCIAS DA NACIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL: FRAGMENTAÇÃO DO PODER E FEDERALISMO COMO “PROJETO”

Ao se analisar de maneira minuciosa a sequência dos principais eventos históricos que compuseram o desenho institucional da política do futebol no Brasil desde o final do século XIX, é possível perceber as contingências inerentes a esse processo de formação que tem como principal marca uma trajetória não-linear. Nele, operam-se mudanças parciais que, não obstante introduzam alterações estatutárias pretensamente modernas, defrontam-se com movimentos de resistência de determinados atores políticos nela envolvidos, resultando na acomodação de interesses e na inibição de qualquer transformação profunda no modelo de dominação política estabelecido.

Tendo em vista a genealogia de um domínio calcado no federalismo e que dificilmente sofre alterações substanciais, o presente capítulo buscará sistematizar de maneira a respeitar os eventos e sua temporalidade e demonstrar como avanços e retrocessos são fundantes do sistema de distribuição de poder que impera hoje no futebol brasileiro, caracterizado pela fragmentação, porque baseado nos mandões locais dos estados. Apesar do esforço de nacionalização do futebol em meados do século XX, o federalismo nunca deixou de ser uma marca *sui generis* da política do futebol brasileiro, simbolizada pela existência ainda hoje de instituições políticas de futebol em cada unidade federativa dotadas de grande capital político historicamente estabelecido, como a reconstrução dos fatos torna evidente.

A adoção de uma perspectiva histórica permitirá investigar esse desenho institucional como um jogo de “perde e ganha” e, em se tratando de alguns atores políticos envolvidos, basicamente de um jogo de “ganha-ganha”. Considerando o principal argumento teórico da presente dissertação – o de que moderno e arcaico enquanto princípios típico-ideais opostos de orientação das condutas do indivíduo em sociedade e como cultura política estão em constante interação e formando uma *unidade contraditória* (FRANCO, 1997) na política do futebol brasileiro o atual capítulo versará acerca do início da institucionalização do futebol no Brasil descrevendo seus momentos decisivos à luz do processo social mais amplo, além de mudanças legislativas que irão compor sua forma

e conteúdo e que permitirão, mais adiante, perscrutar os fenômenos políticos atuais do futebol no Brasil.

Para tanto, o capítulo analisa matérias de jornais dos períodos mais relevantes da história política do futebol, como o período anterior à criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), enfatizando a forte interferência do governo federal através do Conselho Nacional de Desportos (CND) a partir da legislação esportiva dos regimes autoritários durante, principalmente, o Estado Novo (1937-1945), mas também durante ditadura civil-militar (1964-1985). O ponto de chegada do capítulo é a consolidação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como entidade máxima organizadora do futebol no país.

O percurso que realizamos, portanto, tem como intuito reconstituir historicamente e permitir uma visão integrada dos fenômenos políticos e sociais do esporte mais popular do país, enfocando o movimento no campo político dos dirigentes de clubes, federações estaduais e confederação nacional como atores cujo jogo de interesses molda, altera e, principalmente, mantém a configuração institucional do futebol brasileiro na qual se baseia sua dominação.

### **1.1 O início: football, um *sport* pretensamente aristocrático**

A prática esportiva do *football*, enquanto desporto oriundo da Inglaterra, tem como principal razão de sua difusão nos trópicos a influência do imperialismo inglês. A malha de empresas comerciais britânicas se espalhava, principalmente, pelo litoral brasileiro e suas zonas portuárias. São nesses locais que os trabalhadores ingleses iniciarão a prática do novo esporte como divertimento durante seus intervalos do trabalho e horas de lazer. Como novidade cuja origem europeia outorgava o *status* de moderna, o futebol é considerado pela aristocracia brasileira um esporte cuja prática trazia consigo uma forte carga de valores civilizadores e distinção social (FRANCO JR., 2007; ROSENFELD, 2007; GUTERMAN, 2010 e MASCARENHAS, 2014;).

Ressalte-se que a introdução do futebol no Brasil se dá na passagem do século XIX para o século XX, quando o fim da utilização de mão de obra negra escravizada e a mudança do regime monárquico para o republicano acabam por reorganizar as fronteiras que distinguem os indivíduos e seus papéis na sociedade ao solapar as instituições que,

até então, “salvaguardavam” as posições da elite branca e dos próprios trabalhadores livres pobres (RESENDE, 2016). Dessa maneira, novas barreiras sociais passam a emergir, acompanhadas de novas práticas que conduziam o comportamento dos indivíduos, principalmente da elite aristocrática brasileira, a fim de demarcar novas fronteiras artificiais com as demais camadas da população a partir dos modos de agir.

A elite brasileira, portanto, sequiosa por incorporar em seu *modus vivendi* tudo o que fosse de mais moderno, importa o futebol como um exercício corporal de valores superiores<sup>4</sup>. Segundo o antropólogo Roberto DaMatta,

“(...) o futebol foi introduzido no Brasil sob o signo do novo, pois, mais do que um simples ‘jogo’, estava na lista das coisas moderníssimas: era um ‘esporte’. Ou seja, uma atividade destinada a redimir e modernizar o corpo pelo exercício físico e pela competição, dando-lhe a rigidez necessária à sua sobrevivência num admirável mundo novo – esse universo governado pelo mercado, pelo individualismo e pela industrialização.” (DaMatta, 1994, p.11)

No Brasil, a própria característica do processo de colonização português resultou na existência de diversos portos comerciais descontínuos e de distâncias espaciais consideráveis pelo litoral do país<sup>5</sup>. O imperialismo inglês, por conseguinte, não foi o único difusor do futebol em território nacional - afinal, o capital estrangeiro teve pouca penetração em determinadas áreas, principalmente no interior (MASCARENHAS, 2014).

A figura do jovem bacharel torna-se fundamental para compreender a capilaridade que o futebol passa a ocupar no Brasil (FRANCO JR., 2007, p. 41), haja vista que o pequeno número de instituições universitárias – e a exígua diversidade de cursos oferecidos - até o século XX tornou natural a saída para os centros europeus de membros da aristocracia urbana<sup>6</sup>. A introdução do futebol em Salvador, por exemplo, foi iniciativa

---

<sup>4</sup> Mesmo nas crônicas esportivas dos anos 1910, ao se descrever o desempenho técnico e o resultado esportivo dos atletas envolvidos em uma partida, o que estava realmente no foco da análise, segundo Rodrigues (2006, p. 45), era “(...) um rígido código de valores e comportamentos que a deslocava, novamente, para aspectos sociais da prática esportiva.”

<sup>5</sup> Nas palavras do geógrafo Milton Santos, “O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior.” (Santos, 1993, p.26).

<sup>6</sup> Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (1936), enfatiza a ascensão do bacharel na sociedade brasileira como um sintoma da valorização social de elementos da sociedade europeia burguesa. Os elementos urbanos contidos nas novas formas de comportamentos e valores, para o autor, estão “(...) encarnadas principalmente pelo bacharel, filho legítimo ou não do senhor de engenho ou do fazendeiro, que voltava com novas ideias da Europa – de Coimbra, de Montpelier, de Paris, da Inglaterra, da Alemanha – onde fora estudar por influência ou lembrança de algum tio-padre mais liberal ou de algum parente maçom mais cosmopolita.” (Freyre, 2013, p.712). No entanto, como nos mostra Bastos e Botelho (2010), a ascensão do

de um filho de banqueiro que, quando de seu regresso de estudos na Inglaterra, trouxe consigo, em 1901, as regras do jogo e uma bola de futebol (MAZZONI, 1950, p. 36). As elites se apropriam então do futebol e o praticam em seus círculos fechados de lazer e sociabilidade, como colégios e clubes fundados com esse intuito, além de ligas estritamente amadoras, a fim de que os membros mais abastados da sociedade possam competir entre si, sem a presença das classes populares. Evidencia-se, assim, como o início da história do futebol no Brasil possuiu um caráter eminentemente restrito e exclusivo, uma vez que o processo se deu mediante

“(...) a formação de equipes no interior dos grupos dominantes, orientada pelos valores do cavalheirismo, do *fair-play* e do amadorismo. Fosse mediante clubes fundados especificamente para a prática do novo esporte (Fluminense, 1902; América-RJ, 1904), por iniciativa de jovens estudantes que participarem de associações atléticas vinculadas a seus estabelecimentos de ensino ou que criavam clubes independentes (Ponte Preta, 1900; Botafogo, 1904), fosse pela introdução do futebol em clubes dedicados a outras modalidades esportivas (Náutico, 1909; Flamengo, 1911).” (FRANCO Jr., 2007, p.62)

Ainda segundo Hilário Franco Júnior,

“A criação de ligas de futebol que agregam os clubes de elite (Liga Paulista de Football, 1902 e Liga Metropolitana de Football, no Rio de Janeiro, em 1905), obedecia tanto à lógica daqueles que se identificavam como legítimos herdeiros do futebol inglês quanto à lógica da excludente estrutura política nacional” (Ibid., p.63).

Portanto, para além da apropriação do esporte estrangeiro pela elite aristocrática local, a fragmentação e dispersão que permeou a difusão do futebol no país - cuja principal causa reside na herança colonial portuguesa de ocupação e exploração do território brasileiro<sup>7</sup> -, é fator fundamental para compreender as dissensões e disputas políticas entre os atores sociais que são constitutivas do processo de institucionalização do futebol no Brasil. O período histórico em questão se refere à Primeira República,

---

bacharel como símbolo de modernidade e urbanização não significou a decadência total da influência do patriarcado rural na incipiente vida pública. Filhos de famílias senhoriais, os bacharéis, ao ocuparem as modernas estruturas de poder do Estado, carregaram consigo os valores familiares do âmbito privado.

<sup>7</sup> Para Oliveira Vianna, em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), a propriedade latifundiária se tornou o principal condutor da vida social durante o período colonial brasileiro. A feição autônoma que o latifúndio adquiriu devido às suas largas dimensões e capacidade de se auto suprir (BOTELHO, 2011, p. 423), acabou outorgando poderes demasiados nas mãos dos proprietários de terra, gerando uma hipertrofia do poder privado que dificultou o desenvolvimento do espírito público e de um corpo de cidadãos livres, submetidos, em sua maioria, aos recursos dos “mandões” locais.

período este caracterizado por forte influência e poder das oligarquias estaduais na política em escala nacional.

## 1.2 Dissidências políticas e o poder fragmentado

Apesar dos membros da elite possuírem todos os aparatos necessários para um jogo de futebol, como chuteiras, uniformes, bolas, campos e, principalmente, as regras que alçavam a prática a um desporto<sup>8</sup>, o futebol atingiu de maneira incontornável as camadas mais populares da sociedade brasileira. Apesar do conjunto de regras e terminologias em inglês que acompanhavam o novo esporte, a facilidade com que o futebol poderia ser improvisado facilitou a sua propagação, visto que bolas de couro poderiam ser substituídas por bolas feitas de meia, traves poderiam ser mimetizadas por quaisquer objetos que delimitassem uma área, além do clima tropical favorecer a prática ao ar livre e sem a necessidade de utilização de uniformes – lembremos que as partidas entre times “com” e “sem” camisa são hoje uma forma comum de “uniformizar” os lados da contenda.

O futebol, portanto, toma largas proporções nas camadas populares brasileiras, apesar de vozes difamadoras na imprensa e de previsões contrárias a seu sucesso, como é o caso de Lima Barreto e Graciliano Ramos, respectivamente. O autor alagoano de *Vidas Secas* (1938) publicará crônica denominada “Traços a esmo” em que evoca o debate – perene na intelectualidade brasileira, e particularmente agudo na década de 1920 – sobre a inadequação das instituições estrangeiras importadas para a realidade autóctone.<sup>9</sup> Sobre o futebol, o autor diz se tratar de “(...) um entusiasmo de fogo de palha capaz de durar bem um mês”, principalmente no interior do Brasil, questiona:

---

<sup>8</sup> As regras em uma prática esportiva servem para manter sob controle os possíveis instintos violentos que a disputa entre equipes possa suscitar. Para o sociólogo Norbert Elias, essa alteração dos passatempos em desporto, processo este que ele denomina de “desportização” (ELIAS e DUNNING, 1992), é um sintoma do avanço civilizatório nas sociedades humanas, significando o abrandamento de formas violentas de interação, visto que o desenvolvimento “(...) do desporto como uma forma de confronto físico de tipo relativamente não violento encontrava-se, no essencial, relacionada com um raro desenvolvimento da sociedade considerada sob perspectiva global: os ciclos de violência abrandaram e os conflitos de interesse e de confiança eram resolvidos de um modo que permitia aos dois principais contendores pelo poder governamental solucionarem suas diferenças por intermédio de processos inteiramente não violentos, e segundo regras concertadas que ambas as partes respeitavam.” (Ibid., p. 49).

<sup>9</sup> Crônica publicada em 1921, na revista *O Índio*, em Palmeiras do Índio (AL), sob o pseudônimo J. Calisto.

Mas por que o futebol?

Não seria, porventura, melhor exercitar-se a mocidade em jogos nacionais, sem mescla de estrangeirismo, o murro, o cacete, a faca de ponta, por exemplo? Não é que me repugne a introdução de coisas exóticas entre nós. Mas gosto de indagar se elas serão assimiláveis ou não.

No caso afirmativo, seja muito bem vinda a instituição alheia, fecundemo-la, arranremos nela um filho híbrido que possa viver cá em casa. De outro modo, resignemo-nos às broncas tradições dos sertanejos e dos matutos. Ora, parece-nos que o futebol não se adapta a estas boas paragens do cangaço. É roupa de empréstimo, que não nos serve.

A crônica pode ser compreendida como um recurso retórico utilizado por Graciliano Ramos para tecer suas críticas ao meio urbano e ao comportamento político das elites brasileiras (LOVISOLO e SOARES, 1997), uma vez que, para o autor, a cultura dos sertões do Brasil seria resistente à penetração de um modismo estrangeiro, cuja durabilidade seria curta entre a população mais pobre e do interior, em contraponto à maior abertura das elites das cidades, que permitiria que novas tendências fincassem raízes em ambientes cuja sociabilidade se pretendia cosmopolita. De qualquer maneira, a profecia de Graciliano Ramos se mostrou falha, haja vista a propagação do futebol no interior e nas camadas operárias<sup>10</sup>.

Para Lima Barreto, o futebol representava um divertimento brutal, despertando paixões e incontidas violências que deixavam os modos e composturas civilizadas para trás (DAMATTA, 1994). Além disso, para o autor de *Clara dos Anjos* (1922), o futebol era uma atividade segregadora negada aos negros e, além de terreno fértil para atitudes racistas. Como nos mostra José Miguel Wisnik (2008), nos anos 1920, período do futebol amador, o selecionado de jogadores brasileiros era denominado “macaquitos” na imprensa argentina, o que suscitou a reação de Lima Barreto em artigo homônimo, publicado na revista *Careta* em 23 de outubro de 1920. Nele o autor

“(...) propunha que se assumisse o *macaco* – positivamente, afirmativamente, sem problemas – como totem identificador do Brasil. O escritor e grande inimigo do futebol não deixava de estar secretando, com isso, mais uma ironia sobre as baixas preocupações que cercavam o mundo futebolístico [...] Lima

---

<sup>10</sup> Dois clubes símbolos do operariado são o Bangu (1904) do subúrbio do Rio de Janeiro e o Juventus (1924) da zona leste de São Paulo.

Barreto propunha que assumíssemos sem ‘motivos para zanga’ o culto a um animal ‘frugívoro, inteligente e parente próximo do homem’, objeto ‘endiabrado’ de simpatia das nossas histórias populares. Como sabemos, Lima Barreto foi o primeiro escritor brasileiro a assumir-se objetiva e subjetivamente mulato, sem fazer disso motivo de privilégio ou comiseração: parece-me inegável que falou mais alto do que seu desprezo ao futebol, aqui, a resposta ao desprezo argentino pela condição mestiça brasileira (que lá se expunha como xingamento, e que aqui se escondia como vergonha).” (Wisnik, 2008, pp. 337-8)

As visões de ambos os autores são relevantes porque convergem no tema que será abordado a seguir. Tanto a existência do racismo indicada por Lima Barreto quanto a profecia errônea feita por Graciliano Ramos de que o futebol seria “fogo de palha” nos permitirão perceber como a penetração do futebol suscitou rupturas políticas que desencadearam conflitos pelo poder, nas quais os interesses orientados ora pela tradição ora por uma pretensa modernidade se tornam evidentes entre os atores enredados na disputa em torno da questão do amadorismo e profissionalismo do futebol.

O amadorismo, enquanto princípio típico-ideal que acompanhou a consolidação do futebol no interior das elites brasileiras, demonstrou desde o início fraquezas que, com o passar dos anos, tornaram sua superação iminente. Além da popularização do futebol entre os setores mais pobres que praticavam nos “campos de várzea”<sup>11</sup> em partidas informais seja como forma de lazer nos períodos de folga no trabalho, seja entre a população à margem do mercado de trabalho, os próprios clubes de origem operária desafiavam a lógica do funcionamento do amadorismo como princípio de organização do futebol brasileiro. Estímulos e compensações financeiras eram cedidas aos operários das fábricas que tivessem bom desempenho como atletas de suas equipes de futebol; além disso, a possibilidade de promoções e ascensão na hierarquia de trabalho eram incentivos para que os operários jogassem com seriedade as partidas de futebol<sup>12</sup>. Práticas como estas se notabilizaram com a alcunha de “amadorismo marrom”, isto é, ações clandestinas

---

<sup>11</sup> A origem do termo várzea para definir os campos improvisados deve-se, segundo Mazzoni (1968), a primeira partida de futebol realizada no Brasil dentro das regras oficialmente estabelecidas na Inglaterra em 1863 que ocorreu na Várzea do Carmo, entre essas “equipes inglesas”, em 14 de abril de 1895. (MASCARENHAS, 2014, p.83)

<sup>12</sup> A exemplo do que ocorrera na Inglaterra, onde o futebol se tornou um fenômeno que se alastraria pela massa de operários resultando em um fenômeno de grandes proporções (PEREIRA, 1998, p.17), acredita-se que o futebol se tornou um instrumento relevante para a contensão de manifestações e greves operárias no Brasil, visto que possibilitou a criação de vínculos de solidariedade entre os operários e a fábrica nas quais trabalhavam.

que entravam em conflito com as regras estabelecidas que proibiam a profissionalização dos atletas nos estatutos das associações que organizavam o futebol no período.

Como mecanismos de manutenção da aristocratização do futebol, os clubes promoviam partidas e organizavam campeonatos cobrando preços elevados pelos ingressos, além de altas mensalidades de seus sócios. As ligas desportivas, por sua vez, obrigavam pagamentos de taxas aos clubes e a ela associados, a fim de que as competições criassem barreiras intangíveis para a participação de clubes que não pertencessem à “boa” sociedade da época (FRANCO JR., 2007, p.63). Portanto, essas características foram levadas no seio das primeiras associações de clubes no Brasil, onde a prática se mantinha amadora e distante de qualquer tipo de regulação ou mediação do Estado brasileiro na organização institucional do futebol.

“A relação entre associações esportivas levou à formação de ligas e federações regionais, que tomaram as rédeas da organização esportiva e passaram a ditar todas as regulamentações para os clubes e atletas filiados. Em dezembro de 1901, *paredros*<sup>13</sup> paulistas fundaram a Liga de Futebol, a primeira entidade organizadora do esporte bretão em terras brasileiras, com a participação de cinco clubes: Germânia, Internacional, Mackenzie, São Paulo Athletic e Paulistano. Ao longo da primeira década do século XX, outras cidades e estados passaram a organizar e regulamentar seu campo futebolístico por meio de ligas locais. Entre alguns exemplos, pode-se apontar a fundação da Liga Metropolitana de Football, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1905, mesmo ano em que surge a Liga Bahiana. No Rio Grande do Sul, a Liga Pelotense foi criada em 1907 e a Liga Porto-Alegrense de Foot-Ball em 1910. No Pará, a Liga Paraense de Futebol surgiu em 1913. Já em Minas Gerais, a primeira liga de futebol foi estabelecida em 1915, com a criação da Liga Mineira de Sports Athleticos.” (DRUMOND, 2020, pp.45-6)

No entanto, como vimos, o futebol não estava restrito aos círculos privilegiados e, conseqüentemente, o sistema organizacional das Ligas e os interesses dos clubes nelas associados ou daqueles que almejavam integrá-las e participar desse meio têm como resultante a reivindicação por mudanças estatutárias ou mesmo a criação de novas associações políticas de futebol.

---

<sup>13</sup> No sentido empregado por Drumond (2020), *paredro* significa indivíduo importante no comando de um clube ou associação esportiva, como, por exemplo, conselheiro e diretor.



O cerne das dissensões políticas no período que engloba os anos 10 e 20 são, para além da profissionalização do amadorismo, as disputas regionalistas pelo comando do futebol em nível nacional. As rivalidades entre cariocas e paulistas orbitavam em torno do monopólio do poder sobre o futebol em território nacional: São Paulo, enquanto cidade em franco processo de industrialização, crescimento populacional e se tornando potência econômica nacional graças à importância que a produção do café tem na economia brasileira do período; e o Rio de Janeiro, capital federal havia mais de um século e centro administrativo do país. Nas principais metrópoles do Brasil da Primeira República, as elites esportivas “(...) competiam não somente nos próprios campos de jogo, mas também em um campo mais amplo, discursivo, pela soberania e pelo direito de representar a nação esportiva dentro do Brasil e no exterior.” (PETERS, 2014, p.2).

A propagação de iniciativas locais de organização será o principal obstáculo para a integração nacional do futebol. No ano de 1914, no Rio de Janeiro, capitaneados pelos dirigentes da Liga Metropolitana de Sports Athleticos, representantes de outras entidades esportivas deliberaram acerca da criação de duas entidades nacionais: o Comitê Olímpico Nacional e a Federação Brasileira de Esportes (SARMENTO, 2006, p.5). A primeira se responsabilizaria pela representação das diversas modalidades esportivas que fossem competir nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1916; já a segunda, se tornaria a entidade máxima do futebol em território brasileiro, responsável por organizar as competições nacionais e representar a seleção brasileira em competições internacionais.

À revelia dos acontecimentos de 1914, as dificuldades para o estabelecimento de uma entidade nacional do futebol se apresentaram inequivocamente no ano de 1915, quando o dissídio dos paulistas se manifestou diante do movimento em curso. Apesar da FBE ter sido acordada em junho de 1914, seu estatuto só viria a ser aprovado no final do ano seguinte. Não obstante a presença da Associação Paulista de Sports Athleticos na deliberação acerca da criação da FBE, a Liga Paulista de Futebol, aproveitando-se do interstício entre a criação da nova Federação e a aprovação de seu estatuto, ou seja, aquilo que lhe outorgava legitimidade perante seus integrantes, fundou a Federação Brasileira de Foot-Ball,

“(...) que contou também com a adesão de clubes do Paraná e do Rio Grande do Sul, tendo seus estatutos aprovados em agosto do mesmo ano. Rapidamente, a nova entidade buscou estabelecer relações com as entidades gestoras do futebol no Uruguai e na Argentina e efetuou pedido de associação à FIFA, estabelecendo

laços oficiais com organizações internacionais, objetivo primordial para a Federação Brasileira de Esportes.” (DRUMOND, 2020, p.47)

Nota-se, nos episódios relatados como o esforço de nacionalização foi prejudicado devido à força do regionalismo e do poder local, o que convergia, num plano mais amplo, com a própria política nacional do contexto. Há episódios de dissídios também nos âmbitos estaduais que retratam de maneira inequívoca como os conflitos pelo poder permeavam toda a organização política do futebol, demonstrando também os interesses dos dirigentes em deter o poder na esfera local.

O conflito engendrado em torno da disputa entre associações cariocas e paulistas e o insucesso de ambas em possuir o monopólio decisório no país levava à necessidade de pactuar um acordo entre as partes interessadas, haja vista a iminente realização do Campeonato Sul-Americano na Argentina, que comemoraria, por sua vez, o centenário de independência do país rio-platense, em 1916. Dada a relevância que o torneio possuía para a diplomacia entre os países vizinhos<sup>14</sup>, o poder público entra em ação:

“(...) considerado o primeiro momento de interferência direto do Estado em assuntos de futebol, Lauro Muller, então Ministro das Relações Exteriores, assumiu pessoalmente o caso e reuniu, em sua própria residência, representantes dos grupos em disputa, em junho de 1916, menos de um mês antes do início da competição. Com a pressão do governo federal na figura de seu ministro, os paredros chegaram a um acordo, que extinguiu tanto a Federação Brasileira de Sports como a Federação Brasileira de Foot-Ball, criando-se uma nova entidade que representaria o esporte brasileiro no cenário internacional, a Confederação Brasileiro de Desportos (CBD), que continua ativa até os dias de hoje como a CBF.” (Ibid., p.47)

Apesar da resolução momentânea dos conflitos no plano nacional, os confrontos políticos continuaram na agenda das instituições políticas dos estados hegemônicos. Em São Paulo, por exemplo, em 1921, clubes que compunham a segunda divisão do campeonato paulista, se rebelaram e fundaram uma nova associação, uma vez que, sob suas perspectivas, havia um movimento orquestrado dos clubes da primeira divisão para manter suas posições de superioridade e inibir qualquer alteração no quadro dos principais clubes da associação. De acordo com Tomaz Mazzoni,

---

<sup>14</sup> Segundo Christina Peters, o futebol se tornou na década de 10 um importante meio de intercâmbio cultural e exaltação da nacionalidade, visto que “a Primeira Guerra Mundial não representou apenas uma desilusão com valores europeus e a intensificação de nacionalismos, mas também afetou o futebol internacional de forma mais concreta. Depois da guerra, governantes e diplomatas passaram a reconhecer esse esporte como uma forma de diplomacia cultural.” (PETERS, 2014, p.3)

“A temporada de 1921 registrou um episódio interessante, em São Paulo, com a revolta dos chamados pequenos clubes contra a APEA. [...] Não tendo sido satisfeita a sua ambição nos estatutos aprovados em 21 de março de 1921, os clubes da Segunda Divisão, que de há muito desejavam uma lei que facultasse o seu acesso à Divisão Superior, pediram demissão em quase sua totalidade, indo constituir outra entidade esportiva a que deram o nome de Federação Paulista de Desportes.” (MAZZONI, 1950, p. 160)

Caso semelhante aconteceu no Rio de Janeiro. O jornal carioca *O Paiz*, na edição de 24 de fevereiro de 1924, destaca as propostas de mudanças ocorridas na Assembleia Geral da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (METRO)<sup>15</sup>, além de uma reunião marcada pelos clubes pequenos para debater e tomar uma posição acerca dos acontecimentos. O episódio de alterações estatutárias e futura ruptura institucional se deu a partir da disputa de dirigentes dos grandes clubes pela manutenção do *ethos* amadorístico do futebol. Alinhado à já citada popularização do futebol nas camadas populares, o clube Vasco da Gama utilizava jogadores operários e negros, o que configurava uma infração aos padrões estabelecidos pela METRO. Os clubes considerados mais aristocráticos como América, Bangu, Botafogo, Flamengo e Fluminense imputavam à METRO a negligência na fiscalização do amadorismo no futebol. Portanto, visando obter maior poder e impedir qualquer mudança significativa nas correlações de força de poder no interior da instituição, uma vez que os pequenos clubes eram majoritários, a reforma no estatuto dos clubes supracitados tinha como argumento que

“(...) os ‘grandes’<sup>16</sup> clubes haviam realizado esforços financeiros e filantrópicos para desenvolver a cultura esportiva generalizada. Nesse sentido, mobilizaram recursos para implementar vários esportes e construíram instalações apropriadas para várias modalidades esportivas. Assim, os ‘grandes’ se sentiam injustiçados frente à situação em que os ‘pequenos’, quase todos especializados em futebol, sem instalações apropriadas e sem nada ter realizado pelo desenvolvimento de uma cultura esportiva abrangente, tinham a hegemonia nas decisões da METRO.” (SOARES, 1999, p. 107).

Entretanto, pelo fato de os clubes considerados pequenos e de menor tradição estarem em maioria, as reformas propostas pelos grandes clubes não foram aprovadas, resultando em uma ruptura que os levou a criarem uma outra instituição política no

---

<sup>15</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 24/02/1924, p. 9

<sup>16</sup> Segundo Soares (1999, p. 121), a definição da categoria “grandes clubes” está vinculada “(...) à tradição de vitórias no campo esportivo – principalmente no futebol –, instalações apropriadas para a prática de esportes e um grande número de afiliados e torcedores.”

futebol carioca, a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA). Como nos mostra o jornal *O Correio da Manhã*, em 1924,

“No edifício 109, na Avenida Rio Branco, reuniram-se ontem, à tarde, como fora amplamente noticiado, as diretorias dos cinco grandes clubes, que deixaram a Liga Metropolitana, recentemente: o América F.C., o Botafogo F.C., o Bangu A.C., o C.R. Flamengo e o Fluminense F.C.

O motivo da reunião já era de sobejo conhecido: os dissidentes iam fundar a nova entidade que vão dirigir os esportes entre aqueles que se desfilharam. E, tal como estava previsto, realizaram a grande reunião de fundação, com toda solenidade, e na presença de um crescido número de cavalheiros de destaque no esporte carioca.”<sup>17</sup>

Antes mesmo da aprovação do estatuto da nova entidade, um movimento curioso ocorreu: o Vasco da Gama se juntou aos dissidentes na AMEA. Percebendo o prejuízo financeiro que seria não competir com os clubes de maior expressão do estado, o Conselho Deliberativo do clube se reuniu no dia anterior à aprovação do estatuto da AMEA e chegou à decisão de se desligar da METRO e aderir à entidade que iminentemente seria criada. Segundo o jornal *O Imparcial*, “já passava de 1 hora da madrugada, quando se anunciou a votação de uma proposta que autorizava o desligamento do Vasco da Gama da Metropolitana, nomeando-se uma comissão para um entendimento com as diretorias dos clubes dissidentes.”<sup>18</sup>

Entretanto, o estatuto da AMEA gerou revolta entre os dirigentes do clube da cruz de malta. Além do artigo 5º que ressaltava a resistência à profissionalização do futebol e sua manutenção enquanto prática de distinção social<sup>19</sup>, revelando uma ostensiva vigilância à ética do amadorismo (Ibid., p. 109), o artigo 9º imputava aos clubes fundadores um maior peso de voto na Assembleia Geral, devido a sua condição de membros fundadores e clubes poliesportivos. Da mesma forma, segundo o jornal *O Paiz*, no dia 6 de abril de 1924 uma reunião na sede da AMEA definiu os clubes que

---

<sup>17</sup> *O Correio da Manhã (RJ)*, edição de 01/03/1924, p. 5

<sup>18</sup> *O Imparcial (RJ)*, edição de 01/03/1924, p.12

<sup>19</sup> É possível analisar o futebol como instrumento de distinção social a partir do modelo de análise sociológica de Pierre Bourdieu. Segundo o autor, o que define a posição e as práticas de uma classe social é o seu *habitus*. O conceito de *habitus*, por sua vez, significa um conjunto de condutas que uma classe possui que a diferencia das demais. Isto é, o indivíduo pertencente a uma determinada classe irá absorver a partir da agência o *habitus* de sua classe, resultante de uma pré-disposição para agir de uma maneira em detrimento a outra, de acordo com a percepção do mundo social oriunda da classe em que está inserido. Na tentativa, portanto, de se distinguir de outras classes, são adotadas formas de hierarquização e distinção social, “(...) que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – [que] encontram sua origem no volume global de capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como um conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis.” (BOURDIEU, 2006, p.107)

participariam do campeonato de série única: América F.C., Andarahy A.C., Bangu A.C., Botafogo F.C., C.R. Flamengo, C.R. Vasco da Gama, Fluminense F.C., Hellenico A.C., S. Christovão A.C. e S.C. Brasil. No entanto, uma outra regra foi adicionada ao regulamento do campeonato:

“Os clubes fundadores, de acordo com uma deliberação de ontem, não terão seus jogos entre si no sábado, o mesmo não acontecendo quando tiverem um encontro com quaisquer dos cinco clubes que tiveram sua filiação após a fundação da Associação Metropolitana.”<sup>20</sup>

O estatuto da AMEA e seus mecanismos de concessão de poderes e privilégios para o grupo de clubes fundadores gerou mais um rompimento por parte do Vasco, que, porém, retornaria à AMEA no ano seguinte.

A partir dos episódios relatados buscou-se evidenciar que a obtenção de poder ou sua manutenção é capaz de explicar as dinâmicas e interações conflituosas dos atores políticos tanto individuais quanto coletivos que participam ativamente das rupturas institucionais que marcam o início da institucionalização do futebol no Brasil. Depreende-se que este se deu – nas décadas de 10 e 20 - através de disputas localistas nas federações mais influentes de Rio de Janeiro e São Paulo, indicando frágil interferência do poder federal em prol da nacionalização do futebol.

### **1.3 Os anos 30 e a intervenção do Estado Novo**

A CBD, fundada em 1916 enquanto entidade nacional do futebol, encontrava dificuldades para organizar competições em nível nacional devido às dimensões territoriais do país e também a questões financeiras. Apesar de ser responsável pela organização do esporte no país, seu presidente Arnaldo Guinle clamava por ajuda do governo federal para suprir a escassez de recursos financeiros e materiais, que limitava o desempenho de sua função e impedia a CBD até mesmo de possuir uma sede administrativa. As federações estaduais, portanto, permaneciam na prática sendo responsáveis pela organização e realização dos campeonatos de clube.

---

<sup>20</sup> O Paiz (RJ), edição de 07/04/1924, p.2

Se o período da Primeira República (1889-1930) foi caracterizado pelo predomínio do poder político das oligarquias regionais (CARVALHO, 2019), o que, por sua vez, convergia com a eminência das oligarquias carioca e paulista no que se refere à dominação política no futebol, a Revolução de 1930 significou o fortalecimento do poder central ante as unidades federativas, o Estado lançando-se como o principal agente da vida social – a autoridade pública convertia-se no princípio de coordenação societário dominante (REIS, 1998). O diagnóstico era de uma desarticulação e fragilidade do tecido social (TORRES, 1938; VIANNA, 2005), tornando-se premente a modernização da máquina pública e a expansão da cidadania na sociedade brasileira.

O processo de mudança social e da inclusão de novos agentes na arena política, a despeito de seu caráter autoritário e baseado na personalização do poder de Getúlio Vargas (LAMOUNIER, 2021), afetou de maneira incontornável os rumos da institucionalização do futebol no Brasil. As dissensões não cessariam com o irromper dos acontecimentos de 1930; ao contrário, se prolongariam durante anos até o período ditatorial do Estado Novo. A questão do amadorismo e profissionalismo seguia na ordem do dia, sendo motivo de disputas constantes entre elites que pretendiam se alçar à posição de liderança do esporte mais popular do país. A CBD torna-se a instituição símbolo da resistência à modernização, uma vez que contrária à profissionalização das relações de trabalho no futebol. A despeito

“(…) de a APEA e de alguns clubes congregados à AMEA já terem encaminhado à CBD requisições para a formalização de contratos que previam a remuneração regular dos jogadores, a entidade nacional se mantinha firme em sua posição de combater o esporte como uma atividade eminentemente amadora, não passível de qualquer forma de remuneração que viesse a caracterizar o exercício esportivo como uma espécie de trabalho formal.” (SARMENTO, 2006, p.44)

Entretanto, a realidade que se apresentava na política nacional, a exemplo do forte incentivo federal à modernização de seus aparatos institucionais, à industrialização e às novas relações trabalhistas que se vislumbrava, deixavam o princípio do amadorismo no futebol em situação irreversível. O interesse dos dirigentes em profissionalizar os atletas de seus clubes pode ser melhor explicado no plano internacional, visto que a FIFA alvitrava que qualquer atleta que sem vínculos empregatícios com uma associação esportiva estaria desimpedido de negociar contratos trabalhistas com clubes estrangeiros, acarretando em um êxodo de jogadores importantes que competiram a Copa do Mundo

de 1930, principalmente para clubes europeus e argentinos. (SANTOS, 1981; SARMENTO, 2006; DRUMOND, 2020).

As rupturas e os conflitos entre os princípios modernos e arcaicos atrelados ao *ethos* do profissionalismo e amadorismo, respectivamente, permaneceriam inerentes à política do futebol brasileiro. A AMEA, federação do Rio de Janeiro, uma vez filiada à CBD, optou, segundo Mazzoni (1950), por fundar em 1932 uma nova entidade, a Liga Carioca de Futebol (LCF), no intuito de desvincular a nova instituição da lógica do amadorismo. Adotando o profissionalismo juntamente com a LCF, a APEA foi rejeitada pela CBD. Diante das negativas, as novas entidades organizadoras do futebol em seus estados obtiveram o apoio de entidades de outros estados, como Minas Gerais e Paraná. E o novo movimento coletivo se empenhou em organizar uma nova entidade capaz de comandar o futebol nacional que significasse uma ruptura com a CBD, funcionando sob a lógica do profissionalismo dos atletas.

“Tendo por base o protocolo de cooperação firmado entre as duas associações, foram elaborados os estatutos de uma entidade paralela, dissidente, que buscaria angariar o maior contingente de afiliados comprometidos com a institucionalização e a disseminação do futebol profissional. Assim, no dia 26 de agosto de 1933, na sede do Palestra Itália, os presidentes da APEA, Jorge Caldeira, e da LCF, Raul Campos, firmaram o documento que fundava a nova Federação Brasileira de Futebol (FBF).” (SARMENTO, 2006, p.49)

Houve, a partir da fundação da FBF um esforço até então inexistente tanto por questões geográficas (MASCARENHAS, 2014) quanto políticas, de organização de um campeonato inter-regional. Apesar de ainda não se tratar de certames entre clubes, o campeonato entre seleções estaduais foi um importante movimento embrionário de nacionalização do futebol. O *Jornal dos Sports*, em 1933, destaca que em dezembro daquele ano seria realizado o campeonato de seleções estaduais de profissionais. De acordo com o jornal, aproveitando-se do torneio Rio-São Paulo realizado pela FBF cujo início se deu no mês de maio de 1933<sup>21</sup>, a instituição realizou uma reunião que se revestiu de alta importância pois tratou-se da organização do campeonato brasileiro de futebol entre as seleções do Rio de Janeiro (capital), São Paulo, Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro e de outras entidades que estejam filiadas à FBF.<sup>22</sup> No mesmo ano, uma notícia é reveladora acerca do intercâmbio entre as equipes dos estados da federação. De acordo

---

<sup>21</sup> A manchete diz: “As preliminares dos jogos do Campeonato Rio-São Paulo a se realizarem nesta Capital.” **Jornal dos Sports (RJ)**, edição de 16/05/1933, p.1

<sup>22</sup> **Jornal dos Sports (RJ)**, edição de 10/11/1933, p.1

com o jornal, seria realizada, no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, a peleja entre as seleções de Minas Gerais e Paraná, a fim de disputarem a terceira colocação do campeonato<sup>23</sup>.

Os movimentos de rupturas institucionais e a disputa pelo comando da organização do futebol no país através das oligarquias regionais permaneceriam até a intervenção federal. As dissidências em torno do modelo vigente resultavam em uma desorganização do futebol em nível nacional, delegando poderes demasiados às entidades e federações estaduais enquanto centros de dominação política. O debate sobre a modernização das relações trabalhistas mesmo que limitada à profissionalização dos atletas geraria confrontos entre atores políticos cujos interesses mantinham-se no terreno do tradicionalismo que a prática amadora do futebol engendrava enquanto prerrogativa das elites regionais. A partir das disputas pelo poder, se consolidou a coexistência de duas instituições políticas que acarretou em uma *dualidade não complementar* (SARMENTO, 2006, p.53), cuja unificação viria a ocorrer anos depois, sob a tutela do governo federal.

No processo eleitoral de 1936, a CBD elegeu como presidente Luís Aranha, cujo irmão, Oswaldo Aranha, era ministro de Estado e homem de confiança de Getúlio Vargas. A eleição de Luís Aranha seria um forte indício da influência do governo federal sobre a reorganização que viria a ocorrer no arranjo institucional do futebol brasileiro (SANTOS, 1981, p.53; SARMENTO, 2006, p.58). Inicia-se, assim, um processo capitaneado pela CBD de pacificação das dissensões existentes entre as entidades futebolísticas. Se negocia e se estabelece a aceitação da CBD à profissionalização dos atletas, uma vez que a concessão de direitos em resposta às reivindicações da massa trabalhadora era central na gestão varguista, pois obtinha legitimidade e apoio ao governo entre as camadas populares. Portanto, uma recusa em reconhecer o jogador de futebol como profissão seria incongruente com os princípios de sustentação do governo trabalhista de Vargas. Há o reconhecimento, por parte da CBD, da FBF enquanto entidade organizadora do futebol profissional em território brasileiro. Entretanto isso se dá por meio da filiação da FBF à CBD, submissão que asseverava à última a posição de instituição política central na organização do esporte nacional.

Será, entretanto, apenas após a Copa do Mundo de 1938, realizada na França, que o regime de Getúlio Vargas – agora ainda mais autoritário sob a roupagem do Estado

---

<sup>23</sup> **Jornal dos Sports (RJ)**, edição de 29/12/1933, p.1



Novo – vislumbrará a potencialidade que o futebol trazia consigo, auxiliando na forja de um sentimento de nacionalidade brasileira – um indivíduo coletivo - amparada no apelo à originalidade de uma nação miscigenada<sup>24</sup>, cuja maneira ímpar de jogar futebol expressaria uma cultura também singular. Apesar de não se sagrar campeão, o bom desempenho do selecionado brasileiro com seu “futebol poesia” frente ao “futebol prosa” dos europeus<sup>25</sup> demonstrou como o futebol poderia refletir a heterogeneidade da nação brasileira, visto que

(...) a [Copa] de 1938 foi uma seleção assumidamente miscigenada, e pela primeira vez representativa do que havia de melhor no futebol já profissionalizado do país, dando esperanças às multidões que acompanhavam sofregamente, havia pelo menos vinte anos, as disputas internacionais sul-americanas. Reforçava essa atmosfera propícia ao envolvimento intenso o fato de que, pela primeira vez, as partidas de uma Copa do Mundo eram transmitidas ao vivo pelo rádio. (WISNIK, 2008, pp. 183-4)

Se durante a Primeira República o futebol foi mobilizado de maneira esporádica e ocasional, a partir do Estado Novo a utilização política do esporte se torna evidente (CALDAS, 1990, p. 228). Em consonância com a centralização e burocratização da autoridade pública visando a neutralização de poderes regionais, o poder executivo cria, em 1941, através do decreto-lei nº 3.199<sup>26</sup>, o Conselho Nacional de Desportos (CND), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. O CND, por sua vez, será o órgão que irá organizar e fiscalizar com o esporte nacional de acordo com um corpo de leis até então inexistentes no âmbito esportivo. Alguns artigos que compõem a legislação do CND são fundamentais para perscrutar as intenções por trás de sua criação e como o processo de modernização se deu de maneira dirigida.

---

<sup>24</sup> A partir da década de 1930, as teorias raciais que imputavam à miscigenação uma degeneração da “raça” humana, como a apresentada por Silvio Romero em *a História da literatura brasileira (1889)* em que o elemento branco europeu é visto como agente civilizador para a constituição de uma nação, serão veementemente rejeitadas. Gilberto Freyre escreve em 1933 “Casa grande & Senzala”, no qual exaltar a miscigenação como fator positivo para a composição da sociedade brasileira, como sinônimo de uma pretensa democracia racial que resultaria na ausência de qualquer barreira social para a ascensão de negros e mestiços. Para o autor “(...) não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.” (FREYRE, 2003, p.115). É importante ressaltar que a década de 30 marcada pelo forte processo de industrialização tinha na economia de mercado a pré-condição de igualdade de oportunidades a todos os indivíduos, tornando qualquer tipo de hierarquização das raças, como nas teorias anteriores do paradigmático livro de Freyre, algo anacrônico e abominável.

<sup>25</sup> Expressão cunhada pelo ensaísta e diretor de cinema Pier Paolo Pasolini em seu ensaio “Il calcio ‘è’ un linguaggio con i suoi poeti e prosatori” (1971), no qual expressa sua visão acerca de um futebol brasileiro mais flexível e aberto aos talentos individuais, menos rígido que o futebol europeu, este mais voltado ao respeito pela coletividade dentro de campo.

<sup>26</sup> BRASIL, 1941.

A centralização administrativa do CND e o formato organizacional do esporte no Brasil ganham definições no artigo 9º do decreto-lei, em que se estabelece que a “administração de cada ramo desportivo, ou de cada grupo de ramos desportivos reunidos por conveniência de ordem técnica ou financeira, far-se-á, sob a alta superintendência do Conselho Nacional de Desportos, nos termos do presente decreto-lei, pelas confederações, federações, ligas e associações desportivas.” Para além disso, a fim de promover o fim das rupturas institucionais nos estados, ficaria determinado que somente uma federação estadual teria sua legitimidade reconhecida e sua filiação aceita na CBD. O artigo nº 20 anunciava que “as confederações darão filiação, no Distrito Federal e em cada Estado ou Território, a uma única federação para cada desporto.” Estava vedada também qualquer possibilidade de fins lucrativos por parte das instituições políticas no esporte nacional, visto que de acordo com o artigo nº 48 possuiriam caráter de promoção do patriotismo.

Como resultado das mudanças engendradas pela criação do CND, a FBF é extinta e seu passivo e ativo encampados pela CBD (SARMENTO, 2006, p.56). A CBD, torna-se, portanto, a única entidade nacional responsável pelo futebol. Ademais, outras alterações importantes no quadro institucional do futebol se consumam, como a substituição de ligas de futebol nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que dão lugar à Federação Metropolitana de Futebol (FMF) e à Federação Paulista de Futebol (FPF), respectivamente (Ibid., p. 57).

É indispensável ressaltar que a nova configuração centralizadora do futebol brasileiro inspirada na própria política de integração nacional do regime do Estado Novo não abdicou, todavia, das forças sociais e políticas das bases locais do futebol no Brasil. Nesse sentido, é sintomático o fato de as competições em nível nacional permanecerem sendo realizadas entre seleções estaduais. Somente no ano de 1959, a CBD organizaria a Taça Brasil como primeira competição nacional entre clubes; e, mesmo assim, a pré-condição para um clube participar dela seria o título do campeonato do estado a que pertencesse. Além disso, a motivação para a organização do certame em nível nacional estava vinculada ao fator externo da necessidade da CBD indicar dois clubes do Brasil para disputarem a incipiente Taça Libertadores, que teve sua primeira edição no ano de 1960 (MASCARENHAS, 2014, p.150).

Em suma, evidencia-se como os anos 30 e o início dos anos 40 são decisivos para a construção da estrutura política do futebol brasileiro atual, cujo embrião pode ser

entrevisto no decreto-lei de criação do CND. É fundamental também ponderar como a mudança foi controlada pelo poder central, visto que o órgão supervisionava e punia as instituições que não seguissem suas normas, as quais, paradoxalmente, exigiam o reconhecimento das entidades e clubes quanto à profissionalização dos atletas, mas negavam qualquer possibilidade da profissionalização do quadro dos dirigentes, pois a obtenção de lucro a partir do futebol estava vedada pela cláusula de promoção do patriotismo. Ademais, a centralização do poder não significou uma nacionalização do futebol de fato, já que as competições estaduais e inter-regionais (como no caso da Taça Rio-São Paulo) mantiveram-se como as principais em solo brasileiro até os anos 50 e 60.

#### **1.4 “Pra Frente, Brasil!”: a ditadura militar entra em campo**

Entre o ano de criação do CND, o período democrático (1946-1964) e o início da ditadura civil-militar, houve relativa estabilidade no que tange à organização do esporte nacional, sem nenhum tipo de mudança que engendrasses alterações estruturais no futebol brasileiro. Entretanto, a nacionalização do futebol e o consequente intercâmbio entre clubes de regiões para além do centro-sul brasileiro passa a ganhar força a partir da década de 60. Se os campeonatos estaduais e as rivalidades estritamente regionais vigoravam e dotavam as federações estaduais, enclausuradas em seus “feudos”, de enorme poder político, a partir de 1967, a antiga Taça Rio-São Paulo é expandida e posteriormente denominada Taça Roberto Gomes Pedrosa, o famoso “Robertão”, um ex-presidente da FPF (LEVER, 1983). Diferentemente da Taça Brasil (1959), que contemplava apenas os campeonatos estaduais, essa versão estendida da antiga Taça Rio-São Paulo, aumentou sua capilaridade e incluiu outras equipes do futebol nacional, como da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco<sup>27</sup>.

Os anos 70 trazem mudanças fulcrais na estrutura do futebol. Aproveitando-se do enorme sucesso obtido pelo Brasil com a conquista da Taça Jules Rimet – troféu concedido pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA) ao primeiro tricampeão mundial de futebol (1958, 1962 e 1970) -, o regime de ditadura militar, assim como no Estado Novo, depreendeu a capacidade do futebol de gerar mobilização das

---

<sup>27</sup> Participaram ao longo das edições, além de clubes de Rio de Janeiro e São Paulo, Atlético Paranaense e Coritiba (PR); Internacional e Grêmio (RS); Atlético Mineiro e Cruzeiro (MG); Náutico e Santa Cruz (PE) e Bahia (BA).

massas e legitimidade frente à nação, isto é, “obediência motivada, que se traduz na aceitação e compromisso” (REIS, 1998, p. 68). A conquista do tricampeonato brasileiro no Copa do Mundo de 1970 realizada no México foi, assim, amplamente mobilizada a fim de promover “a reconciliação ideológica entre dominação burocrática e solidariedade social” (Ibid., p. 69), via valores nacionalistas e de integração territorial, por meio do bem simbólico do futebol agenciado como instrumento de controle e manipulação da população (SARMENTO, 2006) por parte do governo do então presidente General Emílio Garrastazu Médici<sup>28</sup>.

Fundamental para as pretensões militares de utilização do futebol foi o decreto de nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970, que estabelecia a legalização das apostas nos esportes através da Loteria Esportiva:

Os concursos de prognósticos sobre os resultados de competições esportivas, nacionais ou internacionais, constituem serviço público exclusivo da União, que será executado, em todo o território nacional, pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, através da Administração do Serviço de Loteria Federal, com a colaboração das Caixas Econômicas Federais, nos termos deste Decreto, e de acordo com o que estabelecerem a Norma Geral dos Concursos e as Normas de Serviço baixadas pelo Conselho Superior. (BRASIL, 1970).

Os recursos oriundos da Loteria Esportiva tornaram viável, em 1971, a organização pela CBD do primeiro campeonato brasileiro de fato, visto que englobava a participação de 20 equipes, concentradas inicialmente na região Sul e Sudeste, porém com a presença de outras do Nordeste. A promoção de uma competição de reais características nacionais que permitisse o intercâmbio entre clubes e seus torcedores possuía forte conotação política, uma vez que

De um lado, o regime poderia beneficiar-se da capilaridade da rede desportiva estabelecida pela CBD para divulgar uma imagem favorável e compensar algumas tensões existentes. De outro, o encontro de times do interior com as poderosas equipes do Sudeste poderia criar um sentimento positivo nas populações locais e assim permitir o uso eficaz de ferramentas políticas nessas regiões. (SARMENTO, 2006, p. 132)

A fim de realizar a integração nacional através do futebol, consolidando e angariando apoio político ao partido da situação, o ARENA, outra iniciativa importante do período foi a profusão de estádios construídos com dinheiro público ao longo do território

---

<sup>28</sup> Em almoço oferecido à delegação brasileira vitoriosa na Copa do Mundo de 1970, o governo e a CBD gratificaram os jogadores da seleção em US\$ 18.500,00 (LEVER, 1983, p.97).

brasileiro, sob a justificativa de que se faziam necessárias também estruturas adequadas para que um campeonato nacional se efetivasse.

Até a construção do Maracanã para sediar a Copa do Mundo de 1950, o maior estádio sul-americano era São Januário, erguido em 1927 com dinheiro privado. O Pacaembu, em São Paulo, é o pioneiro em relação ao uso de recursos públicos, ainda no ano de 1940. Além disso, em 1965, seria finalizada a construção em Belo Horizonte do maior estádio de Minas Gerais, feito inteiramente com dinheiro público, superando em capacidade de público o estádio Raimundo Sampaio, mais conhecido como Independência, cuja construção também teve como fim receber partidas da Copa do Mundo no Brasil. Como é possível perceber, os estádios até então construídos concentravam-se na região Sudeste do Brasil. A partir dos anos 70, o regime militar irá investir na construção de diversos grandes estádios nas demais regiões brasileiras com a pretensão de cumprir com o projeto político de integração territorial via futebol<sup>29</sup> (MASCARENHAS, 2014, p. 166).

O ano de 1971 é emblemático para a propagação do futebol profissional no Brasil, visto que teve como marco o primeiro Campeonato Brasileiro de futebol<sup>30</sup>. Após as primeiras edições do certame, entretanto, a competição começou a apresentar indícios das reais intenções políticas do regime militar por trás das ingerências na organização do futebol e dos investimentos em infraestrutura, positivos para a disseminação do esporte. O alinhamento da CBD com os militares é evidenciado no próprio discurso da entidade:

Não há quem não sinta o Brasil ainda mais crescer na integração maciça do povo, indiferente às condições sociais e econômicas dos seus integrantes. A vivência do futebol tem permitido a convivência direta e palpitante do povo brasileiro. A prova expressiva desta verdade evidenciou-se na promoção do Campeonato Nacional de Clubes, que promovemos e realizamos<sup>31</sup>. (apud SARMENTO, 2006, p. 132)

---

<sup>29</sup> Ainda segundo Gilmar Mascarenhas (2014), a região Nordeste foi a mais contemplada pela construção de novos estádios públicos. Em 1971, o Estádio Otávio Mangabeira, em Salvador (BA), popularmente conhecido como “Fonte Nova”, chegou a atingir a capacidade de abrigar 110 mil pessoas. Em 1972, os estádios de grandes proporções “Mundão do Arruda” e “Machadão”, foram erguidos em Recife (PE) e Natal (RN), respectivamente. No ano de 1973, o famoso “Castelão” teve sua construção concluída em Fortaleza (CE), chegando a receber 118 mil pagantes. A região Centro-Oeste também teve seu estádio construído em 1975, ano em que o Serra Dourada, em Goiânia (GO), foi concluído. A região Norte não ficou infensa à intervenção federal com a inauguração do Estádio Olímpico Edgar Proença, o “Mangueirão”, em 1978, na cidade de Belém do Pará (PA).

<sup>30</sup> Nesta primeira edição, 20 clubes participaram do certame nacional. Disputaram 5 agremiações de São Paulo, 5 do Rio de Janeiro, 3 de Minas Gerais, 2 do Rio Grande do Sul, 2 de Pernambuco, 1 da Bahia, 1 do Ceará e 1 do Paraná.

<sup>31</sup> Relatório de 1972 da Confederação Brasileira de Desportes.

Em 1975 a Lei de nº 6.251 dispunha sobre novas alterações estruturais no desporto nacional, sendo a mais relevante para o presente trabalho, a promulgação do voto unitário obrigatório nas federações. Como consequência da nova legislação, os “grandes clubes” perderiam o poder decisório dentro das instituições estaduais, uma vez que, a partir daquele momento, todas as associações e clubes filiados à federação obteriam direito de voto, resultando em uma política de aliança entre federações e pequenos clubes e ligas municipais no âmbito estadual. Em suma, o novo sistema de votos arregimentou uma estrutura em que o clientelismo permeava o funcionamento das instituições políticas do futebol brasileiro. Além disso, no mesmo ano de 1975, assume a presidência da CBD o Almirante Heleno Nunes<sup>32</sup>, também presidente do partido ARENA no Rio de Janeiro.

O campeonato brasileiro, que inicialmente contava com 20 clubes, adquire contornos cada vez maiores, demonstrando como o mecanismo que delegava maior poder aos pequenos clubes e federações estaduais beneficiava a prática da troca de favores como uma espécie de mediação estrutural. A fim de expandir a influência do partido situacionista para todas as regiões do Brasil, a CBD incluiu em seu campeonato nacional, clubes de praticamente todas as unidades federativas do país. Aproveitando-se da infraestrutura para a prática do futebol construída nos anos 70, o campeonato brasileiro contou em 1976 com 54 clubes; em 1977, com 62 clubes; no ano de 1978, 74 clubes participaram do certame nacional; até que, em 1979, incríveis 94 clubes estiveram presentes na disputa. Do ponto de vista político, o aumento significativo de clubes envolvidos na principal competição nacional foi benéfico para atender aos interesses da CBD sob o comando de seu presidente militar, isto é, de expansão da influência e integração territorial, uma vez que contemplava diversas equipes consideradas “pequenas” das federações estaduais do Brasil. Entretanto, do ponto vista esportivo, a competitividade diminuiu drasticamente, além da falta de interesse pelo número excessivo de partidas que resultou na queda de público e renda nos estádios (HELAL, 1997).

---

<sup>32</sup> A interferência direta dos militares se deu de maneira evidente na Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina. Por ordem do então presidente, o técnico Cláudio Coutinho recebeu ordens para a escalção de Roberto Dinamite como titular do selecionado, no lugar do atacante Reinaldo. Este último, apesar de sua notoriedade como jogador, era visto como desafeto do regime militar. Reinaldo possuía o hábito de comemorar os gols erguendo o braço com o punho cerrado, gesto semelhante ao grupo norte-americano Panteras Negras (MAGALHÃES, 2010, p. 106), sendo considerado um ato de resistência à ditadura militar brasileira.

Observa-se no período uma relação dual no processo de modernização da legislação, pois, a despeito da sistematização das novas normas que deveriam reger a organização do futebol brasileiro, as mudanças se deram de maneira parcial, como, por exemplo, a regulamentação da profissão do jogador de futebol<sup>33</sup>. Apesar de conferir maior segurança jurídica – como a garantia de direitos previdenciários - aos profissionais do ramo, o regimento não determinou o fim do “passe”, apenas regulamentou-o e estabeleceu o direito do atleta de obter o mínimo de 15% do valor envolvido em sua negociação<sup>34</sup>. O passe, por sua vez, era o mecanismo jurídico que vinculava o atleta ao clube que o contratou sem nenhuma limitação temporal; ou seja, enquanto o clube decidisse pela permanência do atleta em troca de uma “compensação” financeira pelo investimento feito em sua formação e desenvolvimento, o jogador não tinha a liberdade contratual de escolher onde trabalhar. Portanto, apesar das inovações normativas implementadas as relações arcaicas entre empregador e empregado no futebol permaneceriam intactas pela nova legislação, até sua revogação apenas na década de 90.

Concomitante às mudanças ocorridas na legislação desportiva, no final dos 70 o Brasil passava por um processo de flexibilização em relação ao autoritarismo do regime militar. O processo de reabertura à democratização política se fazia notável com algumas medidas tomadas no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). No ano de 1978,

“(…) o Congresso votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão, e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. O governo ainda atenuou a Lei de Segurança Nacional e permitiu o regresso de 120 exilados políticos. Em 1979, já no governo do general João Batista Figueiredo, o Congresso votou uma lei de anistia, havia muito exigida pela oposição.” (CARVALHO, 2019, pp.179-80)

Em meio às alterações que ocorriam na sociedade civil, nos anos 80, houve substancial aumento de oposições ao regime militar e o surgimento cada vez maior de movimentos sociais e sindicais (Ibid., 2019). Na esfera futebolística, sintomática em relação ao momento em que a sociedade brasileira se deparava foi a iniciativa ocorrida no interior da gestão do Sport Club Corinthians Paulista, denominada “Democracia Corinthiana”. Este movimento, que durou de 1982 a 1984, constituiu uma frontal oposição à negação de direitos políticos que a sociedade civil brasileira enfrentava durante os anos de ditadura militar. Na esteira dos novos atores políticos que surgiam na

---

<sup>33</sup> Em 1933 a permissão para a profissionalização do jogador de futebol foi concedida pelo governo federal, porém não havia uma legislação específica para a categoria

<sup>34</sup> BRASIL, 1976. Inciso 2 do Artigo 13 da Lei de nº 6.354, 2 de setembro de 1976.

sociedade mais ampla, a Democracia Corinthiana, enquanto esteve em vigor, outorgou o direito de equidade nas votações acerca das decisões políticas que envolviam o clube. Desde a diretoria, passando pelos jogadores, até os funcionários considerados de mais baixo escalão, todos participavam ativamente dos debates e se tornavam sujeitos sociais com possibilidades de modificarem a instituição a que pertenciam<sup>35</sup> (MARTINS E REIS, 2014).

No contexto das alterações engendradas pelo processo de redemocratização da sociedade, ocorreu o desmembramento da CBD em diversas entidades esportivas especializadas, resultando no surgimento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 1979. O fim da CBD, criada em 1914, daria origem a outras federações esportivas nacionais especializadas, tais como a de Futebol de Salão, Handebol, Ciclismo, Levantamento de Peso, Tênis de Mesa e Desportes Terrestres (SARMENTO, 2006, p. 145). Com estatutos e orçamentos próprios, as novas entidades passaram a funcionar de maneira independente, assim como ocorrera com a CBF. Prestigiada por sua capacidade de organizar campeonatos nacionais que envolviam clubes de todo o país e de arrecadação financeira – vide o sucesso da Loteria Esportiva -, além da estima de única Confederação nacional a obter 3 títulos mundiais, a CBF passaria por uma mudança simbólica de comando em sua presidência.

### **1.5 CBF: conflitos e tensões em torno de seu surgimento**

A criação da CBF, a aprovação de seus estatutos e a eleição para decidir o mandato de sua presidência não se deram sem tensões e conflitos de interesses. No dia 28 de março de 1979, foi empossado pelo então ministro da Educação Eduardo Portela o novo presidente do CND, o empresário Giulite Coutinho<sup>36</sup>. Em seu discurso de posse, prometeu que, até o fim do ano, “(...) a Confederação Brasileira de Futebol estará criada para tratar dos assuntos referentes às várias formas de ação do futebol, ou seja: o amador, o classista, o profissional e do salão. E seu presidente será escolhido através de eleições a serem realizadas com as federações de futebol que comporão a nova entidade<sup>37</sup>.” Sob o

---

<sup>35</sup> Em editorial da edição de 5 de março de 1982 da **Revista Placar**, Juca Kfoury já atentava para o “(...) notável esforço que um clube como o Corinthians começa a fazer para abrir sua administração.” (p.13)

<sup>36</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição de 29/03/1979, p.38

<sup>37</sup> Ibid.



argumento de que o campeonato nacional deveria ser realizado a partir de critérios técnicos e econômicos, o discurso do novo presidente do CND realizava uma crítica velada ao Campeonato Brasileiro de futebol do mesmo ano, cujo formato abrigaria 94 clubes, dispensando os critérios fundamentais elencados por Giulite Coutinho. Ademais, já estava estabelecido que a escolha do presidente da nova entidade do futebol seria via assembleia geral composta pelas federações estaduais a ela vinculadas, além da necessidade de regionalizar o futebol brasileiro a fim de “(...) adequá-lo à política de contenção de despesas do governo e à política de economia de combustível”<sup>38</sup>.

Em agosto do mesmo ano, era noticiado que Giulite Coutinho despontava como nome mais forte para assumir a presidência na nova entidade que comandaria o futebol – doravante com dedicação exclusiva ao esporte - e não venceria somente em caso de não se candidatar<sup>39</sup>. O então presidente da CBD Heleno Nunes, por sua vez, articulava apoiadores nas Federações das regiões Norte e Nordeste na tentativa de sair vitorioso no pleito. Todavia, seu maior cabo eleitoral, o presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Rubem Fonseca, já não era mais o “coronel do futebol”<sup>40</sup>, tendo dificuldades em reunir apoio em prol da candidatura de situação. Por ser um homem do governo, Giulite Coutinho contava a seu favor o fato de possuir relação mais próxima com os recursos financeiros federais provenientes da Loteria Esportiva de que dependiam as Federações.

As disputas de bastidores entre as correntes hegemônicas na disputa da direção da futura CBF provocaram problemas cardiovasculares no situacionista Heleno Nunes, segundo seus médicos<sup>41</sup>. Devido a questões de saúde e após não ter recebido, em assembleia extraordinária, o apoio necessário das Federações para sua eleição, Nunes opta por desistir de sua candidatura<sup>42</sup>. Entretanto, a desistência anunciada dois dias antes é desfeita pelo próprio Heleno Nunes no Hospital Naval Marcílio Dias<sup>43</sup>, já que seu concorrente Giulite Coutinho também retirou sua candidatura após solenidade de posse do ministro Delfim Neto na Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Por ser um executivo muito ligado a Delfim Neto, Giulite Coutinho, na condição de presidente do CND, estaria disposto a se dedicar à construção de módulos esportivos Brasil afora, angariando apoios político de milhares de municípios para seu aliado em uma possível

---

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição de 02/08/1979, p.30

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição de 08/08/1979, p.26

<sup>42</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição de 16/08/1979, p.32

<sup>43</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição de 17/08/1979, p.32

futura disputa para Presidência da República, em 1985<sup>44</sup>. No entanto, em mais uma reviravolta, em setembro de 1979, as duas candidaturas se consolidam, uma vez que Nabi Abi Chedid, presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF) assume o posto de principal cabo eleitoral de Giulite Coutinho<sup>45</sup>.

A data de 24 de setembro foi estipulada como prazo para a aprovação dos estatutos da CBF<sup>46</sup>. Após a aprovação, o registro no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas se tornaria a última pendência para que a eleição fosse realizada. Entretanto, como grande projeto de poder ambicionado por dois grupos concorrentes, a formação da nova entidade só poderia ser conturbada. Um dos sintomas da dificuldade que o processo eleitoral teria foi a adesão mais baixa que o esperado na assembleia geral do grupo oposicionista, capitaneado por Nabi Abi Chedid. Na reunião que aprovou os estatutos, o presidente da Federação Paulista de Futebol contava com o apoio de 18 das 26 federações existentes. Todavia, ao pedir a palavra por duas vezes, apenas 14 federações estiveram ao seu lado<sup>47</sup>.

A disputa se acirrou após o grupo de presidentes liderados por Rubem Moreira – há 28 anos no comando da Federação de Pernambuco – e Rubens Hoffmeister, da Federação do Rio Grande do Sul, assinarem um acordo com o intuito de lançarem a candidatura de Heleno Nunes à presidência da CBF – episódio que ficou conhecido como “Pacto da Glória”<sup>48</sup>. De acordo com a matéria do jornal, levando em consideração as participações na reunião realizada no Hotel Glória, Giulite Coutinho passaria a contar com o apoio de apenas 8 Federações. Além disso, Rubens Hoffmeister solicitou rigorosa apuração de possíveis coações feitas pelo CND - e, por conseguinte, pelo Governo Federal - às federações estaduais a fim de obter apoio à candidatura de seu presidente, Giulite Coutinho<sup>49</sup>.

Apesar da aparente virada de jogo na disputa entre os atores políticos envolvidos, em meados de outubro o favoritismo de Giulite Coutinho já se confirmava novamente. A celeridade com que os estatutos da CBF foram aprovados pelo CND foi um ato previsível e calculado, haja vista que Giulite Coutinho se tornaria fatalmente o novo presidente da

---

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição 05/09/1979, p.28

<sup>46</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição 14/09/1979, p.36

<sup>47</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição 25/09/1979, p.26

<sup>48</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), edição de 27/09/1979, p.36

<sup>49</sup> Ibid.

CBF<sup>50</sup>. A mudança de posição das federações que haviam assinado o “Pacto da Glória” deveu-se estritamente à questão financeira - dependentes do repasse federal, se sentiram atemorizadas por uma possível retaliação do CND ao apoio dado a elas para Heleno Nunes -, além da possibilidade de barganhar cargos na nova administração do futebol brasileiro<sup>51</sup>.

A garantia da maioria das federações em prol da candidatura de Giulite Coutinho se tornou evidente no ato de instituição da CBF no dia 22 de outubro de 1979, cuja cerimônia, em Brasília, para assinatura do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portela, contou com a participação de 17 federações<sup>52</sup>. No dia seguinte à cerimônia, Giulite Coutinho já era apontado como o primeiro presidente da história da CBF. O anúncio de Rui Teles, presidente da Federação Metropolitana do Distrito Federal, de que 18 federações estaduais estavam certas de apoiar a candidatura do presidente da CND resultou no fim de qualquer disputa pelo poder da CBF, designando a Coutinho ampla maioria de votos<sup>53</sup>.

Concomitante à decisão de quem ocuparia o posto de presidente da nova entidade nacional de futebol, Giulite Coutinho foi acusado de utilizar os recursos públicos da CBD para financiar “mordomias”<sup>54</sup> para si e aliados. De acordo com o noticiário, as “mordomias” já eram conhecidas no Edifício João Havelange, na Rua da Alfândega, Centro do Rio de Janeiro. A comitiva que viajaria em voo fretado para Assunção no Paraguai para a realização de amistoso contra o país vizinho teria sido inflada - a estimativa era que de houvesse um convidado especial por jogador da seleção brasileira. Dentre os convidados estavam presentes Lauro de Moraes, presidente da Ponte Preta; Antônio Galvão, presidente do São Paulo; Agathyrno Gomes, presidente do Vasco do Gama e Márcio Braga, presidente do Flamengo<sup>55</sup>. O uso abusivo de dinheiro público pela presidência da CBD era destaque na imprensa no momento que antecedia as eleições em que a derrota situacionista se apresentava irremediável. Os presidentes da Federação Baiana, Márcio de Oliveira e da Federação Cearense, Josanéas Barroso, apoiadores de Giulite Coutinho, cogitavam pedir interferência do CND sobre a CBD diante dos gastos excessivos com recursos públicos por parte de Heleno Nunes, enquanto algumas

---

<sup>50</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 14/10/1979, p.40

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 18/10/1979, p.36

<sup>53</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 23/10/1979, p.28

<sup>54</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 24/10/1979, p.26

<sup>55</sup> Ibid.

Federações e clubes, segundo Josanéas Barroso, estariam em situação de miséria financeira<sup>56</sup>.

Enquanto as eleições não eram realizadas, Heleno Nunes, como presidente da anterior CBD, ocupava temporariamente a presidência da nova CBF. As manobras de bastidores diante da iminente derrota de Heleno Nunes chegaram ao ápice quando um dos seus assessores e membro do conselho fiscal da CBD, Reinaldo Gueraldi acionou seu advogado Heráclito Sobral Pinto para que entrasse com uma medida cautelar visando sustar o registro dos estatutos da CBF no cartório, sendo o pedido atendido pelo juiz da 9ª vara cível, Júlio da Rocha Almeida<sup>57</sup>. Diante da morosidade do processo de formalização da CBF e, por conseguinte, das eleições, se tornava evidente a tentativa de golpe do presidente Heleno Nunes para sua manutenção no poder. Após validar medida cautelar<sup>58</sup>, o juiz Júlio da Rocha Almeida cassou a liminar que impedia o registro do estatuto da CBF no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas<sup>59</sup>, frustrando Heleno Nunes e seus correligionários.

A despeito do aparente fim das disputas políticas entorno da presidência da CBF, as intrigas palacianas se desdobraram e ocorreu mais uma reação de um dos apoiadores de Heleno Nunes, o presidente da Federação do Espírito Santo Talles Novacos, que também entrou com ação judicial contra o registro já realizado do estatuto da CBF<sup>60</sup>. O novo imbróglio judicial se deveu ao fato de o CND, aproveitando-se dos intervalos entre as medidas judiciais do juiz Júlio da Rocha Almeida, ter se antecipado e registrado em Cartório a documentação necessária, passando a CBF existir oficialmente no dia 16 de novembro de 1979, ou seja, antes da decisão final do juiz, assinada no dia 17 de novembro de 1979. A contestação de Talles Novacos se baseava no artigo 121 da Lei do Registro Público, de acordo com a qual o registro deveria ser realizado pela CBD e não pelo CND. No entanto, a última manobra judicial a fim de postergar a realização da eleição presidencial na CBF não empreendeu nenhuma mudança no curso dos acontecimentos, haja vista que o juiz da 6ª vara federal, Armindo Guedes da Silva, não concedeu a liminar<sup>61</sup>. O presidente da Federação Metropolitana de Brasília Rui Teles, por sua vez, elogiou, citando um provérbio popular, a esperteza de Giulite Coutinho em se antecipar

---

<sup>56</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 02/11/1979, p.18

<sup>57</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 30/10/1979, p.32

<sup>58</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 14/11/1979, p.30

<sup>59</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 18/11/1979, p.28

<sup>60</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição 20/11/1979, p.30

<sup>61</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 22/11/1979, p.34

e registrar a documentação que validava a CBF no interstício de decisões judiciais: “Em rio que tem piranha, jacaré nada de costas...”<sup>62</sup>

As eleições da CBF foram finalmente marcadas para o dia 17 de dezembro. Em mais uma tentativa malsucedida de diminuir a quantidade de federações apoiadoras da candidatura de Giulite Coutinho, ficou determinado que apenas federações sem débito com a antiga CBD poderiam participar do pleito que definiria a primeira diretoria da CBF<sup>63</sup>. Outra tentativa sem sucesso, mas que demonstrava as brigas por poder no interior da política do futebol brasileira foi a declaração de Rubem Fonseca, principal cabo eleitoral de Heleno Nunes, de que este e Coutinho haviam abdicado de suas respectivas candidaturas em prol de um terceiro nome, José Ermírio de Moraes<sup>64</sup>.

A consumação da eleição de Giulite Coutinho veio acompanhada de promessas modernizantes de reestruturação do futebol brasileiro. O primeiro presidente da CBF afirmou que não cederia às pressões políticas para que determinados clubes participassem do campeonato brasileiro de 1980<sup>65</sup>. Segundo ele, apenas critérios financeiros e técnicos seriam levados em consideração na organização do certame. Na tentativa de se desvencilhar da gestão anterior - que inchara o campeonato com 94 clubes, priorizando arranjos políticos em detrimento de questões técnicas -, Coutinho afirmou que a melhor maneira de racionalizar a competição e lhe conferir maior apelo popular enquanto espetáculo, seria voltar “(...) à regionalização e à criação de uma divisão de acesso<sup>66</sup>. Essas alternativas permitiriam a inclusão de muitos clubes, sem abalar os critérios técnico e financeiro.”<sup>67</sup> Outra medida relevante a impactar a estrutura do futebol brasileiro anunciada por Coutinho era a revogação do voto unitário dentro das federações estaduais que, segundo ele, resultavam em um nivelamento de valores distintos existentes entre os clubes filiados às suas respectivas federações<sup>68</sup>.

A gestão de Giulite Coutinho foi marcada por diversas mudanças significativas. Sob seu comando, a CBF deu início às obras da Granja Comary em Teresópolis, moderno centro de treinamentos equipado para a preparação da seleção brasileira em disputas de

---

<sup>62</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 20/11/1979, p. 30

<sup>63</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 29/11/1979, p.32

<sup>64</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 30/11/1979, p. 22

<sup>65</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 15/01/1980, p.24

<sup>66</sup> De fato, houve duas divisões distintas no ano de 1980. O certame nacional contou com a Taça de Ouro - equivalente à primeira divisão do campeonato brasileiro – disputada por 44 clubes (menos da metade dos 94 do ano anterior), e com a Taça de Prata, em que participaram 64 equipes.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Jornal **Folha de S. Paulo (SP)**, edição de 19/01/1980, p.24

competições internacionais, ainda que tenha sido Heleno Nunes quem, apesar da postura política arcaica de favorecimentos a seus aliados, adquiriu o terreno (SARMENTO, 2006, pp. 145-6). Ademais, atento aos novos modelos modernos de arrecadação financeira em vigor na Europa, Coutinho introduziu

“(...) a implantação de um plano de marketing para o futebol brasileiro e a definição de um novo calendário para as competições nacionais e para a seleção brasileira. Nos primeiros meses de sua administração, o novo presidente da CBF firmou assim um contrato com o Instituto Brasileiro de Café (IBC) para o patrocínio da seleção de futebol. Esse acordo, considerado altamente vantajoso para os cofres da Confederação, previa o uso da imagem do selecionado em campanhas publicitárias e a veiculação de marcas do IBC nos uniformes da equipe. Em relação ao uniforme, também foi estabelecido contrato para o fornecimento de equipamentos esportivos, o que fez com que a logomarca do fabricante passasse a ser ostentada na camisa oficial do selecionado canarinho.” (Ibid., p.146)

Em suma, o processo histórico de nacionalização do futebol que desagua na institucionalização da CBF evidencia a interação dinâmica e contraditória – por meio das práticas concretas de grupos e sujeitos sociais e políticos - entre moderno e arcaico enquanto princípios típicos ideais opostos de cultura política e organização social na conformação do jogo político do futebol fora de campo que sustenta um tipo de dominação patrimonialista de longo prazo. A disputa pela presidência da entidade moveu rivalidades regionalistas que historicamente foram e continuam sendo as forças políticas mais poderosas na construção do futebol nacional. As dissidências que a marcaram se deram, portanto, no âmbito das elites locais do futebol. Como demonstrado nesse capítulo, a estrutura política que delega às federações estaduais poder total na escolha do presidente da confederação nacional do futebol em detrimento dos grandes clubes, é resultante da própria sequência particular e contingente em que o esporte se institucionalizou no país, interseccionando variáveis sociais, históricas, econômicas e geográficas. Acompanhamos aqui, portanto, a montagem das engrenagens desse duradouro sistema clientelístico alicerçado nas federações estaduais – atores políticos coletivos que singularizam a política do futebol brasileiro no plano mundial – e na gama de pequenos clubes e ligas que compõem seus colégios eleitorais. A consequência do sucesso desse projeto federativo será, como sabemos, a existência, somente no Brasil, dos campeonatos estaduais, que ocupam cerca de quatro meses da temporada de futebol no país, produzindo um calendário saturado de jogos, no qual um clube da primeira divisão pode precisar alcançar a marca de oitenta jogos anuais (em termos de comparação, um

time da elite europeia realiza, em média, vinte partidas a menos que os clubes da elite brasileira).

As ações modernizantes na estrutura política do futebol implementadas por Giulite Coutinho, porém, não fizeram com que o tradicionalismo regionalista desaparecesse. Pelo contrário, e dialeticamente, acabaram reforçando a necessidade de se respeitar os campeonatos regionais como forma de racionalizar o calendário em nome de evitar o excesso de jogos no plano nacional de competições.

## CAPÍTULO II

### 2. CARTOLAGEM, BOLA E VOTO

No capítulo anterior, realizamos uma reconstituição histórica dos momentos decisivos que modelaram o processo de institucionalização do futebol brasileiro, que culminou na extinção da CBD e na consolidação da CBF enquanto principal organização nacional do esporte mais popular do país e do mundo; uma entidade privada sem fins lucrativos que comanda soberanamente um bem imaterial público da sociedade brasileira e arrecada anualmente cifras altíssimas oriundas dos patrocínios e direitos de transmissão gerados pela seleção brasileira – um dos maiores ativos simbólicos da nacionalidade do país – e pelos clubes e suas gigantescas massas de torcedores, gerando audiência e visibilidade. Um elemento sempre presente e fundamental para compreensão da cadeia de poder assim formada é a fragmentação do poder que acabou por incidir na adoção de um regime federalista de organização política. Portanto, o presente capítulo discorrerá sobre as bases federalistas do futebol como modelo fulcral para a perpetuação do tipo de dominação política vigente, de caráter estamental e patrimonial. Nosso ponto de chegada será compreender as bases e a dinâmica do poder constituído à luz de uma estrutura clientelística “sistêmica”, lançando mão de empréstimo conceitual da análise de Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto* (1949), obra que, investigando a política brasileira na Primeira República, constata que os municípios – apesar de financeiramente inferiores às demais esferas de poder – têm papel central diante no modelo federalista brasileiro e sua “política dos governadores”.

A fim de analisar a estrutura política atual e as ações dos atores políticos que a constituem, o capítulo enfatizará episódios paradigmáticos em que se almejaram mudanças profundas no arranjo institucional do futebol brasileiro - e a consequente diminuição da prerrogativa da CBF e do “pacto federalista” em ditar as regras organizacionais -, alçando os clubes a protagonistas – ou ao menos ampliando sua participação - diante dessas decisões. Assim, tomaremos como objetos o movimento independente do Clube dos 13 na segunda metade da década de 80, a Lei Zico e a Lei Pelé nos anos 90. Todas essas iniciativas avançavam reivindicações que, entretanto, foram controladas e “amenizadas” no intuito de que o poder constituído não sofresse alterações radicais.



Após examinar, através de matérias de jornais, a atuação dos sujeitos políticos diante das tentativas de mudanças estruturais no futebol brasileiro, o capítulo se debruçará nos estatutos da CBF e de algumas federações estaduais de modo a adensar a ideia do federalismo como engrenagem de um sistema político pouco propício a alterações substanciais no que se refere à dinâmica política em que pequenas peças, aparentemente, irrelevantes no cenário futebolístico nacional e mesmo estadual, são, na realidade, eixos de uma estrutura nos moldes do sistema de reciprocidade coronelista formulado por Leal (1997). Seu resultado é, entre afinidades eletivas e escolhas pragmáticas, a aliança entre federações estaduais e CBF em torno da manutenção do monopólio dos meios de decisão política no futebol brasileiro. Como se tentará evidenciar ao perscrutar o processo eleitoral que define os presidentes e vices das entidades estaduais, pequenos clubes e ligas municipais de pouca relevância nacional integram a grande maioria do colegiado apto a votar nas assembleias no âmbito das federações, desempenhando o papel de “fiel da balança” da política estadual e, por conseguinte, também da política nacional, haja vista que as federações estaduais possuem peso maior de voto nas assembleias da CBF.

Com o propósito de evitar imprecisões conceituais no que se refere ao coronelismo e ao mandonismo e não adotar apenas um conceito abstrato de “estrutura” em detrimento de “agência” dos portadores sociais que a realizam e sustentam em suas práticas<sup>69</sup>, o capítulo buscará construir uma inteligibilidade sociológica da política do futebol a partir da dualidade teórica de arcaico e moderno como princípios societários em interação dinâmica. Todavia, nossa maior ênfase recairá na estrutura política - em detrimento da ação dos dirigentes enquanto atores políticos - do futebol brasileiro e seu papel na conciliação de interesses e no abrandamento das tentativas de alterações e, por vezes, rupturas institucionais ao longo dos anos.

---

<sup>69</sup> Debate tenaz na teoria sociológica, a dicotomia conceitual agência e estrutura está presente na obra de diversos autores da tradição sociológica. Algumas delas são paradigmáticas no sentido de apresentar teorias que busquem superar a preponderância de um elemento sobre o outro. Segundo Anthony Giddens (2003), por exemplo, em sua “teoria da estruturação”, a agência dos indivíduos em sociedade contém reflexividade, ou seja, o monitoramento reflexivo advém do hábito, das ações cotidianas que nos fazem agir racionalmente de acordo com as regras e normas impostas pela estrutura – uma vez que esta é resultante da rotina -, mas ao mesmo tempo agir de maneira involuntária, sem calcular quais ações devemos tomar para que nossas ações sejam convenientes com a situação. A capacidade de refletir acerca das ações e não meramente reproduzi-las sem nenhum tipo de reflexividade é que tornam as estruturas, apesar de externas, maleáveis por parte da agência. Entretanto, concomitantemente, as estruturas no mundo social servem de guia para os comportamentos dos atores, a partir de normas, regras, valores ou símbolos. Para Giddens, as estruturas não resultam em indivíduos com “corpos dóceis” cujo único papel é reproduzi-las, mas, pelo contrário, os indivíduos têm a capacidade de influenciá-las (GIDDENS, 2003, p. 19)

## 2.1 “Clube dos 13”: um movimento em busca da independência

O contexto dos anos 1970 e 1980 são de intensas mudanças no que concerne à modernização do futebol via publicidade e comercialização de direitos de transmissão dos campeonatos, tendo como referencial o que ocorria no continente europeu, principalmente na Inglaterra (GIULIANOTTI, 2002). Vinculada a um futebol cada vez mais empresarial, dado seu enorme potencial financeiro como o mais popular dos esportes mundiais, a gestão de clubes europeus passou a exigir um *ethos* profissional visando a capitalização em cima do patrimônio simbólico dos clubes e das competições de futebol enquanto prática integrante da cultura popular de massas.

O ambiente do futebol brasileiro era “irritado”, para falar como o sociólogo Niklas Luhmann, pelas mudanças da conjuntura internacional e tinha como principal razão de seu declínio e crise justamente a estagnação produzida pelo modelo amador adotado por seus dirigentes, que persistia mesmo diante da “revolução” administrativa do futebol europeu. A despeito das seguidas reivindicações no período em questão pela introdução da publicidade no futebol brasileiro por parte de dirigentes de clubes e da imprensa esportiva, sua utilização era até então prerrogativa exclusiva da CBD nos uniformes da seleção brasileira. A questão, no entanto, não era aceita passivamente por dirigente e jogadores, visto que estes não eram beneficiados financeiramente pelas marcas de empresas que expunham em seus trajes, resultando em medidas de protesto dos atletas como, por exemplo, vestir os uniformes pelo avesso ou mesmo se negar a usá-lo<sup>70</sup>.

Nesse contexto de mudanças, os clubes brasileiros, por não acompanharem as novas tendências do mercado global por questões legais - uma vez que a legislação esportiva não permitia a exploração comercial do esporte - se viam em uma situação de grande desvantagem financeira na competição desigual com o moderno futebol europeu, culminando no êxodo dos melhores “pés-de-obra” e na diminuição de público nos

---

<sup>70</sup> Folha de S. Paulo (13/05/1977, p.26) - “O uso da propaganda: uma questão antiga”. Além disso, na mesma edição, em matéria intitulada “Na Europa, todos ganham com a publicidade”, é demonstrado como a utilização da publicidade não inibe os clubes europeus de dependerem de vendas de atletas para o exterior, tal como no Brasil. Segundo o jornal, o Bayern de Munique, a despeito de estampar a marca da Adidas em seu uniforme, não se encontrava em boa condição financeira, ao contrário “(...) está à beira da falência, salvo momentaneamente pela venda de Franz Beckenbauer ao Cosmos.” (Folha de S. Paulo, 13/05/1977, p.26). O jornal também traça uma comparação com o futebol brasileiro ao citar que os ingleses, “(...) conservadores e pioneiros na regulamentação do futebol descobriram que melhor que a publicidade é uma boa administração. Coisa que Márcio Braga, presidente do Flamengo, clube que deve mais de Cr\$ 30 milhões e assina cheques pré-datados, talvez não saiba.” (Ibidem).

estádios (HELAL, 1997). As alterações estruturais, portanto, apresentavam-se como iminente solução para os clubes diante da crise causada pelo enfraquecimento financeiro e desportivo que acometia o futebol brasileiro. Sintomático do recorte temporal aqui analisado é movimento do Clube dos 13, advindo dos grandes clubes brasileiros e suas propostas reformadoras.

Anteriormente à efetivação da transformação da CBD em CBF que ocorreu em 1979, a imprensa esportiva já escrevia acerca do estado em que se encontrava o futebol e da necessidade de mudanças. O jornal *O Globo*, em uma série de seis artigos intitulada “A decadência do futebol brasileiro” publicada em 1978, contestava, dentre outras questões, o modelo de gestão do futebol nacional calcado nas federações estaduais. Em um dos artigos, inclusive, o jornal afirma que “(...) CBD e as federações manipulam os clubes”<sup>71</sup> a fim de fazer prevalecer seus interesses e de seus dirigentes ao inflar o calendário com diversas partidas, prejudicando o condicionamento físico de atletas e promovendo jogos deficitários aos clubes e desinteressantes ao público que “(...) vai ao estádio, não gosta do espetáculo e vai. Mas insiste, acredita que o próximo jogo será bom. Volta e novamente é levado a vaiar.”<sup>72</sup>

Importante ressaltar os depoimentos de jogadores contidos nos artigos, evidenciando que os prejuízos do excesso de jogos que beneficiava a relação de prestação e contraprestação de favores entre federações estaduais e a então CBD não atingia apenas os clubes enquanto instituições, mas também os atletas enquanto trabalhadores. Se referindo à quantidade grande de partidas e à disparidade técnica e financeira dos clubes envolvidos no certame nacional, o atacante Enéas, da Portuguesa de Desportos (SP) diz não ver sentido no modelo de organização do campeonato nacional, definindo-o como “uma loucura”, e que, enquanto houver tal “(...) disparidade acentuada de forças, o problema persistirá.”<sup>73</sup>

Há contestações acerca do modelo de administração dos clubes, que também é apontada como uma das razões para a crise vivida pelo futebol brasileiro nos fins dos anos 1970. De acordo com o publicitário Mauro Salles a ausência de uma gestão empresarial inibia o desenvolvimento da exploração publicitária como um ativo

---

<sup>71</sup> Jornal *O Globo* (17/09/1978), p.39 - “Sobram jogos e desorganização. Falta amor.”

<sup>72</sup> Jornal *O Globo* (18/09/1978), p.26 - “O público, decepcionado, foge dos estádios.”

<sup>73</sup> Jornal *O Globo* (19/09/1978), p.31 - “Jogos ruins, vaias. A rotina.”

financeiro para os clubes<sup>74</sup>. Vale ressaltar, entretanto, que a obtenção de lucro através do patrocínio de marcas de empresas pelos clubes era dificultada também pela própria legislação esportiva vigente no período, como já tratado anteriormente.

O penúltimo artigo da série “A decadência do futebol brasileiro”, cujo sugestivo título era “Uma reforma estruturante, a única solução”, demonstra o teor do que se propunha o jornal a persuadir seus leitores: um dos grandes dirigentes de clube do futebol do período, Francisco Horta, presidente do Fluminense, evidenciava como a dificuldade para gerar mudanças profundas encontrava suas razões também nos seus próprios pares. Segundo Horta, para além da mentalidade amadorística dos dirigentes, a própria situação política do país, em plena ditadura militar, dificultava as mudanças modernizantes necessárias para o progresso do futebol brasileiro. Entretanto, revelando incoerência com o discurso progressista, Horta negara anteriormente convite para compor a coalizão de oposição da candidatura à presidência da federação de futebol do Rio de Janeiro, uma vez que não gostaria de fazer oposição ao seu amigo particular e então presidente da federação Otávio Pinto Guimarães.<sup>75</sup>

No último artigo da série em questão a estrutura política do futebol brasileiro e sua má organização a fim de atingir interesses outros que não o futebol são o foco principal. O título “A política. Eis o mal do futebol na opinião dos especialistas” traz um forte significado para o momento conturbado por que passava o futebol brasileira, cujo cerne do problema, conforme apontado pela imprensa esportiva, era a política de conchavos que ditava uma dinâmica de funcionamento propensa à barganha e à troca de favores por parte de federações estaduais e confederação nacional.

Ademais, o futebol era, como discorrido no capítulo anterior, mobilizado como meio para adquirir capital político dentro da própria dinâmica da política nacional, ao expandir o campeonato para diversas regiões do Brasil obtendo, assim, maior capilaridade eleitoral para o partido situacionista, o ARENA. Diretor de jornalismo da Rede Globo à época, Armando Nogueira, é enfático ao declarar que “O Campeonato Brasileiro é uma loucura, porque organizado a fim de atender a interesses eleitorais e político partidários. E eles são incompatíveis com o esporte.”<sup>76</sup> Questionado acerca do momento de crise dos clubes do futebol brasileiro, o então presidente da CBD, Almirante Heleno Nunes, chefe

---

<sup>74</sup> Jornal **O Globo** (20/09/1978), p.28 – “Em busca do lucro, como empresa.”

<sup>75</sup> Jornal **O Globo** (21/09/1978), p.39 – “Uma reforma de estruturas, a única solução”.

<sup>76</sup> Jornal **O Globo** (22/09/1978), p.30 – “A política. Eis o mal do futebol na opinião dos especialistas”.

maior da estrutura organizadora do futebol no Brasil, isenta a dinâmica política de qualquer responsabilidade, imputando a crise única e exclusivamente à “economia doméstica” dos clubes.<sup>77</sup>

Em suma, partes da série de artigos do jornal *O Globo* “A decadência do futebol brasileiro”, foram trazidas aqui a fim de sintetizar o momento e os problemas em que se debatia o futebol brasileiro e que antecederam o episódio paradigmático de tentativa de mudanças estruturais em sua política, performada pelo “Clube dos 13”. É relevante circunscrever os incidentes temporalmente, visto que as principais reivindicações do movimento “emancipatório” dos grandes clubes brasileiros em relação à política federalista do futebol brasileiro estavam de acordo com o que ocorria no cenário internacional, ou seja, na Europa e, mais especificamente, na Inglaterra, como modelo bem-sucedido de obtenção de lucro através do futebol. Como assinala Giulianotti,

“O aumento do comércio do futebol nos clubes foi uma forma de mercantilização no período relativamente inicial do pós-guerra, mas maiores mudanças financeiras e culturais inspiraram-se na televisão, principalmente no crescimento da transmissão por satélite e na possível televisão *pay-per-view*. Os clubes líderes da Europa transformaram seus negócios, aumentando o investimento por intermédio da entrada nos mercados de ações.” (GIULIANOTTI, 2002, p.116)

Portanto, a modernização para um modelo de gestão empresarial – em que uma das consequências seria a utilização de placas de publicidade e da estampa de patrocinadores nos uniformes dos clubes - já estava em curso desde a década de 1960. O Clube dos 13 se tornou o principal movimento a encampar essa agenda modernizante nos moldes europeus, pleiteando uma mudança de fato estrutural que passava pela extinção da política federalista. Entretanto, a despeito das reivindicações expressas pela série de artigos de 1978, o período da primeira metade da década de 80 foi de poucas alterações na organização do futebol brasileiro. Uma das poucas exceções no sentido da modernização atrelada à abertura do capital no futebol foi a permissão concedida pelo CND em 1982 para a exploração de patrocinadores pelos clubes brasileiros.

A entrada na década de 80, portanto, não foi acompanhada da concretização das mudanças reivindicadas no final dos anos 70, a despeito da transição para a abertura política por que o Brasil passava, o que poderia significar menor interferência do poder governamental na organização do futebol nacional e, por conseguinte, maior liberdade de

---

<sup>77</sup> Ibidem

atuação dos grandes clubes brasileiros dentro do campo de jogo político do futebol. Todavia, como demonstra matéria do *Jornal do Brasil* de 1985 – ano que findava a ditadura militar no país após 21 anos –, o entulho autoritário da legislação desportiva utilizada pelo governo federal sob comando dos militares permanecia escorando um sistema que favorecia os dirigentes das federações estaduais, maiores aliados políticos da CBF.

À revelia da alteração no comando da CBF, a essa época comandada por Giulite Coutinho, a questão do voto unitário, estabelecido em 1975 pela Lei 6.25, solicitada pelo governo a pedido do deputado situacionista do partido ARENA Álvaro Valle, ainda prevalecia e moldava a configuração do sistema de dominação da política do futebol. Em caso ilustrativo citado no artigo do *Jornal do Brasil*, o voto unitário serviu para beneficiar dirigentes de federações estaduais, como, por exemplo, Ebes Lima Guimarães que, impossibilitado de se reeleger na Federação Desportiva Espírito Santense, fundou a Federação de Futebol do Espírito Santo a fim de se prolongar no poder, sendo eleito presidente apenas com o apoio de clubes e ligas do interior para um mandato de três anos.<sup>78</sup>

Os precedentes apontavam inevitavelmente para um movimento coletivo independente do poder constituído, organizado pelos clubes a fim de reivindicar transformações que se mostraram, ao longo dos anos, impossíveis no interior da estrutura organizacional vigente. Ademais, o contexto de abertura política de redemocratização acabou ampliando também o interesse e a possibilidade de uma ação coletiva coordenada por parte dos clubes visando obter maior poder e aumentar sua participação sobre os rumos do futebol brasileiro. O Clube dos 13, formado pelos maiores clubes brasileiros<sup>79</sup>, apresentou propostas que demonstram a radicalidade que animava o movimento inicialmente. Em edição de 14 de julho de 1987, o *Jornal do Brasil* essas reivindicações, dentre as quais, destacam-se: a diminuição do número de clubes que disputariam o campeonato nacional de 1987, separando-os em divisões distintas com, no máximo, 13 clubes; a diminuição, também, do número de clubes nos campeonatos regionais; constituição de um Conselho Arbitral na CBF que incluísse os clubes das séries A e B,

---

<sup>78</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 19/08/1985, p.7 - “Futebol brasileiro briga com a vitória”

<sup>79</sup> Os seguintes clubes integraram o movimento: Botafogo, Flamengo, Fluminense, Vasco, Corinthians, São Paulo, Santos, Palmeiras, Atlético-MG, Cruzeiro, Grêmio, Internacional e Bahia. Tais clubes, foram, de fato, os mais relevantes no quesito de títulos, acúmulo de pontos, média de público e cessão de jogadores à seleção brasileira desde a unificação do Campeonato Brasileiro, em 1971 (HELAL, 1997, p.89)

assim como a exigência da participação dos mesmos nas eleições para a escolha do presidente da CBF. Além disso, duas propostas são importantes para compreender a resistência do federalismo como base do sistema político do futebol brasileiro: o estabelecimento do voto plural e qualitativo – isto é, com maior peso e relevância – para os grandes clubes nos pleitos estaduais, além da prerrogativa dos clubes organizarem o calendário anual a partir do ano de 1988.

É possível perceber, diante das propostas defendidas pelo Clube dos 13, que se tratava de um movimento de caráter não apenas reformista, mas revolucionário, haja vista que pretendia alterar a distribuição de poder existente entre os atores sociais envolvidos, retirando parte do capital político das federações estaduais ao demandar participação direta nas eleições da CBF e modificar o peso dos votos nas eleições estaduais. Ou seja, as mudanças propostas causariam fissuras estruturais diretas na organização política do futebol brasileiro, uma vez que a relação de favores retroalimentada entre os aliados da CBF e federações estaduais seria ameaçada pelo maior poder dos clubes.

A declaração da CBF, em 1987, de que não reunia recursos financeiros necessários para a organização do Campeonato Brasileiro<sup>80</sup> do mesmo ano foi o ensejo ideal para que o Clube dos 13 tentasse pôr em prática alguns de seus ideais formadores. Embora esse fosse um cenário ideal para a realização de um campeonato desvinculado da CBF, as diretorias amadoras conduzidas por sócios eleitos dos clubes em detrimento a um quadro profissional de gestores acabaram produzindo entraves para a organização de um campeonato nacional de caráter “moderno” como se esperava, isto é, em sintonia com a exploração do potencial mercadológico que uma competição com a presença de clubes com milhões de torcedores poderia gerar. O relato do jornalista Juca Kfoury acerca das vicissitudes da organização do campeonato nacional pelos clubes em 1987 indica como os ideais de ruptura pretendidos inicialmente pelo movimento estavam sob ameaça devido à própria mentalidade dos dirigentes dos clubes brasileiros:

“Foi há oito anos atrás, 1987. O grande esporte deste país, a paixão nacional, numa crise sem tamanho. A CBF declara que não tem condições de organizar o Campeonato Brasileiro de Futebol. Os 13 maiores clubes do país se organizam, fundam o Clube dos Treze e, por intermédio do apoio da Coca-Cola, da Varig e da Rede Globo de Televisão, lançam a ideia da Copa União. Começam a

---

<sup>80</sup> **Folha de S. Paulo (SP)**, 08/07/1987, p.18 – “Octávio diz que CBF está ‘quebrada’; Brasileiro de 87 pode ser regionalizado”

organizar essa Copa; reúnem-se os treze clubes no Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro, para a assinatura do contrato com a Coca-Cola. [...] Na hora da assinatura, um atraso, como só acontece nas coisas feitas aqui, o presidente do Corinthians, Vicente Mateus, olha para o contrato e diz: “Não vou assinar.” “Como não vai assinar, presidente? Há 15 dias não falamos em outra coisa.” “Isso não é bom para o Corinthians. Se é bom para o São Paulo, não deve ser bom para o Corinthians.”<sup>81</sup>

A resolução acerca do Campeonato Brasileiro de 1987 não se desenvolveu sem que conflitos irrompessem. O vice-presidente da CBF Nabi Abi Chedid ameaçou romper o vínculo da entidade com os clubes<sup>82</sup>, os quais, dessa forma, por estarem desfiliaados da confederação de seu país, deixariam de ser reconhecidos pela FIFA e estariam proibidos de participar de competições internacionais, assim como de excursionar no exterior a fim de propagar a marca e gerar alternativas de receitas. A CBF, no entanto, na figura de seu vice-presidente e então presidente em exercício Nabi Abi Chedid, em reunião com onze presidentes de federações, admitiu que o campeonato deveria ser disputado por, no mínimo, 62 clubes<sup>83</sup>, repetindo a fórmula de campeonatos anteriores cujo formato que incluía diversas equipes era uma nítida forma de agradar e contemplar clubes das federações estaduais e manter coesas as alianças políticas que lubrificavam a engrenagem da dominação. No entanto, Eurico Miranda, vice-presidente do Clube dos 13, foi categórico em relação ao campeonato nacional ao afirmar que “(...) não há nenhuma chance de o Clube dos 13 aceitar essa fórmula. Nós queremos no máximo dezesseis.”<sup>84</sup>

Ao fim, a negociação para a resolução do formato da Copa União chegou à conclusão de que 32 equipes participariam, divididas em dois módulos com 16 clubes cada.<sup>85</sup> O módulo verde, considerado a primeira divisão nacional, contaria com o Clube dos 13 mais três clubes escolhidos pela CBF: Coritiba, Goiás e Santa Cruz; enquanto o módulo amarelo seria integrado por clubes considerados da segunda divisão nacional. Portanto, ao passo que o Clube dos 13 teria liberdade para organizar e negociar os direitos de transmissão do campeonato, a CBF conseguiria manter-se no topo da estrutura de

---

<sup>81</sup> KFOURI, Juca. A mídia e o marketing esportivo. In: Anais do Seminário Indesp de marketing esportivo, pp.40-41 (apud PRONI, 2000, p.160)

<sup>82</sup> **Folha de S. Paulo** (SP), 15/07/1987, p.14 – “Nabi ameaça expulsar da CBF os treze grandes clubes”

<sup>83</sup> **Folha de S. Paulo** (SP), 22/07/1987, p.16 – “Nabi já admite Brasileiro com 62; Clube dos 13 rejeita”

<sup>84</sup> Ibid.

<sup>85</sup> **Folha de S. Paulo** (SP), 26/07/1987, p.38 – “Clube dos 13 aceita proposta de dois grupos com 16 times para 87”



poder do futebol brasileiro ao interferir e incluir mais três times na competição (HELAL, 1997, p.90).

O acordo em tom contemporizador da CBF junto aos clubes para a organização de um campeonato nacional com número reduzido de clubes suscitou forte reação das federações estaduais, que se viam prejudicadas pela ausência de um grande número de representantes de seus estados na principal competição nacional. No dia 17 de agosto de 1987, 22 das 26 federações estaduais convocaram uma assembleia geral na CBF a fim de debater o afastamento do presidente da entidade Octávio Pinto Guimarães e do vice-presidente Nabi Abi Chedid. O motivo que as impulsionou é incontestável: “as federações dizem que a CBF perdeu o controle do futebol brasileiro ao fazer concessões às exigências dos clubes, sem consulta às federações.”<sup>86</sup> Ou seja, a decisão que levou ao acordo sobre o formato do Copa União gerou uma crise interna dentro da estrutura de poder do futebol brasileiro, uma vez que as federações se sentiram desprestigiadas pelo atendimento parcial das exigências feitas pelo Clube dos 13, resultando na medida extremada de buscarem o impeachment do presidente da entidade máxima do futebol no Brasil.

No decorrer de medidas cautelares e liminares no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pedidos junto ao CND para a confirmação da Assembleia Geral na CBF<sup>87</sup> as federações tinham em seu horizonte um objetivo: retomar o controle sobre a organização do futebol brasileiro que, na opinião da maioria – no dia 25 de setembro de 1987, 22 federações apoiavam o afastamento de Octávio Guimarães Pinto e novas eleições<sup>88</sup> – a CBF havia perdido ao ceder parte de seu controle ao Clube dos 13. No dia 28 de setembro de 1987, Ricardo Teixeira, então com 40 anos, genro e apadrinhado político de João Havelange – já presidente da FIFA – se apresentava como candidato de oposição à sucessão de Octávio Pinto Guimarães em pleito que ocorreria em janeiro de 1989, afirmando estar alinhado com os interesses das federações estaduais, e trabalhava nos bastidores para se eleger no lugar dos candidatos da situação, visto que a saída dos mandatários “(...) é vontade de 22 das 26 federações que compõem a assembleia da CBF.”<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> **Folha de S. Paulo (SP)**, 18/08/1987, p.15 – “Federações pedem demissão de Octávio e Nabi da CBF”

<sup>87</sup> **Folha de S. Paulo (SP)**, 18/09/1987, p.16 – “Federações agem para impeachment de Octávio”

<sup>88</sup> **Folha de S. Paulo (SP)**, 25/09/1987, p.18 – “Federações tentam retomar poder dado a Octávio”

<sup>89</sup> **Folha de S. Paulo (SP)**, 29/09/1987, p. 17 – “Genro de João Havelange apoia o impeachment de Octávio”

É notório, diante dos incidentes que marcaram o ano de 1987, que as tensões entre não apenas CBF e clubes, mas também entre CBF e federações estaduais se deram pelo fato do movimento independente do Clube dos 13 almejar mudanças estruturais no futebol nacional, visto que as propostas que difundiam na mídia esportiva e em reuniões com as entidades políticas e os atores que dela participavam - responsáveis, por sua vez pela organização do futebol nacional -, possuíam um viés inicialmente revolucionário, “(...) buscando implantar diretrizes mais racionais e desbancar o autoritarismo da CBF.” (PRONI, 2000, p.160). Mesmo que “controlada” através de acordos conciliadores firmados com a CBF, essa agenda de mudanças ocasionou uma crise institucional, levando as federações estaduais, então principais aliadas daquela na cadeia de poder constituído, a se rebelarem contra a condução “condescendente” do presidente e vice-presidente da entidade.

Desportivamente, o desfecho dos episódios que marcaram as sucessivas disputas em torno da organização da Copa União de 1987 acabou por deslegitimar a competição. A disputa em torno do campeão brasileiro resultou em novo conflito entre CBF e Clube dos 13, visto que

“(...) o regulamento do Campeonato Brasileiro de 1987 dizia no parágrafo primeiro do artigo 4 que o campeão e o vice-campeão da Copa João Havelange (Copa União) e o campeão e vice-campeão do Roberto Gomes Pedrosa (módulo amarelo) deveriam jogar entre si para decidir o campeonato brasileiro de 87 e os representantes do Brasil na Libertadores.” (HELAL, 1997, p.98)

De acordo com o regulamento, um quadrangular final envolvendo Flamengo (RJ) e Internacional (RS), campeão e vice-campeão respectivamente do módulo verde e Sport (PE) e Guarani (SP), campeão e vice-campeão respectivamente do módulo amarelo, deveriam se enfrentar para definir o campeão nacional de 1987. No entanto, o Clube dos 13 acordou previamente que não disputariam o quadrangular final, uma vez que isso retiraria a legitimidade de uma competição organizada de maneira independente pelo movimento.<sup>90</sup> O imbróglio judicial, inclusive, culminou no rompimento de contrato de cinco anos que a Rede Globo firmara com o Clube dos 13 para a transmissão das partidas organizadas pelo movimento (Ibid.).

---

<sup>90</sup> Diante da recusa de Flamengo e Internacional, houve uma “final” entre Sport (PE) e Guarani (SP) organizada pela CBF, cuja finalidade era decidir o campeão brasileiro de 1987, em que o Sport se sagrou campeão. A despeito das decisões por penalidades terminarem empatadas em 11x11, ambas equipes se retiraram de campo.

A despeito das dificuldades inerentes a um movimento que se pretendia homogêneo por compartilhar interesses avessos à mentalidade amadora dos dirigentes que comandavam os clubes, o Campeonato Brasileiro de 1987, nomeada pelo Clube dos 13 como Copa União, se tornou paradigmático da modernização do futebol brasileiro, tanto no sentido econômico de sua inserção no circuito da “capitalização” por qual passava o futebol europeu, quanto no sentido político ao delegar aos clubes a prerrogativa de organizar um campeonato rentável e exitoso, com um aumento de média de público em quase cinquenta por cento.<sup>91</sup> Além disso, pela primeira vez na história, o campeonato nacional teria seus jogos televisionados ao vivo, o que resultou em contratos lucrativos para os clubes junto à Rede Globo e por meio de placas de publicidade (HELAL, 1997, p. 93). No entanto, a ausência de uma resolução final envolvendo o Clube dos 13 e a CBF culminou na perda de força e legitimidade de um movimento que se mostrava promissor.

O transcorrer dos acontecimentos explicitam as diversas disputas entre os atores envolvidos, principalmente no que diz respeito à força política das federações estaduais e seu movimento de conservação do *status quo* que, afinal, garantia sua grande influência sobre a estrutura política hegemônica do futebol, calcada no federalismo. O movimento do Clube dos 13, todavia, sinalizava de maneira sintomática que mudanças legislativas e políticas estavam no horizonte da opinião pública e de grande parte dos dirigentes dos grandes clubes no Brasil, que, em consonância com a redemocratização da sociedade, direcionavam as reivindicações

“(…) para o declínio da tutela estatal sobre o futebol e para a necessidade de uma organização mais autônoma do esporte profissional. A solução para os problemas vividos pelo futebol brasileiro – afirmava-se desde o início da década – passava por completa reestruturação das bases legais e institucionais nas quais ele se erguera. Era o momento de limpar o ‘entulho autoritário’, de criar um novo ambiente jurídico e uma configuração institucional mais moderna, que permitissem aos clubes o salto definitivo para a ‘modernidade’.” (PRONI, 2000, p.162)

O Clube dos 13, portanto, a despeito da perda do ímpeto revolucionário inicial, se firmou como um movimento de vanguarda (HELAL, 1997) que, por meio de uma estratégia contenciosa, inseriu na ordem do dia temas de viés modernizantes em uma

---

<sup>91</sup> No Campeonato Brasileiro do ano de 1986, a média de público foi de 13.423 presentes. A média de público da Copa União, em 1987, teve um salto para 20.877 de torcedores presentes. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%BAblicos\\_no\\_Campeonato\\_Brasileiro\\_de\\_Futebol](https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%BAblicos_no_Campeonato_Brasileiro_de_Futebol)

estrutura política que pouco se alterou desde sua institucionalização, haja vista a manutenção do desenho federalista oriundo das próprias iniciativas fragmentadas de institucionalização do futebol pelo território nacional por parte de elites políticas locais. Esse modelo, como vimos no capítulo anterior, foi posteriormente reaproveitado por órgãos nacionais – como o CND e a CBD -para consolidação de um sistema político em que mudanças disruptivas são inviabilizadas, quando não tem seu sentido redefinido, por interesses particularistas dos dirigentes da CBF e das federações estaduais, protegidos por um arcabouço legislativo de cunho arcaico.

## **2.2 Lei Zico e Lei Pelé: a modernidade legislativa em vista**

Se o movimento do Clube dos 13 abriu precedente para que propostas modernizantes pautassem o debate na mídia esportiva, o contexto dos anos 1990 foi ainda mais significativo para que alterações legislativas de caráter liberal atingissem o esporte nacional. Nas primeiras eleições presidenciais diretas do período democrático, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente pelo pequeno PRN<sup>92</sup> para governar a partir de 1990. O mandato de Collor, por sua vez, se caracterizou por propor reformas administrativas que diminuíssem o tamanho dos investimentos públicos, inclusive no que tange à revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela constituição (MACIEL, 2011, p.101). Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2019, p. 206), o presidente, legitimado pelo mandato popular, se encontrava em posição favorável para pôr em prática as reformas neoliberais que almejava, adotando inicialmente “(...) medidas radicais e ambiciosas para acabar com a inflação, reduzir o número de funcionários públicos, vender empresas estatais, abrir a economia ao mercado externo.”

A composição ministerial do governo tinha na pasta da Secretaria Nacional de Esportes o ex-jogador Arthur Antunes Coimbra, o Zico, que apresentou um projeto de reforma do futebol em consonância com a lógica neoliberal do governo federal de diminuir a ingerência do Estado sobre o funcionamento da sociedade. O ato mais simbólico do período de Zico enquanto secretário foi a criação de um anteprojeto - denominado de “Projeto Zico” -, que tinha como objetivo alterar de maneira radical a

---

<sup>92</sup> Sigla do Partido da Reconstrução Nacional, obteve apenas 5% das cadeiras do Congresso Nacional no mesmo pleito, mesmo conseguindo eleger o Presidente da República (CARVALHO, 2019).

legislação esportiva brasileira que conferia ao Estado o papel de protagonista na organização do futebol, sancionada justamente em períodos autoritários – o decreto-lei 3.199 de 1941 e a lei 6.251 de 1975 – e vigora praticamente intacta desde sua criação.

O anteprojeto foi divulgado pelo *Jornal do Brasil* em 31/10/1990 em matéria, cujo título dá conta do recado: “Zico propõe modificação radical do futebol”. A matéria traz ainda forte declaração de Zico acerca da condição do jogador de futebol no Brasil no que se refere à questão do “passe”, além de apresentar resumidamente algumas das propostas do Projeto Zico:

“‘Fui escravo durante 20 anos. Agora, a escravidão acabou.’ Assim, o ex-jogador e atual secretário de Esportes da Presidência da República, Arthur Antunes Coimbra, o Zico, anunciou ontem o fim da Lei do Passe. A extinção está prevista no projeto com as novas diretrizes para o esporte que o presidente Collor encaminha ao Congresso até o início da próxima semana.

O texto, que extingue o polêmico Conselho Nacional dos Desportos (CND), prevê ainda a criação de estruturas de empresa nos clubes, modifica o mecanismo de eleição para a presidência das confederações e reduz o poder de fogo das federações estaduais. Além de desobrigar os clubes de futebol de disputarem os campeonatos estaduais.

‘Guardadas as devidas proporções, haverá impacto semelhante ao plano econômico do governo’.”<sup>93</sup>

Segundo o anteprojeto, o “passe” seria extinto a partir de 1º de janeiro de 1994; os clubes seriam obrigados, a partir de 1º de janeiro de 1992, a sair da condição de entidades esportivas sem fins lucrativos e passar a desenvolver suas atividades como empresas, ou, caso quisessem se manter como entidades sem fins lucrativos, deveriam, obrigatoriamente, constituir uma sociedade comercial independente para gerir o departamento de futebol.

Todavia, a proposta mais importante para o nosso argumento é a que diz respeito às federações estaduais, vistas como “(...) organismos mais poderosos do futebol brasileiro”<sup>94</sup>, afinal, além de decidirem as eleições na CBF, controlam os grandes clubes, que precisam estar vinculados a elas para participarem das competições em todos os níveis. O anteprojeto, porém, desobrigava os clubes da vinculação com as federações e,

---

<sup>93</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 31/10/1990, p.19 – “Zico propõe modificação radical do futebol”

<sup>94</sup> *Ibid.*

também, da disputa dos campeonatos regionais. Além disso, retirava das federações estaduais o poder de decidir as eleições na CBF ao removê-las do colégio eleitoral, que passaria a ser formado apenas pelos clubes. Isso tudo, por sua vez, só seria possível graças a outra proposta também presente no anteprojeto, a de extinção do CND, órgão estatal de fiscalização responsável pela manutenção do formato federalista da política do futebol brasileiro.

No âmbito das federações estaduais e ligas locais, a medida pelo fim do voto unitário implantado pela lei 6.251 - isto é, do voto igualitário entre todos os filiados componentes do colégio eleitoral de uma federação - representava outra ação de enfraquecimento do federalismo no futebol brasileiro. Sua substituição pelo chamado voto plural ou qualitativo beneficiaria os grandes clubes brasileiros a tomarem decisões dentro das federações e ligas de que fizessem parte, visto que o peso do voto de um clube seria determinado de acordo com seu patrimônio e o critério técnico de títulos conquistados.<sup>95</sup> O voto unitário, por sua vez, impediria que os grandes clubes fossem determinantes nas eleições locais, assegurando aos pequenos clubes, com baixo orçamento e de menor relevância técnica, a capacidade de decidirem os pleitos por serem majoritários em relação aos grandes clubes.

A questão do “passe”, outro ponto de extrema importância contido no anteprojeto, que pretendia revoga-lo, levou a disputas que não mais inseriam as federações no debate, deslocando o foco para a relação entre clubes e atletas. O atleta de futebol, após seu reconhecimento profissional em 1933, possuía vínculo irrestrito com o clube no qual trabalhava, sendo-lhe vedada a possibilidade de transferência para qualquer outro empregador sem a anuência do atual. O passe teve sua regulamentação no decreto nº 53.820 de 1964, que estipulava algumas regras a fim de esclarecer a relação entre empregador e empregado na tentativa de evitar uma imposição unilateral das vontades do clube sobre o atleta. O artigo 1º do decreto, diz: “Art. 1º A cessão de um atleta profissional de futebol por uma associação desportiva empregadora a outra, dependerá em qualquer caso, de prévia e expressa anuência do atleta interessado, sob pena de nulidade.”<sup>96</sup> Entretanto, a associação desportiva empregadora teria o direito de exigir da associação desportiva cessionária o pagamento de uma indenização ou do “passe” do atleta, e este “passe” não seria objeto de qualquer limitação quando se tratasse de um clube estrangeiro.

---

<sup>95</sup> **Folha de S. Paulo (SP)** - 25/08/1990, p.7 – “Zico já tem pronto projeto contra voto unitário”

<sup>96</sup> Brasil, 1964

O atleta, por sua vez, teria direito de receber 15% do valor de sua transação envolvendo as duas associações.<sup>97</sup> Nova lei promulgada em 1976, sob o nº 6.354, vinculava ainda mais o atleta ao empregador, limitando seu livre trânsito enquanto trabalhador formal para buscar novo clube. O artigo 11º da mesma lei decretava que: “Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.”<sup>98</sup> Ou seja, após essa lei, o atleta, mesmo que seu vínculo formal com o clube empregador expirasse, só poderia buscar outro clube por meio do pagamento de seu “passe” uma vez que era considerado um bem patrimonial do clube.

É possível perceber, portanto, por que a questão do “passe” estava na pauta do dia e era alvo das reformas liberalizantes do anteprojeto do secretário nacional de esportes. Os dirigentes de clubes e federações, por sua vez, se mostravam fortemente refratários à possibilidade de extinção do “passe” e de transformação do clube em empresas, como previa o anteprojeto. O vice-presidente de futebol do Vasco da Gama (RJ), Eurico Miranda, temeroso com a transformação de seu clube em empresa, posiciona: “Já imaginou se alguém resolve mudar nosso uniforme? Deixo de ser Vasco na hora!”<sup>99</sup> Pensamento semelhante era externado por Eduardo Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol: “Se passar (o anteprojeto), eu entrego a chave da Federação.”<sup>100</sup>

Os meses que se sucederam foram de pressão por parte dos dirigentes de clubes e da CBF, como, por exemplo, o lobby feito por Ricardo Teixeira junto a parlamentares a fim de derrubar o “Projeto Zico” já assinado pelo Presidente Fernando Collor de Mello<sup>101</sup> e encaminhado para votação no Congresso Nacional.<sup>102</sup> Ademais, o presidente da CBF se recusou peremptoriamente a participar de qualquer debate sobre o projeto de lei, como noticiado na imprensa,

“Durante os 13 meses de criação do projeto, ao invés de aceitar o convite para participar da comissão que estudou as propostas, o dirigente preferiu apresentar ao Presidente Collor um projeto alternativo. A CBF defendeu sugestões que

---

<sup>97</sup> Ibid.

<sup>98</sup> Brasil, 1976

<sup>99</sup> **Jornal O Globo** (RJ), 18/11/1990, p.61 – “Cartolas contra o futebol capitalista”

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> No período em que o projeto tramitava no Congresso Nacional, Zico já não ocupava mais a pasta da Secretaria Nacional de Esportes. O ex-jogador entregou o cargo por vontade própria, alegando necessidade de descansar e estar próximo à família. Zico foi substituído pelo ex-jogador de vôlei Bernard Razjman. À revelia das mudanças ocorridas na pasta, o projeto de lei permaneceu com o nome de Zico.

<sup>102</sup> **Jornal O Globo** (RJ) – 25/04/1991, p.39 – “CBF: ‘Lobby’ começa mal”

colidam frontalmente com o projeto, como a manutenção da atual Lei do Passe e das regras para eleição nas federações e confederações.”<sup>103</sup>

Os interesses implicados eram tantos que o projeto de mudanças estruturais suscitou reação até mesmo do presidente da FIFA, João Havelange, que ameaçou punir a CBF caso as novas regras entrassem em vigor. Em entrevista dada ao jornal *O Globo*, Havelange admite nem sequer ter lido o anteprojeto, mas já se pronunciava em tom categoricamente contrário:

“- Não estudei o anteprojeto. Só sei que a CBF é uma filiada da FIFA e segue um estatuto. Se as novas leis do futebol brasileiro não estiverem de acordo com o estatuto, a FIFA tomará providências. A CBF, então, será obrigada a modificar a lei. Se não o fizer, sairá da FIFA.”<sup>104</sup>

Após um interstício de três anos, a Câmara dos Deputados aprovou, em 1993, o Projeto Zico. Todavia, a radicalidade do projeto inicial no que se refere à alteração no colégio eleitoral da CBF que ambicionava um desencaixe estrutural na política federalista baseada em pactos de interesses mútuos e troca de favores entre federações estaduais e CBF, foi ofuscada. A despeito do Artigo 32 da nova Lei Zico implementar a adoção do voto plural nas federações estaduais, os grandes clubes não substituíram as federações ao pleito presidencial da CBF, as quais permaneceram como únicas componentes do colégio eleitoral. Alteração de maior importância promovida pela Lei Zico foi a extinção do CND, órgão estatal que intervinha diretamente na organização política do futebol brasileiro, em vigor desde 1941.

A Lei do Passe, por sua vez, não foi extinta como propunha inicialmente o Projeto Zico devido à forte resistência que sofrera de atores políticos que outrora ocupavam posições contrárias no campo político do futebol brasileiro, haja vista as disputas entre clubes, de um lado, e federações estaduais e CBF, de outro, diante da organização do campeonato independente de 1987. No entanto, o “passe” voltaria à pauta das discussões na mídia e no Congresso Nacional após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República, em 1994. Cardoso escolheu para ocupar o cargo de Ministro do Esporte o ex-jogador consagrado e o maior ídolo do futebol brasileiro, Pelé. O projeto de lei criado na gestão de Pelé continha elementos de continuidade em relação às propostas que acabaram sendo rejeitadas na redação final da Lei Zico, como a questão da

---

<sup>103</sup> Ibid.

<sup>104</sup> Ibid.



modernização das relações trabalhistas com o fim da Lei do Passe e uma nova tentativa de transformação dos clubes em empresas, no intuito de tornar sua gestão mais eficaz e racional – menos amadora e mais profissional. No entanto, para além das convergências, havia também divergências entre as duas leis desportivas que impactaram politicamente o futebol brasileiro nos anos 90. De acordo com Proni (2000), o projeto de lei que posteriormente viria a se concretizar como “Lei Pelé” apresentava itens que tentavam compatibilizar liberdade de mercado com intervencionismo estatal. Segundo Proni,

“(...) o Ministério Extraordinário dos Esportes resolveu encaminhar um novo projeto de lei, em setembro de 1997, que pretendia restaurar parte do controle que o Estado perdera sobre as entidades esportivas. O projeto se inspirava na legislação espanhola, que combina forte ingerência do poder público, principalmente na fiscalização do esporte nacional, com autonomia para os clubes se organizarem e se autogerirem, e ao mesmo tempo assegurando a independência dos tribunais de justiça esportiva em relação às federações e à CBF. Por outro lado, ao propor a revogação da Lei 6.354/76, o projeto também pretendia retirar as proteções que a legislação garantia aos clubes (lei do passe) e aos atletas (15% na transferência e limite de três anos na duração do contrato), deixando que o esporte passasse a ser regulado pelas leis do mercado.” (PRONI, 2000, p.198)

A futura Lei Pelé pretendia, portanto, modificar as relações trabalhistas no futebol brasileiro, responsabilizar criminalmente os dirigentes por possíveis rombos financeiros cometidos por suas gestões nos clubes e exercer maior controle por meio do governo federal sobre a entidade nacional de futebol e federações estaduais. Com a finalidade de melhorar o nível da gestão do futebol brasileiro, Pelé almejava alterar o *modus operandi* das federações estaduais e exigir maior transparência em seu funcionamento interno, haja vista que, sob o argumento de serem instituições privadas, não deviam satisfação a ninguém.<sup>105</sup> Em matéria d’ *O Globo* de 3 de abril de 1996, é noticiado que Pelé entregara ao Governo formalmente a proposta que revolucionaria o futebol brasileiro. A proposta previa regulamentar o art. 26 da Lei Zico<sup>106</sup>, visando fixar valores, critérios e condições para o pagamento do “passe”.

---

<sup>105</sup> Jornal **O Globo** (RJ), 22/09/1995, p.31 – “Pelé acelera projeto que muda em um mês a Lei do Passe”

<sup>106</sup> Segundo art. 26º da Lei 8.672/93: “Caberá ao Conselho Superior de Desportos fixar o valor, os critérios e condições para o pagamento da importância denominada passe.” Importante ressaltar que o Conselho Superior de Desportos (CSD) foi criado na Lei Zico a fim de substituir o Conselho Nacional dos Desportos (CND). O CSD possuía viés mais democrático, de caráter consultivo e normativo, composto por quinze membros escolhidos pelo Presidente da República, tais como um representante de atletas profissionais; de atletas não profissionais; de profissionais da imprensa esportiva; de empresas que apoiam o desporto nacional etc.

O artigo do jornal apresenta uma tabela comparativa de como o fim da Lei do Passe alteraria a situação momentânea e modernizaria as relações trabalhistas no futebol brasileiro. A legislação vigente permitia que o jogador obtivesse o “passe livre”, - isto é, a possibilidade de se desvincular do clube empregador - apenas aos 32 anos, idade considerada já avançada para um atleta profissional de alto rendimento. O texto inicial da nova lei dizia que o atleta estaria livre a partir dos 24 anos ou após 5 anos de vínculo com o clube, sendo o vínculo do passe do atleta totalmente extinto após o fim do contrato. Outros pontos importantes são a implementação de seguro de vida, até então inexistente e a mudança de clube se tornando decisão do empregado e não mais do empregador.

Suscitando reações distintas, o fim da Lei do Passe significava maior complexidade do que uma simples ideia de modernização da legislação desportiva. Em artigos que apresentavam opiniões contrárias a respeito da alteração proposta por Pelé, o jornal *O Globo* defendia o fim do passe,

“(...) Brasil estava atrasado em relação ao resto do mundo. Na Europa, não existe Lei do Passe. O que há são contratos longos, que preservam a relação profissional, e incluem cláusulas punitivas para as rescisões unilaterais. Este é o tipo de realidade que fatalmente terá de existir no Brasil. Montados no arcaísmo do antigo sistema, os clubes – e também muito empresários e dirigentes – acostumaram-se a ganhar dinheiro especulando com jogadores – e quanto a isso a mudança é inevitável.”<sup>107</sup>

Por sua vez, Kleber Leite, presidente do Flamengo à época, defendia maior debate e consenso entre poder público e dirigentes, a fim de que as mudanças fossem graduais. Declarando se tratar de um radicalismo por parte do Governo Federal, Leite compara a condução do fim da Lei do Passe com os planos econômicos que marcaram o Brasil dos anos 90:

“(...) tudo soa radical se for introduzido de maneira abrupta. O Plano Collor não deu certo porque foi um confisco. Por que o Plano Real deu certo? Porque foi estudado, introduzido aos poucos e talvez até hoje não tenha chegado a sua última etapa. A maneira como a Lei do Passe foi introduzida é que dá a impressão de um confisco, de algo que te enfiam pela goela.”<sup>108</sup>

Outra opinião de dirigente esportivo, dessa vez do ex-presidente do Flamengo Antonio Dunshee de Abranches, manifesta incoerência ao defender a não interferência da nova

---

<sup>107</sup> Jornal *O Globo* (RJ), 21/09/1996, p.6 – “Tema em discussão: Lei do Passe”

<sup>108</sup> Ibid.

legislação na organização dos clubes. Por um lado, elogia os mais de 50 anos que o CND esteve em funcionamento interferindo diretamente na organização do futebol brasileiro, e argumenta que, a despeito dessa intervenção estatal, pelo menos 13 clubes se encontram em “(...) invejável situação patrimonial e notável desempenho técnico nas competições.”<sup>109</sup> Contrariando, porém, esse elogio, Dunshee de Abranches afirma que os clubes não necessitam de qualquer tipo de interferência exterior para se organizarem e aponta para o verdadeiro mal que acomete o futebol brasileiro: “Quem milita em clube sabe perfeitamente que os males atuais do futebol brasileiro têm suas origens nas federações e na confederação nacional, composta pelas federações estaduais, que passaram a fazer concorrência desleal a seus filiados.”<sup>110</sup>

É de suma importância posicionar os atletas diante do debate da Lei do Passe, pois foram eles, afinal, os sujeitos diretamente atingidos pelas mudanças pretendidas. Em pesquisa realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em maio de 1996, a maioria dos 313 jogadores profissionais que atuavam no campeonato paulista do mesmo ano se mostraram contrários à nova lei. Do total dos atletas ouvidos pela reportagem, 53,6% eram contra o fim da Lei do Passe.<sup>111</sup> A entrevista realizada com jogadores do campeonato regional é sintomática porque evidencia a realidade complexa que envolve a condição dos trabalhadores do futebol. Os atletas mais valorizados se posicionavam pelo fim da Lei do Passe, visto que teriam mais facilidade em assinar contratos vantajosos com outros clubes, inclusive em mercados de futebol mais ricos, como o europeu.

Em declarações dadas ao jornal *Folha de S. Paulo* de 29/09/1996, atletas de grandes clubes do Brasil se manifestavam peremptoriamente favoráveis ao fim da Lei do Passe. Túlio, atacante do Botafogo (RJ), diz: “A nova lei é mais um gol do Pelé. Até hoje, o dirigente dizia: ‘é pegar ou largar’. Agora posso dizer: ‘então, tchau. Um abraço.’” Djalminha, meia do Palmeiras (SP) afirma: “A liberdade de escolher onde jogar é mais importante do que qualquer outra vantagem.” Exemplo simbólico que demonstra o quão abrangente é o mundo dos atletas de futebol é a declaração do meio-campo Raí, então jogador do Paris Saint-Germain, da França: “Não importa quem vai levar vantagem. Não se pode coibir o princípio da liberdade de trabalho porque algum clube será prejudicado.” No sentido contrário às declarações anteriores, Valber, zagueiro do São Paulo atenta para

---

<sup>109</sup> Jornal **O Globo** (RJ), 14/08/1997, p.6 – “Dispensam-se leis”

<sup>110</sup> Ibid.

<sup>111</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), 21/05/1996, p.9 – “Maioria quer manter a Lei do Passe”

uma consequência assimétrica do fim da Lei do Passe: “A lei é ruim para quem não está em evidência. Será difícil para esses jogadores acharem um clube para jogar.”

A ponderação do ex-zagueiro Valber é relevante para compreender o porquê da maioria dos atletas que disputavam o campeonato paulista de 1996 se mostrarem contra o fim da Lei do Passe. Uma vez que o campeonato regional é disputado majoritariamente por pequenos clubes do interior, cujo calendário anual muitas vezes se limitava às competições organizadas pelas federações estaduais, seus atletas poderiam ficar meses sem receber salários, na dependência de que outros clubes que disputassem outras competições no ano se interessassem em firmar contrato com ele. A Lei do Passe, por outro lado, garantia aos atletas - a despeito de um vínculo obrigatório cuja decisão era unilateral por parte do empregador - remuneração salarial mesmo após o término contratual. Ou seja, a modernidade pretendida nas relações trabalhistas do futebol era também desigual, mas combinada: benéfica para alguns jogadores, sobretudo da elite futebolística, mas prejudicial para outros para quem o próprio arcaísmo da relação empregado e empregador formalizado na Lei do Passe constituía uma espécie de proteção ao desemprego<sup>112</sup>.

Para além da esperada resistência da CBF - cujo presidente qualificou o projeto de lei como “idiota” enquanto tramitava na Câmara dos Deputados<sup>113</sup> - o Clube dos 13, através de manifesto coletivo, expressou desacordo com grande parte das propostas contidas no projeto da Lei Pelé, suscitando, inclusive, o compadecimento de Ricardo Teixeira<sup>114</sup>. No manifesto, reproduzido pela *Folha de S. Paulo* em fevereiro de 1998, o Clube dos 13 deixa clara sua posição favorável à Lei Zico - cuja aprovação passou por diversas alterações, como visto anteriormente - e sua concordância com os 30% dos dispositivos “clonados” da Lei Zico. Posição relevante e semelhante ao que ocorrera nas negociações para a aprovação da Lei Zico é a negação da obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresas. De acordo com o manifesto, as agremiações

---

<sup>112</sup> Em artigo de 14 de setembro de 1997 denominado “Desemprego, o lado assustador do passe livre”, o jornal *O Globo* (RJ) relata o drama vivido pelo desemprego no mundo do futebol após a aprovação da Lei Pelé. Segundo o jornal “(...) em grandes centros como Rio e São Paulo, que antes eram considerados vitrines do futebol brasileiro, um grupo desafortunado de profissionais vem navegando na contramão do passe livre. Em São Paulo, os cálculos apontam índice em torno de 30% de desemprego. No Rio, o Sindicato de Jogadores tem números mais alarmantes: 70% dos que disputaram o indigente Campeonato Estadual de 1997 estão parados.” (*O GLOBO*, 14/09/97, p.57)

<sup>113</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), 25/09/1997, p.43 - “Teixeira chama projeto Pelé de ‘idiota’”

<sup>114</sup> *Ibid.*

“Rejeitam a obrigatoriedade de os clubes transformarem-se em sociedade comerciais, seja por afrontar os direitos de associação, seja por malferir a autonomia desportiva, asseguradas constitucionalmente. Reiteram que a faculdade de transformação dos clubes em empresas, sabiamente prevista pelo art. 11 da Lei Zico, configura-se como modelo ideal, porque harmônico com o espírito democrático da Constituição e porque ajustado à realidade sócio econômica desportiva do país.”<sup>115</sup>

No dia 11 de fevereiro de 1998, a Lei 9.615/98, popularmente chamado por Lei Pelé, foi aprovada no Senado Federal. Alguns artigos importantes da nova legislação desportiva que impactam a estrutura organizacional do futebol brasileiro merecem ser citados a seguir<sup>116</sup>: O artigo n. 20 “assegura o direito dos clubes de se organizarem em ligas independentes, ficando imunes à intervenção de federações.” O artigo n. 38, por sua vez, estabelece o impedimento da CBF e das federações estaduais de cobrarem taxas pela transferência de atletas. No que se refere à esfera dos clubes, o artigo n. 28 garante o fim da figura jurídica do “passe” ao final do contrato do atleta; entretanto, de acordo com o artigo n. 93 da mesma lei, concede-se três anos para que os clubes se adaptem a essa nova regra. Os prazos estendidos para adaptação dos clubes às novas leis foi uma vitória das pressões exercidas no Congresso Nacional contra o projeto que se consolidaria na Lei Pelé.<sup>117</sup> Ademais, segundo o artigo n. 94, se estabelece o prazo de dois anos para os clubes se adequarem à lei que os obriga a se converterem em empresas desportivas.

Em suma, é possível perceber pelas vicissitudes dos acontecimentos dos anos 80 e 90, como os atores políticos que compõem a organização do futebol brasileiro ora estiveram na condição de embate, ora na condição de defesa dos mesmos interesses. A despeito do Clube dos 13 ter representado o início de um movimento emancipatório frente à uma estrutura política federalista cujo funcionamento está estritamente atrelado à aliança entre federações estaduais e CBF e ter obtido sucesso durante o ano de 1987, mas não conseguiu organizar o campeonato nacional de maneira independente como pretendia. Todavia, o Clube dos 13 permaneceu atuando como um grupo de interesses que, nos anos 90 e diferentemente de 1987, passou a jogar, no campo político do futebol, em conformidade com a CBF e as federações. Isso num momento em que as paradigmáticas leis desportivas modernizantes conhecidas como Lei Zico e Lei Pelé

---

<sup>115</sup> Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), 25/09/1997, p.3 – “Leia manifesto dos clubes”

<sup>116</sup> Brasil, 1998.

<sup>117</sup> Eurico Miranda, vice-presidente de futebol do Vasco da Gama, por exemplo, apresentou 16 emendas ao projeto na Câmara Federal no intuito de alterar a redação original. (PRONI, 2000, p. 199)

pretendiam alterar estruturalmente a política organizacional do futebol brasileiro, mexendo em interesses dos dirigentes de grandes clubes – vide a extinção do amadorismo e a exigência de profissionalização através da transformação dos clubes em empresas -, das federações estaduais – pelo fim do voto unitário no colégio eleitoral e a retirada das mesmas da assembleia geral da CBF – e dos próprios dirigentes da CBF, haja vista o derretimento de mecanismos de sustentação de seu poder político, como o enfraquecimento das federações como principais aliadas na manutenção do *status quo* e a maior autonomia dos clubes para organização dos campeonatos, além do art. 41 da Lei Pelé que determinava a obrigatoriedade de pagamento dos salários dos atletas enquanto estivessem servindo a seleção brasileira. A radicalidade dos projetos de lei, no entanto, foi acomodada ou “domesticada” de acordo com os interesses políticos dominantes.

### **2.3 As federações, a CBF e os mecanismos políticos garantidores da estrutura**

O federalismo continuou e continua a fazer parte do desenho institucional da política do futebol brasileiro. Apesar da adoção do voto plural, uma análise mais minuciosa dos estatutos e da composição do colégio eleitoral das federações estaduais nos dias hoje permite compreender os fenômenos políticos do futebol sob a luz de uma estrutura “sistêmica”, cujas mudanças não alteraram a composição da cadeia de poder que imputa aos atores políticos, à primeira vista “descartáveis” ou irrelevantes para a organização política do futebol brasileiro, funções eminentes em uma estrutura que tomou forma e foi se adaptando desde sua criação na década de 40.

Se a Lei Zico pretendia retirar das federações o poder de decidir o comando máximo do futebol brasileiro no intuito de desestruturar um poder arregimentado na relação de trocas políticas convenientes entre federações e CBF, esta proposta foi rejeitada na redação final da lei. A adoção do voto plural estabelecido por critérios técnicos e financeiros no âmbito das eleições estaduais, por sua vez, poderia conceder aos grandes clubes a prerrogativa de tomar decisões favoráveis a seus interesses, uma vez que o voto com maior peso representaria maioria no colégio eleitoral. Entretanto, a Lei Pelé, outorgada cinco anos após a Lei Zico, estabeleceu no art. 22 que “Nas eleições em clubes

e federações, se houver diferenciação nos votos, a razão entre o maior e o menor não pode ser maior ou superior a seis.”<sup>118</sup>

Através de uma leitura cerrada dos estatutos de algumas federações estaduais, será possível perceber como o dispositivo sobre o máximo de razão entre o maior e menor voto da Lei Pelé, à revelia da manutenção do voto plural, permitiu às federações compor seus colégios eleitorais com pequenos clubes e ligas formando maioria, configurando retrocesso em relação à Lei Zico e se equiparando à lei nº 6.251 de 1975 que estabeleceu o voto unitário nas federações a fim de fortalecer seu poder e desvalorizar o capital político dos grandes clubes, apesar da maior relevâncias destes no âmbito da federação em que, obrigatoriamente, deveriam estar filiados.

Pode-se observar como as modificações legislativas com preceitos modernizantes que desejavam conferir aos clubes maior profissionalização em seu quadro administrativo e maior autonomia para organizar o futebol no Brasil, ocorreram sem que a engrenagem federalista do sistema político clientelista fosse desativada. Como ficará explícito após análise do colégio eleitoral a partir da seção sobre Assembleia Geral<sup>119</sup> dos estatutos de cinco federações estaduais<sup>120</sup> e da CBF, na realidade, as incipientes alterações não mudaram a configuração institucional arcaica baseada na troca de favores entre os atores que a ela pertencem estabelecida no período autoritário de ingerência do Estado brasileiro na política do futebol.

No que se refere à Federação Paulista de Futebol (FPF), estão aptos a participar da Assembleia Geral todas as entidades filiadas, e a distribuição do peso de votos leva em consideração a razão máxima de 6 para 1 estabelecida pela Lei Pelé. Portanto, segundo o art. 12 da FPF os 16 clubes que disputam a série A1, a divisão principal do campeonato paulista - têm peso de voto 6; os 16 clubes que compõem a série A2 têm peso 4; os 16 clubes da série A3, têm peso 3; os 36 clubes que participaram da denominada Segunda Divisão do campeonato estadual, possuem peso 2; é assegurado também voto peso 1 para

---

<sup>118</sup> Brasil, 1998

<sup>119</sup> A Assembleia Geral no presente trabalho é de maior relevância porque é através dela que se elegem os dirigentes estatutários da diretoria executiva da federação – isto é, presidente e vices – e os membros do Conselho Fiscal, responsáveis pelas questões financeiras da entidade.

<sup>120</sup> Os estatutos foram retirados dos sites das federações e selecionados levando em consideração o fato de 4 das 5 contemplarem as unidades federativas de maior PIB nacional, além da semelhança encontrada em pesquisa prévia entre as demais federações de futebol do Brasil. As análises se limitarão às seguintes federações de futebol: FPF (Federação Paulista de Futebol); FERJ (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro); FMF (Federação Mineira de Futebol); FGF (Federação Gaúcha de Futebol) e FBF (Federação Bahiana de Futebol).

clubes que venham a disputar campeonatos eventualmente organizados pela Federação e, por fim, peso 1 para o voto das 71 ligas filiadas à FPF.

Lança mão do mesmo mecanismo de razão de votos a Federação de Futebol do Rio de Janeiro (FERJ), porém com distribuição distinta. Segundo o art. 13, inciso 3 do de seu estatuto, os 24 clubes da série A e A2 - primeira e segunda divisões do campeonato estadual, respectivamente, que têm 12 clubes cada - possuem peso 6 de voto enquanto integrantes do colégio eleitoral; os 20 clubes que integram as divisões B1 e B2 – terceira e quarta divisões estaduais -, obtêm peso 4; os 22 clubes que disputam a Série C do campeonato carioca possuem peso 3; as Ligas Municipais, que são 87 ao todo, possuem peso de voto 2 e, por último, os 27 clubes amadores da capital têm peso de voto 1.

Utilizando o voto plural com a razão de 5 para 1, a Federação Mineira de Futebol (FMF) divide o colégio eleitoral da seguinte maneira: os 12 clubes que integram o módulo I do campeonato estadual possuem peso 5; os 12 clubes do módulo II, peso 4; os 17 clubes que compõem a segunda divisão, têm peso 3; as 81 ligas municipais, por sua vez, também possuem peso 3 no voto e, por fim, as 62 associações amadoras vinculadas à federação têm direito de voto, porém com peso 1.

A despeito de enfatizar a utilização do critério de valoração dos votos na Assembleia Geral em seu estatuto, a Federação Bahiana de Futebol (FBF) adota distribuição mais complexa, que leva em consideração, além da divisão que o clube ocupa no campeonato local, as suas conquistas no âmbito estadual e no âmbito nacional. Cada clube que integra a série A ou B do campeonato baiano tem direito a 2 votos, sendo um deles representando o futebol profissional e outro voto caso o clube possua futebol amador. Os clubes da série A, entretanto, têm direito a um voto a mais que os da B, ou seja, possuem peso de voto 3. Tanto o clube da série A quanto da B que já houver conquistado o título de campeão do estado da Bahia de 1913 até o presente tem direito a mais 1 voto, independentemente da quantidade de vezes que já foi campeão, ou seja, o clube com mais títulos terá direito a mais 1 voto da mesma forma que um clube que ganhou apenas uma vez. A entidade desportiva da série A ou B que possuir título de campeão brasileiro terá direito a mais 2 votos e a que tiver sido vice-campeã nacional terá direito a mais 1 voto. Levando em consideração os critérios adotados pela Federação Bahiana de Futebol, apenas o Esporte Clube Bahia possui peso de voto 6 pelo fato de ter sido campeão nacional (1959 e 1988), ao passo que o Esporte Clube Vitória possui peso de voto 5 por já ter sido vice-campeão brasileiro no ano de 1993. As ligas municipais, por



sua vez, têm direito a voto peso 1, sendo acrescido mais 1 voto caso tenha conquistado o campeonato intermunicipal de 1957 até o ano que ocorrerem as eleições.

A Federação Gaúcha de Futebol (FGF) adota o critério mais destoante das demais aqui analisadas. A FGF imputa peso de voto igual a todos os membros da Assembleia Geral desde que estejam de acordo com as diretrizes estabelecidas para possuírem o direito à filiação. A entidade, no entanto, confere o direito a mais um voto para as entidades que estiverem participando de competições de categoria de base no ano da realização das eleições.

Diante dos casos apresentados, é possível perceber como a distribuição de pesos distintos nos votos não permite aos grandes clubes obter maior poder de decisão nas federações estaduais que estão filiados. Em casos como os da FPF e da FERJ, os grandes clubes que disputam a primeira divisão nacional possuem o mesmo peso de voto de clubes que competem em divisões inferiores no âmbito nacional ou mesmo não disputam competições a nível nacional<sup>121</sup> e têm seu calendário de jogos limitado à competição organizada pela federação estadual. No caso de São Paulo, por exemplo, o Esporte Clube Santo André pertence à quarta divisão do futebol brasileiro; todavia, por integrar a primeira divisão do campeonato paulista, possui o mesmo peso de voto dos clubes da primeira divisão nacional, como Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos, a despeito das discrepâncias orçamentárias entre as agremiações.<sup>122</sup> No caso do Rio de Janeiro, a assimetria orçamentária entre os clubes Flamengo e Volta Redonda revela como atores políticos que no âmbito das eleições estaduais compartilham o mesmo peso de voto, têm os critérios técnicos e financeiros – critérios estes mencionados pela Lei Zico como diferencial para adoção do voto plural nas federações – equiparados em uma realidade inexistente.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> É o caso do Audax Rio de Janeiro Esporte Clube. O clube de Angra dos Reis (RJ) não participa de nenhuma competição nacional, disputando apenas o Campeonato Carioca e a Copa Rio, certames organizados pela FERJ.

<sup>122</sup> Para fins de comparação, o Esporte Clube Santo André fechou ano de 2022, segundo balanço anual disponível no site da entidade esportiva, com orçamento de aproximadamente R\$ 17,3 milhões. A Sociedade Esportiva Palmeiras, equipe de maior orçamento atualmente no futebol paulista, obteve um total de R\$ 790,5 milhões em receitas no mesmo ano. Informação disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/palmeiras/noticia/2023/03/02/palmeiras-fecha-contas-de-2022-com-superavit-de-r-18-milhoes.ghtml>

<sup>123</sup> Segundo relatório de transparência dos dois clubes disponível em seus sites, ao passo que o Clube de Regatas do Flamengo arrecadou mais de R\$ 1.2 bilhão de reais no ano de 2022, o Volta Redonda Futebol Clube obteve receita de pouco mais de R\$ 7 milhões de reais no mesmo ano.

Nas demais federações que adotam critérios distintos de distribuição dos votos, há também a equiparação de equipes cujos critérios técnicos e financeiros são altamente desnivelados. Na FGF, por exemplo, a atribuição de pesos iguais a todos os componentes do colégio eleitoral – a despeito do critério de um voto a mais para equipes que estiverem disputando competições de categoria de base – torna os pequenos clubes e ligas municipais a grande maioria com poder de decisão nas eleições para definição dos cargos diretivos na federação.

A capacidade dos clubes de menor relevância nacional de serem determinantes nas eleições das federações estaduais é central para o entendimento sociológico do tipo de dominação política existente no futebol brasileiro. Recorreremos a um estudo clássico da sociologia política brasileira, *Coronelismo, enxada e voto* (1949), de Victor Nunes Leal, para auxiliar-nos a compreender a persistência de determinados mecanismos de proteção do modelo federalista que filtram, redefinindo-as, ou bloqueiam as inovações “modernas” para conservar o “arcaico”.

Nossa história política possui um período-chave para compreender determinados fenômenos que têm suas origens nas nossas raízes coloniais e que, por sua vez, modelam diretamente as relações sociais e a cultura política brasileira. Esse período está bem delimitado na análise de Victor Nunes Leal na queda do Império do Brasil e na ascensão da República. A mudança de um regime cuja população apta a votar era extremamente reduzida para um regime republicano cujas bases eleitorais aumentaram substancialmente acabou por sobrepor uma estrutura em que a dinâmica da vida social ainda arcaica não acompanhou de maneira satisfatória a mudança de regime político, gerando uma espécie de descompasso sócio-histórico. Nesse contexto, para Leal, o fenômeno do coronelismo emerge, pois se delega ao Coronel - cujo título estava vinculado à posição de cidadãos poderosos que exerciam funções de comando na antiga Guarda Nacional, força policial dos tempos do Império (LAMOUNIER, 1999, p. 275) - um poder que até então não possuía, - embora tivesse plenos poderes sobre o destino dos cidadãos pobres que vivam em suas terras sob sua proteção: o de controlar o voto de milhares de pessoas. Formula Leal:

“(...) concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma

peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” (LEAL, 1997, p.40)

O que, à primeira vista, significa um aumento do poder privado dos proprietários de terra representava, para Leal, representava justamente o contrário: a ascensão do coronelismo era um sintoma também de sua decadência, haja vista que o poder público se fortalecia (CARVALHO, 1999; LAMOUNIER, 1999). Com esse fortalecimento da autoridade estatal, se forja no Brasil uma política de caráter “sistêmico”, permeada pela prestação e contraprestação de favores entre os poderes constituídos (BOTELHO, 2019, p. 44), que por analogia servirá para compreender sociologicamente a tenacidade do federalismo no futebol brasileiro. A expansão do sufrágio no Brasil criou uma relação de dependência mútua: os coronéis dependiam do governo estadual e de maneira mais ampla também do federal – ambos fortalecidos - para receber recursos para seus municípios e a esfera estadual dependia dos votos dos indivíduos sob controle dos coronéis para eleger candidatos situacionistas, uma vez que “(...) o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável.” (LEAL, 1997, pp.40-1).

Inicia-se assim o período da “política dos governadores”<sup>124</sup>, que, resumidamente, pode ser descrita da seguinte maneira: o poder federal cedia autonomia ao governo estadual para atuar em sua esfera em troca de apoio ao Presidente da República; o governo estadual, por sua vez, dava autonomia aos coronéis para atuarem em seus municípios<sup>125</sup> desde que utilizassem seu poder sobre os mais pobres para angariar votos para eleger os candidatos que o governo estadual desejasse. Portanto,

“Aos ‘coronéis’ competia então, nos termos daquele pacto não-escrito com as autoridades superiores, tanger para as urnas a horda de dependentes de sua propriedade e dos demais fazendeiros sobre os quais dispunha a ascendência para sufragarem os candidatos apoiados pelo situacionismo estadual.” (LAMOUNIER, 1999, p.278)

---

<sup>124</sup> Nas palavras do Presidente da República à época, Campos Sales (1898-1902), “A política dos estados (...) é a política nacional” (Sales, 1908, p.252; apud. CARVALHO, 1999, p.132)

<sup>125</sup> A autonomia se dava, por exemplo, na escolha dos mandões locais dos indivíduos que ocupariam cargos na máquina pública municipal. A autonomia para escolher quem ocuparia a função de delegado, por exemplo, outorgava ao coronel controle sobre a polícia, aplicando a lei ao seu bel-prazer.

É possível notar como se monta um sistema de reciprocidade cuja base se assentava na parte que, à primeira vista, parecia o “elo fraco” da cadeia de poder: o município. A visão do município enquanto ator político economicamente em desvantagem, mas eixo de sustentação de um sistema clientelístico caracterizado pelas trocas de favores, contribui para compreender a estrutura política do futebol brasileiro, fundada nas federações estaduais e sua gama de pequenos clubes e ligas municipais economicamente frágeis, mas que coletivamente são majoritários e capazes de decidirem as eleições.

O edifício de poder do futebol brasileiro, constituído a partir das relações entre CBF, federações estaduais e pequenos clubes e ligas municipais, pode ser analiticamente interpretado de maneira muito semelhante ao sistema de reciprocidade coronelista investigado por Leal. A CBF garante às federações estaduais autonomia para organizarem competições, reservando os primeiros meses do ano para a disputa dos campeonatos estaduais e, ao mesmo tempo, obrigando os grandes clubes a estarem vinculados às federações de seus respectivos estados para poderem participar de competições à nível nacional e internacional – uma vez que somente assim podem se filiar à CBF e, então, à Conmebol<sup>126</sup>. Outra medida que estreita a relação de prestação e contraprestação de favores é o peso maior de votos que as federações estaduais possuem na Assembleia Geral Eleitoral para decisão do Presidente, Vice-Presidentes e Conselho Fiscal da entidade nacional. Com peso 3, as 27 federações totalizam 81 votos no colégio eleitoral. Os 20 clubes da primeira divisão nacional e os 20 da segunda divisão também integram o colégio eleitoral, mas possuem peso de voto 2 e 1, respectivamente. Ou seja, os clubes, a menos que se unam em prol de interesses mútuos, totalizam apenas 60 votos, não sendo capazes de superar o voto das federações estaduais que dessa forma detém o monopólio decisório nas eleições da CBF – e o instrumentalizam em favor de interesses particularistas, amparados por princípios modernos de uma ordem legal democrática. A propósito, é importante ressaltar que, em 2015, o deputado federal Otávio Leite alterou um artigo da Lei Pelé acerca da composição do colégio eleitoral da CBF, acrescentando também os clubes da série B que, até então, não participavam do pleito.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> Abreviatura para a Confederação Sul-Americana de Futebol, entidade continental que organiza competições sul-americanas, como a Copa Libertadores da América, a Copa Sul-Americana e a Recopa Sul-Americana. Os clubes se vinculam através das confederações de seus países, uma vez que são elas que se filiam à Conmebol.

<sup>127</sup> Disponível em: [https://www.espn.com.br/blogs/gabrielamoreira/693300\\_cbf-e-investigada-por-falta-de-transparencia-em-decisao-que-tirou-poder-dos-clubes-em-eleicao](https://www.espn.com.br/blogs/gabrielamoreira/693300_cbf-e-investigada-por-falta-de-transparencia-em-decisao-que-tirou-poder-dos-clubes-em-eleicao)

Ademais, a Assembleia Geral Administrativa só conta com a presença das federações estaduais. Nela são decididas questões tais como a fiscalização, discussão e o julgamento das contas e demonstrações financeiras da CBF, bem como alterações em seu estatuto. Foi esse poder de modificar o estatuto que permitiu que a CBF e as federações estaduais alterassem a distribuição do peso de votos no colégio eleitoral após determinação da lei de incluir os clubes da série B, sem necessidade de consultar previamente os clubes da série A. Diante do poder outorgado por lei às federações, é notório como o federalismo constitui peça-chave para compreensão da estrutura política do futebol brasileiro, uma vez que sua dinâmica de funcionamento é similar à da CBF, ao garantir o voto dos pequenos clubes e das ligas municipais que dependem das federações para competirem, como demonstrado anteriormente. Assim como a dinâmica política no município, segundo Leal, enseja uma dependência de gradiente assimétrico entre os indivíduos e os coronéis, esses pequenos clubes e ligas municipais também criam uma relação de dependência e troca de favores a partir do voto enquanto instrumento de barganha política.

A fim de evitar impropriedade conceitual, cabe diferenciar os conceitos de mandonismo e coronelismo. Como esclarece José Murilo de Carvalho (1999, p. 133), o mandonismo se refere “(...) à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que o impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas.” Portanto, devido ao fato de o coronelismo ser um fenômeno político circunscrito temporalmente, poderia ser utilizado o conceito de mandonismo para analisar e definir o papel dos dirigentes da CBF e das federações estaduais. Todavia, o que está quase literalmente em jogo é o caráter sistêmico de uma estrutura que recicla mecanismos políticos arcaicos, articulando-os estruturalmente a práticas e princípios modernos, e cujo desenho institucional fora projetado na década de 40 pelo braço autoritário do CND, no intuito de favorecer os interesses particularistas dos dirigentes de futebol que se apropriam e beneficiam de um patrimônio material e imaterial da cultura brasileira para se conservar e reproduzir em suas posições privilegiadas de mando e desmando.

## CAPÍTULO III

### 3. CARROSSEL BRASILEIRO

A partir da reconstituição histórica das contingências e contenciosos que levaram ao sistema federalista de organização política do futebol brasileiro e da explicação da sua base e dinâmica de funcionamento realizada nos capítulos anteriores, a terceira parte da dissertação voltará a atenção à agência dos indivíduos que portam e realizam em suas práticas, de maneira mais ou menos conflituosa, essa estrutura política. A investigação do presente capítulo lançará mão do repertório cognitivo do pensamento social brasileiro e da sociologia política a fim de explicar como a cultura política dos atores sociais que constituem e sustentam o arcabouço político-institucional do futebol brasileiro está vinculada a processos de longa duração e à própria formação difícil do Estado nacional brasileiro e suas instituições. Será explorado como suas particularidades, no que se refere à configuração sócio-histórica, resultaram na convivência das ordens antitéticas do público e privado enquanto princípios de coordenação da vida social (BOTELHO, 2019).

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira discute a sequência do processo histórico não disruptivo de mudança social no Brasil e suas implicações nos padrões de comportamento dos indivíduos que por sua vez acabam por definir através de suas condutas o sentido assumido pelas instituições no Brasil. Nesse sentido, toma-se como objeto de análise, episódios mais recentes de ações de dirigentes da CBF e das federações estaduais a fim de demonstrar como o modo de modernização “controlada” da política do futebol no Brasil não está apenas vinculado a constrangimentos estruturais, apresentados no capítulo anterior, mas também ao caráter privatista do *ethos* dos dirigentes. Utilizando material empírico pertinente retirado de jornais, pretende-se corroborar o argumento de que essa cultura política brasileira de orientação privatista se reproduz reflexivamente por meio da conduta dos atores políticos do futebol brasileiro. Para alcançar o objetivo almejado, serão abordados autores do pensamento social da matriz do patrimonialismo societal (VIANNA, 1999), que enxergam no conteúdo das relações sociais o fator preponderante para a definição do sentido que as estruturas racionais modernas da sociedade acabam por tomar.

A segunda parte do capítulo se dedica a um breve exercício comparativo com o fim de testar a hipótese de que a construção singular do Estado nacional brasileiro incidiu no campo e no estilo de jogo, por assim dizer, na estrutura e no comportamento dos atores na política do futebol brasileiro. Para tanto, será realizada uma análise sucinta do modelo organizacional descentralizado inglês baseado no associativismo dos clubes enquanto padrão histórico distinto e contrastante de desenvolvimento político do futebol (BENDIX, 1996 e MOORE, Jr., 1967).

### **3.1 As origens sociais da autocracia da bola**

Pretendendo apresentar o sentido dado aos atores políticos dentro da organização política do futebol de uma perspectiva macrossocial e de longa duração, é necessário perseguir uma abordagem historicamente orientada. A formação e consolidação do Estado nacional brasileiro<sup>128</sup> se deram a partir de um processo que tem como característica inerente os conflitos resultantes de um país de origem colonial. A partir, inicialmente, da exploração e ocupação por meio de ações não coordenadas da Coroa portuguesa, foi imputado às iniciativas fragmentadas maior importância para o processo de colonização de vasto território outorgando poder exacerbado aos proprietários de terras – vide a importância inicial dos capitães donatários para a exploração espacial. O processo de colonização “à revelia” de estratégias organizadas e homogêneas de ocupação se deve ao fato de estar inserido no contexto internacional da corrida das grandes navegações dos países europeus que buscavam territórios inexplorados; a colonização do território brasileiro no século XVI não ultrapassava, parafraseando o historiador Caio Prado Júnior, a condição de uma mera empresa comercial para a Coroa portuguesa (PRADO Jr., 2011). Essa condição primordial, por sua vez, resultou terminantemente em determinados comportamentos políticos presentes na sociabilidade brasileira que perduraram vigorosamente nos séculos subsequentes.

Levando em consideração esses elementos incipientes que designariam indelevelmente o posterior processo de formação do Estado brasileiro, uma das categorias

---

<sup>128</sup> A categoria de “Estado” mobilizada na presente pesquisa está vinculada ao conceito de Estado racional-legal de Max Weber, que, para além do monopólio do uso legítimo da força física, seu desenvolvimento está vinculado ao processo de racionalização de diversas esferas da vida social que configuram o período da modernidade.

mais importantes para o presente estudo de compreensão da política do futebol é o de *anarquia branca* de Oliveira Vianna. Para explicar a categoria em questão, se faz necessário partir do diagnóstico apresentado acima, de que o processo de ocupação territorial fragmentado resultou no poder indiscriminado dos grandes proprietários de terra, visto que a eles a Coroa delegava a prerrogativa de exploração das riquezas materiais a partir primeiramente da escravização de nativos e, posteriormente, da mão de obra africana. Sobre a questão da hipertrofia do poder privado dos senhores de terra, há uma tradição intelectual do pensamento social brasileira (BOTELHO, 2007), reunindo autores de espectros ideológicos distintos, que postula a preponderância da esfera privada como organizadora da vida social e como isso configurou o processo de mudança social por qual passou a sociedade brasileira rumo à modernidade. Nesse sentido, *Populações meridionais do Brasil* (1920) de Oliveira Vianna pode ser considerado o trabalho pioneiro acerca dos dilemas vividos pela sociedade brasileira em um período cujo incipiente regime republicano e seus valores vinculados as ideias de bem comum e cidadania ainda carregava em seu funcionamento elementos da estrutura social do regime anterior.<sup>129</sup> Para Vianna, a ausência de um espírito público ou a ausência de iniciativas de livre associação na sociabilidade brasileira estaria vinculada ao que qualifica como “insolidarismo social” causado pela função simplificadora do autossuficiente latifúndio, visto que “(...) com a sua onímoda capacidade produtora, o grande domínio impede a emersão, nos campos, de uma poderosa burguesia comercial, capaz de contrabalançar a hegemonia natural dos grandes feudatários territoriais.” (VIANNA, 2005, p.191).

No entanto, seu conceito de maior relevância no presente contexto é o de *anarquia branca*, visto que auxilia a referendar a ideia da hipertrofia do poder privado na sociedade brasileira. A *anarquia branca* diz respeito à apropriação das incipientes instituições públicas por parte dos latifundiários a fim de utilizá-las para satisfação de interesses particulares. Portanto, a vida social estaria reduzida à própria dinâmica das relações internas do latifúndio caracterizada pela pessoalidade, dependência e violência entre a “aristocracia” e a “plebe”, isto é, entre os proprietários da terra e os trabalhadores livres que viviam em seus domínios. A instrumentalização das instituições por um setor dominante e a desvirtuação de seu sentido pela interação com a dinâmica pré-existente é

---

<sup>129</sup> Sobre o tema da relação do público e privado como ordens antitéticas que conviviam nas relações sociais no Brasil, não obstante escrita mais de duas décadas depois, a obra de Victor Nunes Leal citada no capítulo anterior é também de grande importância, visto que analisa o funcionamento do fenômeno político do coronelismo como consequência da sobreposição entre o emergente poder *público* e o já assentado poder *privado* dos “mandões” locais.



o que torna a categoria de anarquia branca heurística para analisar as inovações institucionais no futebol brasileiro e como elas colidem com tipo de dominação já assentado. Como exemplo elucidativo, deve-se compreender por que os cargos de comando na CBF são alvo de disputa, realizando um exame detalhado acerca da acumulação financeira gerada pelo futebol brasileiro simbolizado na figura institucional da CBF, a fim de permitir uma clara compreensão dos interesses privados que os dirigentes possuem em se manter no poder.

O conflito entre o público e privado enquanto ordens antitéticas de orientação da conduta tão presentes nos estudos sobre a formação da sociedade brasileira devem ser vistos, no tocante ao futebol, pela perspectiva da apropriação para fins privados por parte dos dirigentes – e assegurados pela legislação – de um bem cultural público, que é também um valioso ativo financeiro, uma vez que o futebol é o esporte mais popular e que mais movimento dinheiro no Brasil e no mundo. Agenciando um patrimônio imaterial de grande representatividade na sociedade brasileira e que nos projeta como potência internacional do esporte, a CBF é uma entidade altamente rentável. No ano de 2022, por exemplo, a arrecadação da instituição atingiu patamares bilionários. Como prova incontestável do uso do simbolismo cultural e do prestígio mundial que a seleção brasileira possui, vale notar que a maior fonte de renda da CBF advém dos contratos comerciais e de transmissão de partidas do selecionado brasileiro na televisão, totalizando R\$ 357 milhões da receita no ano de 2022. Ademais, no orçamento desse mesmo ano, a CBF anunciou como fontes de arrecadação venda de aeronaves particulares estimadas em mais de R\$ 50 milhões<sup>130</sup>.

Os números acima evidenciam a capacidade de capitalização da entidade máxima do futebol brasileiro enquanto principal ator político dentro de sua estrutura política. Nesse sentido, alguns episódios são sintomáticos para explicitar práticas que visam a perpetuação dos dirigentes em suas posições de comando. Em 2017, por obrigatoriedade legislativa<sup>131</sup>, houve uma reforma estatutária pretendendo democratizar a Assembleia

---

<sup>130</sup> Informações disponíveis em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2023/04/25/cbf-anuncia-faturamento-de-r-1-bilhao-e-lucro-recorde-em-2022.ghtml>

<sup>131</sup> Em agosto de 2015 foi sancionada a Lei Nº 13.155, em que se cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, com o objetivo de promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol. Além disso, um novo inciso foi adicionado à Lei Pelé (1998) sobre as eleições na entidade nacional: “Nas entidades nacionais de administração do desporto, o colégio eleitoral será integrado, no mínimo, pelos representantes das agremiações participantes da primeira e segunda divisões do campeonato de âmbito

Geral da entidade incluindo os vinte clubes da série B. Apesar da aparente mudança democrática o novo estatuto só pode ser aprovado sem a anuência dos clubes, uma vez que é na Assembleia Administrativa – que, por sua vez, só conta com os presidentes das federações estaduais – que reformas estatutárias são deliberadas. Dessa maneira, a fim de não perderem seus privilégios, os presidentes das federações estaduais alteraram a configuração das eleições atribuindo maior peso de voto às próprias instituições que comandam<sup>132</sup>. A mudança no estatuto que permitiu a inclusão dos clubes da série B antes destituídos de voz ativa na política do futebol foi acompanhada de outra mudança que deixaria a aliança da CBF com as federações estaduais incólume. Ou seja, a nova legislação de caráter modernizante foi controlada através de mecanismos antidemocráticos pré-existent, nesse caso, a Assembleia Administrativa e a participação restrita dos presidentes da CBF e das federações estaduais nela. Portanto, observa-se, de forma evidente, uma apropriação das instituições para fins privados, tal como Oliveira Vianna formula em seu conceito de anarquia branca.

O exemplo anterior tornou possível perceber como nosso passado colonial e as dinâmicas sociais dele herdadas trouxeram consequências tenazes e de longa para a cultura política brasileira. A explicação para os padrões de comportamento dos atores e a dinâmica das instituições políticas pode ser encontrada nas bases da vida social. Inserindo a sociedade dentro do Estado,

“(…) tal abordagem privilegia a investigação das bases sociais da vida política, suas relações com a estrutura social e com as condições sociais do protagonismo dos diferentes atores coletivos. Daí o significado heurístico dessa vertente da sociologia brasileira para a compreensão dos desafios da democracia; afinal, ao correlacionar estrutura social do mundo agrário e relações de dominação política e ao problematizar a interação da capacidade de ação de indivíduos e grupos com o condicionamento de estruturas sociais, também ela coloca em discussão a problemática das bases sociais da democracia, para retomar formulação que se tornou clássica na sociologia política.” (BOTELHO, 2019, p.62).

Interpelando questões acerca do processo de modernização conservadora da sociedade brasileira nas décadas posteriores a Oliveira Vianna, autores da sociologia

---

nacional.” Não obstante, permaneceu como prerrogativa da Assembleia Administrativa da CBF decidir sobre a valoração dos votos dos integrantes.

<sup>132</sup> “Após promessas, CBF dá drible e reduz o poder dos clubes sem avisá-los”. Disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2017/03/24/apos-promessas-cbf-da-drible-em-clubes-e-reduz-seu-poder-sem-avisar/>

brasileira como Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco se tornam incontornáveis para compreender a cultura política privatista brasileira, que, como venho sustentando, orienta em grande medida o *modus operandi* dos dirigentes do futebol brasileiro, comprometidos com a manutenção de uma estrutura política de dominação patrimonial e estamental que evoca a imagem de circuito fechado, de Florestan. Os autores supracitados podem ser identificados, como sugere Luiz Werneck Vianna (1999), a uma vertente do patrimonialismo societal, pois interpretam o conceito de patrimonialismo de Max Weber deslocando o cerne da análise sobre o atraso brasileiro “(...) para o terreno das relações sociais e do impacto da natureza patrimonial delas sobre um Estado, em sua concepção original, de extração moderna.” (Ibid., p.7). Importante ressaltar o conceito weberiano de dominação patrimonial e sua diferença em relação ao de dominação burocrática típica do moderno Estado racional-legal. A dominação, enquanto uma relação cujo poder exercido pelo dominante sobre outrem é reconhecido de maneira legítima e aceito por parte dos dominados (ARON, 1999) possui três tipos ideais para Max Weber: carismática, tradicional e racional-legal. Distinção relevante no presente trabalho é a que se estabelece entre dominação tradicional e racional-legal, uma vez que são essas e seus fundamentos distintos de funcionamento que irão permear o desenvolvimento histórico do aparato institucional moderno no Brasil. A seguinte passagem de Weber evidencia a diferença entre ambas:

“Dos princípios estruturais pré-burocráticos é o mais importante a estrutura patriarcal da dominação. Em sua essência, não se baseia no dever de servir a determinada ‘finalidade’ objetiva e impessoal e na obediência a normas abstratas, senão precisamente no contrário: em relações de piedade rigorosamente pessoais. Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica. A posição autoritária pessoal deste tem em comum com a dominação burocrática, que está a serviço de finalidades objetivas, a continuidade de sua existência, o ‘caráter cotidiano’. Além disso, ambas encontram seu apoio interior, em última instância, na obediência a ‘normas’ por parte dos submetidos ao poder. Estas normas, no caso da dominação burocrática, são racionalmente criadas, apelam ao senso da legalidade abstrata e baseiam-se em instrução técnica; na dominação patriarcal, ao contrário, fundamentam-se na ‘tradição’; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre. E a significação das normas é nas duas fundamentalmente diferente. Na dominação burocrática é a norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas. Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o

fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em ‘normas’, mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. Mas sempre prevalece na consciência dos submetidos, sobre todas as demais ideias, o fato de que este potentado concreto é o ‘senhor’; e na medida em que seu poder não está limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e sobretudo: sem compromisso com regras.” (WEBER, 2004, p.234)

Além do tipo ideal de dominação tradicional baseado no poder do patriarca, Max Weber descreve o que caracteriza a dominação patrimonial como um caso especial da estrutura de dominação patriarcal que se baseia no “(...) poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica” (Ibid., p.238). Além disso “(...) o poder militar e o judicial, *são exercidos pelo senhor ilimitadamente sobre aqueles que lhe estão patrimonialmente submetidos*, como partes integrantes do poder doméstico.” (Ibid., p. 240 – grifos meus). Em suma, a dominação patrimonial se baseia no poder indiscriminado do detentor do patrimônio que, através de relações pessoalizadas, mantém domínio sobre aqueles que vivem sob sua propriedade. De acordo com as interpretações sociológicas dos três autores do pensamento social brasileiro aqui acionadas, é possível concluir que o tipo de dominação patrimonial ocorreu no Brasil em função da própria característica fragmentada da ocupação territorial, que outorgou aos proprietários de terra grandes poderes sobre os demais indivíduos, moldando as relações sociais.

O patrimonialismo societal, portanto, é uma corrente da sociologia política brasileira da maior relevância para o argumento da presente dissertação. Tal vertente aponta que a redefinição do sentido do moderno Estado racional-legal e de seus aparatos burocráticos operada por sua interação com a dinâmica das relações sociais pré-existentes. Para Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco, o funcionamento das instituições só pode ser compreendido a partir do significado que as relações sociais assumem.<sup>133</sup> As instituições modernas pautadas em regras impessoais não têm seu

---

<sup>133</sup> Outra vertente é a que compreende o patrimonialismo na sociedade brasileira como uma consequência da atuação do Estado, ou seja, trata-se de “(...) uma linha de interpretação do Brasil que toma como traço dominante na história do país a tutela da sociedade pelo Estado.” (RICUPERO e FERREIRA, 2005, p.37). O patrimonialismo estamental (VIANNA, 1999) tem como um de seus principais expoentes Raymundo Faoro que, em sua principal obra, “Os donos do poder” (1957), atesta que a força do Estado patrimonial português, ao ser transplantado no território tropical resultou em uma estrutura político-social que moldou a maneira como o processo de modernização se deu no Brasil através de um capitalismo politicamente orientado pelo Estado e os interesses privados dos que detinham o poder. Esse aparelho burocrático de raízes ibéricas, para o autor, resultou em um “sufocamento” da sociedade gerando bases pouco propícias à índole industrial, ao racionalismo da técnica e à liberdade individual (FAORO, 2012).

funcionamento dado de antemão, pois não se realizam num vazio social – e a “moldura” moderna das instituições políticas do futebol brasileiro e seus estatutos e regimentos internos são exemplos cabais disso. A dinâmica institucional, portanto, pode ser explicada a partir da interpretação do significado que os atores dão às suas ações, criando, recriando e atribuindo conteúdo próprio às instituições.

Utilizando uma estratégia analítica que permite entender as práticas políticas *a partir da agência dos atores*, a corrente do patrimonialismo societal evidencia a tenacidade de comportamentos a partir da perspectiva macrosocial, privilegiando a historicidade de padrões e dilemas na formação da sociedade brasileira e como isto repercute nas formas democráticas de organização e interação. Levando em consideração que o arcabouço institucional da política do futebol, ao menos em sua forma, possui tendências modernas e democráticas, a partir do repertório de categorias do pensamento social e da sociologia política brasileira, analisaremos a seguir alguns casos empíricos da ação de dirigentes do futebol brasileiro que permitam comprovar a hipótese da pesquisa.

O presidente eleito após a supracitada reforma estatutária ocorrida no ano de 2017 foi Rogério Caboclo, principal aliado político de Marco Polo Del Nero. Último presidente eleito da CBF, Del Nero está suspenso pela FIFA desde de 2018 e impossibilitado de realizar qualquer atividade relacionada ao futebol por ferir diversos artigos do Código de Ética da entidade internacional. Condenado no Tribunal Arbitral do Esporte sediado na Suíça, o ex-presidente da CBF foi acusado pelos promotores do “Caso Fifa”<sup>134</sup> de receber 6,5 milhões de dólares em subornos para beneficiar empresas de marketing esportivo em diversas competições nacionais e internacionais<sup>135</sup>. Na seara de casos de corrupção no futebol brasileiro, apesar do fato ser anterior ao recorte temporal proposto, Ricardo Teixeira se afigura central para compreender como a ação orientada por interesses privados é parte integrante do *modus operandi* dos dirigentes da CBF. Através de delação premiada a autoridades dos Estados Unidos, o empresário dono da empresa “Traffic”<sup>136</sup>, o brasileiro José Hawilla (1943-2018) confessou ter intermediado as negociações entre

---

<sup>134</sup> O Ministério Público dos Estados Unidos abriu investigações sobre o processo de escolha das sedes da Copa do Mundo de 2018, na Rússia, e da Copa do Mundo de 2022, no Catar. A partir dessa investigação, diversos empresários e dirigentes foram indiciados e presos por corrupção, incluindo o predecessor de Del Nero, José Maria Marin (2012-2014), sucessor de Ricardo Teixeira na cadeira da presidência da CBF.

<sup>135</sup> Informações disponíveis em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/marco-polo-del-nero-tem-pena-reduzida-para-20-anos-de-suspensao-por-corruptao-no-futebol.ghtml> e <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/fifa-anuncia-banimento-de-marco-polo-del-nero-do-futebol-para-sempre.ghtml>

<sup>136</sup> Empresa de marketing esportivo fundada em 1980.

CBF e a empresa de material esportivo Nike, cujo contrato firmado de dez anos gerou aos cofres da CBF 160 milhões de dólares. Ademais, a investigação do FBI descobriu que 40 milhões de dólares extras eram recebidos pela “Traffic” da Nike pela intermediação da negociação; deste montante, metade iria diretamente para as contas pessoais de Ricardo Teixeira<sup>137</sup>.

É possível perceber como, não obstante os casos de corrupção descritos e o consequente banimento ou afastamento dos “mandões” do futebol brasileiro, a sucessão da presidência da CBF não implicava em uma alteração da política sistêmica hegemônica via mudança de padrões de comportamento. Pelo contrário, os sucessores davam continuidade às práticas recorrentes que moldaram a dinâmica institucional do futebol brasileiro. Símbolo eminente dessa cultura política privatista permeada por relações pessoalizadas é o mandato de João Havelange enquanto presidente da FIFA (1974-1998). Esse personagem-síntese, que durante 17 anos presidiu a CBD, introduziu em escala internacional uma dinâmica semelhante ao funcionamento sistêmico da política do futebol brasileiro ao inserir no colégio eleitoral diversas nações – algumas delas sequer reconhecidas pela ONU – aptas a participarem do processo de escolha presidencial da FIFA, o que lhe permitiu ocupar o cargo mais importante da organização mundial do futebol por 24 anos. Ao exportar a “tecnologia” pessoalizada das relações pautadas pelo favor, Havelange foi capaz de promover

(...) uma extraordinária expansão da entidade através de campeonatos de juniores, organiza dos “nos limites da estrutura normativa de amadores”, com a inclusão de todos os países possíveis e imagináveis e a consolidação institucionalizada do futebol como o esporte mais popular do mundo. Como se sabe, a FIFA angariou, nisso, mais representantes do que a ONU [...] todas essas mágicas são obra do *cartola dos cartolas*, João Havelange, pondo em ação expedientes similares à política brasileira do favor aplicada em escala mundial, e ganhando apoio em peso das periferias, em especial da América do Sul e da África (cuja adesão à sua candidatura foi decisiva para a ascensão à presidência). (WISNIK, 2008, p.355 – grifos do autor).

Nesse sentido, o argumento de Florestan Fernandes acerca do processo de modernização conservadora no Brasil, desenvolvido em *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica* (1974) pode ser explorado para entender os sentidos singulares conferidos à consolidação da sociedade de classes no Brasil e *ao aspecto privado no que concerne ao poder político*. Dando maior ênfase à dimensão sociopolítica

---

<sup>137</sup> Informações disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/corruptao-e-banimento-do-futebol-os-escandalos-envolvendo-ricardo-teixeira/>

da introdução do capitalismo moderno no Brasil, Fernandes busca compreender como a burguesia – enquanto setor dominante da sociedade de economia de mercado – assume o poder não através de um processo revolucionário, culminando em um processo de revolução conservadora, “dentro da ordem”, que atribui um estilo próprio ao comportamento da burguesia brasileira.

Trata-se da realização de um processo de proporções mundiais – que é ““(…) simultaneamente econômico, político, social, cultural e que se estende até à estrutura da personalidade e às formas de conduta individuais” (COHN, 1999, p. 396) em um país de condições histórico-sociais particulares, ““(…) que excluem qualquer probabilidade de ‘repetição histórica’ ou de ‘desencadeamento automático’ dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês.” (FERNANDES, 2020, p. 358). Assim, o clássico estudo de Florestan Fernandes é da maior importância para perscrutar fenômenos circunscritos à dimensão do poder e da classe que detém o monopólio decisório no Brasil, como realizado sobre a elite política do futebol brasileiro. Uma das distinções mais relevantes para a presente pesquisa é a que Fernandes realiza entre “classe” e “estamento” para caracterizar a burguesia no Brasil e seu comportamento. Segundo Gabriel Cohn,

“A diferença básica entre esses dois princípios de organização social consiste em que no estamento um conjunto de indivíduos se agrega conforme um critério de inclusão ou exclusão no desfrute de uma série de vantagens vinculadas ao intercâmbio social: contatos, uniões, prestígio e, naquilo que particularmente nos interessa aqui, privilégios (vale dizer, garantias exclusivas quanto aos seus interesses particulares enquanto membros do estamento, ‘pessoas gradas’). A organização estamental, portanto, é como que voltada para dentro: tem mais a ver com a capacidade de fechar-se para o exterior e oferecer aos seus membros a garantia de acesso restrito a posições valorizadas. A busca de expansão mediante o aproveitamento de oportunidades incertas, de risco, não é seu forte. Garantias, privilégios, interesses privativos do grupo são seus lemas.” (COHN, 1999, p.397).

A classe, por sua vez, age como se estivesse em campo aberto, premiando o sucesso na disputa pelo aproveitamento de oportunidades, sobretudo econômicas, oferecidas na sociedade sem respeitar limites. A classe abre-se para fora num registro competitivo e conflituoso, se preciso for (Ibid., p. 398). A questão de como a sociabilidade já assentada moldará os padrões estruturais torna-se clara na concepção de Florestan Fernandes acerca da revolução burguesa no Brasil, visto que

“(...) não temos simplesmente traços estamentais que acidentalmente aderem à organização de classe, mas a dimensão estamental é incorporada pela classe burguesa como traço *estrutural* na forja do processo histórico da sociedade. Isto tem consequências profundas na atuação dessa classe em todos os campos, especialmente nas áreas que mais importam, que são a econômica e a política. A mais importante delas é a orientação particularista, voltada para o *privado* e, portanto, mais consentânea a posições estamentais do que com posições de classe historicamente revolucionária.” (Ibid., p.399)

A propensão da classe dirigente, portanto, de incorporar elementos do círculo privado das relações sociais como princípio de orientação de ação resulta, para Florestan Fernandes, na “autocracia burguesa” como constitutiva de um estilo especial de transformação capitalista (BOTELHO e BRASIL, Jr., 2019, p. 180). A importância da ideia de um poder autocrático reside no fato de os interesses privados de manutenção dos privilégios da posição de controle sobre a mudança se colocarem à frente de interesses mais gerais. Segundo Fernandes,

“(...) a revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela *controláveis* em quaisquer circunstâncias.” (FERNANDES, 2020, p.361 – grifo meu).

O controle sobre as mudanças estruturais está relacionado ao tipo estamental de conduta, que leva, por conseguinte, ao esforço de conservação de interesses da burguesia que lhes são próprios no desenvolvimento do Estado moderno brasileiro e de suas instituições. O conceito de “autocracia” se mostra, portanto, heurístico na compreensão da cadeia de poder clientelística forjada a partir das interações entre CBF e federações estaduais, em que mudanças modernizantes e democratizantes, quando ocorrem, o fazem através de ajustes e acomodações, sem romper com o tipo de dominação política enraizado. Calibrada para nossos fins, tal ideia contribui ainda para desnudar os chamados “cartolas” e suas práticas, por dar conta de uma dinâmica e de uma organização social que realiza a modernização, mas também mantém a monopolização da riqueza, do poder e do prestígio social em grupos privilegiados, ou seja, que articula estruturalmente princípios arcaicos e modernos. Podemos perceber o comportamento estamental da elite dirigente do futebol brasileiro a partir do relato da sucessão dos presidentes da CBF. Apesar de investigações policiais que culminaram na prisão e deposição de Marco Polo Del Nero, por exemplo, o sucessor foi seu aliado político, Rogério Caboclo. O controle



sobre a mudança torna-se evidente diante da impossibilidade de uma alteração significativa nas estruturas de poder desiguais e injustas no futebol brasileiro. As federações estaduais enquanto principais aliadas da CBF são fundamentais na manutenção de uma linha sucessória na CBF. Vale lembrar que Rogério Caboclo presidiu a FPF, sendo, portanto, ator inserido no contexto sistêmico federativo da política do futebol nacional. Segundo o jornalista Juca Kfourri, em artigo intitulado “Golpe faz CBF trocar de mãos, mas se manter na mesma essência”, o novo presidente após reforma estatutária da CBF, Rogério Caboclo, protegido de Marco Polo Del Nero desde os tempos de Federação Paulista de Futebol (FPF) era “mais do mesmo”, uma vez que levado à presidência por meio de articulação feita seu “padrinho” junto às demais federações estaduais<sup>138</sup>. Uma matéria da *Folha de S. Paulo* antes da posse de Rogério Caboclo expõe como patrimônio do ex-presidente da CBF<sup>139</sup> aumentou em cerca de quinze vezes desde que entrou em campo na política do futebol brasileiro:

“Em 2001, quando assumiu seu primeiro cargo como diretor da FPF (Federação Paulista de Futebol), ele tinha cerca de R\$ 570 mil de patrimônio. Após 17 anos, já acumula R\$ 8,6 milhões, cerca de 15 vezes a quantia original – os valores foram corrigidos pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado).<sup>140</sup>”

Após o afastamento de Rogério Caboclo em 2021, o vice-presidente mais velho da entidade – critério respaldado no estatuto – Antônio Carlos Nunes, conhecido como Coronel Nunes, assume interinamente a presidência. Em um período de crise e vácuo no poder, a CBF aumentou em mais de 100% o valor do salário dos presidentes das federações estaduais; de R\$ 20 mil mensais, os presidentes passaram a receber R\$ 50 mil de salário. Além disso, a CBF aumentou a verba de repasse mensal de R\$ 85 mil para R\$ 100 mil para cada federação estadual sob o pretexto de fomentar o desenvolvimento do futebol nos estados. Vale ressaltar que o ex-presidente da CBF Rogério Caboclo possuía vencimentos mensais de R\$ 340 mil.<sup>141</sup> A partir dos exemplos empíricos relatados, fica evidente como a política sistêmica federalista estava em constante movimento, uma vez

---

<sup>138</sup> “Golpe faz CBF trocar de mãos, mas se manter na mesma essência” (*Folha de S. Paulo* (SP), 19/04/2018). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfourri/2018/04/golpe-faz-cbf-trocar-de-maos-mas-se-manter-a-mesma-na-essencia.shtml>

<sup>139</sup> Rogério Caboclo foi afastado do cargo de presidente por acusações de assédio sexual de funcionária da CBF, em 2021.

<sup>140</sup> “Futuro presidente da CBF multiplica seu patrimônio após virar cartola” (*Folha de S. Paulo* (SP), 22/03/2018).

<sup>141</sup> Informações disponíveis em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/em-meio-a-crise-cbf-mais-do-que-dobra-valor-dos-pagamentos-a-presidentes-de-federacoes-estaduais.ghtml>

que o aumento salarial foi direcionado justamente aos dirigentes das federações, atores políticos com maior peso de votos na Assembleia Geral da CBF e únicos integrantes da Assembleia Administrativa. A utilização da categoria de “autocracia burguesa” é reveladora quanto à manutenção dos interesses privados de uma parcela de atores envolvidos na política do futebol que funcionam de maneira centrípeta, fechando-se para dentro, diante de processos de mudança política, como demonstrado por Fernandes sobre a classe burguesa e seu *modus operandi* estamental.

A distribuição de blandícias que respalda o sistema clientelístico em questão não se restringe ao âmbito da política nacional; como vimos, importante parte da dinâmica de funcionamento da organização política do futebol está ancorada na esfera estadual. É nela que se deixa ver o caráter desigual dessa estrutura de poder. Nesse sentido, o conceito de *dominação pessoal* formulado por Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens livres na ordem escravocrata*<sup>142</sup> (1969) pode ser operacionalizado para abordar a rede de reciprocidades assimétricas que configura o jogo político do futebol. Vejamos brevemente como Franco estuda as relações entre os homens livres – proprietários fundiários e sujeitos livres pobres - na sociedade cafeeira do Vale do Paraíba.

A autora argumenta que os latifúndios monocultores trabalhados por mão de obra escrava eram definidos pela presença simultânea de dois modos distintos de produção: um visando à exportação de mercadorias e outro visando à subsistência daqueles que ali habitavam - formando uma *unidade contraditória*. Ao passo que o trabalho escravo era o que dinamizava a economia colonial, uma massa de homens sem função vagava por essas enormes proporções de terra pertencentes ao senhor. A estrutura socioeconômica baseada na escravidão reduzia a sociedade a dois polos - senhores e escravos -, deixando a camada intermediária de homens livres, mas pobres e sem trabalho, à deriva sem lugar social. Eram homens que, diferentemente dos escravos, não eram essenciais na produção mercantil. Para Franco,

“(...) numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. *Formou-se, antes, uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis,*

---

<sup>142</sup> Livro resultante da tese de doutoramento da socióloga em 1964 na Universidade de São Paulo originalmente intitulada *Homens livres na velha civilização do café*.

*desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser. (FRANCO, 1997: 14 – grifos meus).*

A principal tese do livro de Franco que nos interessa é que a *dominação pessoal* foi o princípio geral de coordenação das relações sociais no Brasil, que tinha o favor como mediação quase universal, se estendendo e moldando as novas instituições modernas regidas por princípios impessoais, visto que “(...) em sua interação com a sociedade, a burocratização teria sido rivalizada por fatores tão poderosos quanto o princípio racional-legal que, formalmente, parecia animá-la.” (BOTELHO e BRASIL Jr., 2019, p.170). Na condição de homens livres, o senhor e seus agregados tinham relações caracterizadas por uma espécie de igualdade conferida por seu reconhecimento intersubjetivo como “pessoas”. Com isso, uma falsa simetria se estabelecia entre esses dois atores sociais, uma vez que a existência do homem livre pobre dependia estritamente da vontade e arbítrio do latifundiário, já que a terra em que o primeiro vivia pertencia ao segundo. Constituiu-se, assim, uma rede de relações assimétricas caracterizada pelos favores do senhor e a necessidade de prestação de serviços por parte dos homens livres pobres como uma espécie de “dívida de gratidão”. Para Franco, “[...] o tratamento “igualitário” entre superiores e inferiores, na sociedade aqui considerada, fez parte de um forte sistema de dominação, encobrindo as distâncias sociais efetivamente existentes.” (FRANCO, 1997, p. 76). A identificação mútua como pessoas em sua integridade nessas relações disfarçava a desigualdade de poder fundada na desigualdade econômica originada da concentração brutal da propriedade da terra em mãos que não a trabalham, mas a controlam e instrumentalizam politicamente. O que Franco denomina dominação pessoal se caracteriza, portanto, por relações de prestação e contraprestação de favores em uma troca assimétrica, e não exatamente pela imposição direta das vontades de um sobre o outro<sup>143</sup>.

A dominação pessoal descortinada por Franco tem sua aplicabilidade limitada pelo próprio preceito básico da relação direta entre indivíduos que se veem como pessoas em sua integridade, não se tratando de uma relação mediada por qualquer tipo de elemento salvaguardado por uma legislação. No entanto, a relação que nos interessa explorar a partir da calibragem dessa categoria é a dos grupos que são orientados por certa

---

<sup>143</sup> É de grande importância citar a diferença entre as categorias de “poder” e “dominação” de Max Weber. Ao passo que o poder nada mais é que a imposição da vontade de um indivíduo ou grupo sobre os demais, a dominação requer uma relação legítima – em que há uma obediência consentida – entre aqueles que dominam e os que são dominados.

normatividade e, conseqüentemente, imputam determinada dinâmica nas instituições. Vejamos. Em 2017, a FERJ distribuiu parte da cota televisa paga pela TV Globo para a transmissão do campeonato carioca do mesmo ano para os clubes pequenos. Dos R\$ 120 milhões pagos, metade foi dividida igualmente entre os quatro grandes clubes (Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco da Gama). A outra metade do valor pertence à FERJ para ser utilizada com premiações e como recurso próprio. No entanto, a FERJ destinou R\$ 30 milhões para os pequenos clubes como “agrado”, além de isentá-los de qualquer taxa sobre venda de ingressos<sup>144</sup> e custos operacionais com o jogo como pagamento de comissão de arbitragem, por exemplo<sup>145</sup>. É importante lembrar que os pequenos clubes são a grande maioria do colégio eleitoral da FERJ, como mostrado no segundo capítulo da presente dissertação. Portanto, lançar mão de mecanismos que possam garantir a perpetuação no poder é parte integrante da política sistêmica que envolve a esfera estadual e nacional do futebol no Brasil. É evidente que os pequenos clubes, devido à assimetria financeira em relação aos grandes, necessitam da federação para existir, uma vez que é função dela assegurar o desenvolvimento do esporte no estado. Entretanto, o que pode parecer um ato de abnegação do presidente da federação ganha um componente de extrema importância clientelística quando se observa o funcionamento das regras eleitorais da federação, como apresentado no capítulo anterior. A partir deste exemplo de mecanismos políticos utilizados na FERJ podemos perceber que há uma relação pessoalizada entre dirigentes de clubes pequenos e presidente da federação.

Tendo isso em vista, a relação entre os pequenos clubes e as federações pode ser enxergada como uma “troca necessária” entre as partes. Como no tipo de dominação analisado por Franco, o que ocorre no âmbito da FERJ é a ampla submissão dos pequenos clubes ao presidente da federação, impondo-se uma relação pautada na dependência financeira e do favor que ao mesmo tempo que permite a sobrevivência deles, também os inibe e constrange de qualquer ação coletiva de oposição sob risco de retaliação material, haja vista que a federação tem o controle sobre o dinheiro. As instituições, embora possam ter seus princípios orientados pela racionalidade e impessoalidade, não mantêm seu sentido “original” incólume às consequências da pessoalidade das relações sociais.

---

<sup>144</sup> Aos quatro grandes clubes filiados à FERJ é obrigatório o pagamento de 10% do valor líquido da renda adquirida com a venda de ingressos em suas partidas, independentemente da competição. Ou seja, mesmo em uma partida realizada por uma competição internacional, os clubes deverão repassar parte da renda para a federação.

<sup>145</sup> Informações disponíveis em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2017/02/05/ferj-distribui-r-30-milhoes-da-globo-e-agrados-para-times-pequenos-do-rio/>

Arcaico e moderno, de uma perspectiva histórica, configuram uma relação simbiótica na formação e consolidação das estruturas sociais no Brasil, que se manifesta emblematicamente na estrutura política do futebol brasileiro. Retomando a argumentação de Franco, a dominação pessoal que caracterizava a solidariedade social dentro do âmbito privado dos latifúndios se estende ao domínio público e a todas as esferas da vida social, gerando um entrelaçamento entre público e privado – e arcaico e moderno – que determina o exercício personalizado e patrimonialista do poder. A resultante, no caso do esquema de jogo político do futebol brasileiro, é a interação entre princípios arcaicos e modernos funcionando como uma unidade contraditória.

Unindo elementos teóricos da sociologia política histórica com exemplos empíricos de incidentes e práticas da política do futebol brasileiro, foi possível perceber as consequências tenazes e duradouras do processo colonizador de ocupação territorial do Brasil para a cultura política brasileira em uma perspectiva de longa duração. O recurso à sociologia política evidencia como a explicação para os padrões de comportamento dos atores e a dinâmica das instituições políticas pode ser encontrada nas bases da vida social brasileira. Inserindo a sociedade dentro do Estado,

“(…) tal abordagem privilegia a investigação das bases sociais da vida política, suas relações com a estrutura social e com as condições sociais do protagonismo dos diferentes atores coletivos. Daí o significado heurístico dessa vertente da sociologia brasileira para a compreensão dos desafios da democracia; afinal, ao correlacionar estrutura social do mundo agrário e relações de dominação política e ao problematizar a interação da capacidade de ação de indivíduos e grupos com o condicionamento de estruturas sociais, também ela coloca em discussão a problemática das bases sociais da democracia, para retomar formulação que se tornou clássica na sociologia política.” (BOTELHO, 2019, p.62).

A partir da empiria analisada, foi possível interpelar – ajustando seu foco diante do contexto - determinadas categorias da tradição intelectual brasileira para pensar a ação e interação dos dirigentes e como isso substancia o funcionamento da estrutura política do futebol no Brasil. Enquanto participantes ativos de um sistema pouco propício e resistente a mudanças, os presidentes de federações estaduais e da CBF utilizam o cargo e as garantias estatutárias para promover interesses privados dentro de uma estrutura que, a despeito de estar sob fiscalização do Estado brasileiro de 1946 até 1993 com o início e fim do Conselho Nacional de Desportes, foi construída a partir de iniciativas privadas e fragmentadas. Considerando a utilização do poder privado e a forma de controle dos

benefícios gerados sobre um patrimônio cultural público, as categorias de *anarquia branca* de Oliveira Vianna; de *dominação pessoal* de Maria Sylvia de Carvalho Franco e de *autocracia burguesa* de Florestan Fernandes foram quase que suscitadas organicamente pelos próprios fenômenos do campo político do futebol investigados neste trabalho.

Levando em consideração a hipótese de uma cultura política brasileira moldada por padrões de comportamento particularistas, a noção de anarquia branca de Oliveira Vianna sobre a apropriação das instituições públicas para atender interesses privados foi mobilizada para analisar os estatutos delegam aos presidentes de federações estaduais e da CBF o monopólio decisório de organização do futebol brasileiro. Nessa condição, os detentores do poder agem em consonância com o tipo de dominação já enraizados, domesticando ou bloqueando qualquer movimento democratizante que fortaleça os grandes clubes, enquanto aqueles que de fato geram receitas via engajamento dos torcedores, na organização do futebol no Brasil. Já o conceito de autocracia burguesa de Florestan Fernandes leva à reflexão de como, ao longo dos anos, as tentativas de mudanças estruturais que enfraquecessem a engrenagem do sistema federalista foram coibidas e controladas por reações dos dirigentes interessados na manutenção de seus privilégios, vetorizadas como uma *força centrípeta estamental*, como foi possível perceber nas tentativas frustradas de modificações profundas das regras legislativas ao longo dos anos. No que refere ao âmbito da política estadual, devido à grande quantidade de pequenos clubes cuja renda se limita recorrentemente à disputa de competições estaduais, descortina-se uma rede desigual de troca de favores junto às federações. A assimetria financeira é um elemento que interfere substancialmente na relação entre esses atores tendo como consequência maior um tipo de dominação semelhante à *dominação pessoal* descrita por Franco, no qual o “toma lá, dá cá” mediado pelo favor inibe e minimiza qualquer possibilidade de emancipação dos pequenos clubes em relação às federações estaduais. Combinados, esses aspectos conformam um tipo de dominação patrimonialista que configura uma espécie de circuito fechado praticamente impenetrável. E evidenciam que o jogo entre os dirigentes da CBF, das federações e dos clubes se dá não em qualquer lugar, mas no campo particular da sociedade brasileira.

### 3.3 – Outra rota para o futebol moderno: o caso inglês

A partir da perspectiva macrosocial utilizada no presente capítulo para compreender o sentido que os atores políticos do futebol dão às suas ações e relações procederemos agora a uma breve comparação entre dois modelos construção de nação distintos que se traduzem também em diferentes modelos organizacionais do jogo de futebol. Nesse sentido, a sociologia política e seu campo analítico voltado para o interesse no estudo das tensões inerentes à relação entre Estado e sociedade (BOTELHO, 2019, p. 151) permite observar como as contingências do processo de desenvolvimento do Estado racional-legal em cada país incide na cultura política e, por conseguinte, na consolidação das instituições.

A fim de expandir a compreensão dos fenômenos políticos envolvidos no futebol brasileiro, construiremos analiticamente um contraponto com o caso inglês enquanto um modelo empresarial e altamente rentável de organização do futebol<sup>146</sup>. Nesse sentido, o campeonato nacional possui o formato de uma liga independente - a *Premier League* - em que os clubes têm a prerrogativa de negociar seus contratos de marketing e de transmissão das partidas. Antes da *Premier League*, os direitos de transmissão de TV eram negociados coletivamente pela *Football League*. No entanto, os clubes de maior destaque acreditavam que poderiam obter acordos mais lucrativos negociando individualmente, portanto a criação da *Premier League* permitiu que os clubes retivessem uma parcela maior da receita proveniente dos contratos de televisão. À vista disso, a partir de uma ação coletiva, os clubes negociam contratos financeiros que atendem aos seus interesses, não havendo qualquer mediação da *Football Association* (FA), instituição política nacional equivalente à CBF no Brasil.

O processo de criação e consolidação da *Premier League* foi facilitado pelo fato de a responsável pela organização do campeonato inglês anterior, a *Football League*, possuir uma estrutura em que o elemento-chave era a colaboração e consenso entre os

---

<sup>146</sup> Para termos de comparação, no ano de 2022, o campeão da Premier League, Manchester City, recebeu R\$ 897 milhões como premiação. No Brasil, o Palmeiras, campeão brasileiro do mesmo ano, recebeu em premiação R\$ 45 milhões, o equivalente a aproximadamente 5%. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-ingles/noticia/2022/09/21/clubes-da-premier-league-recebem-r-146-bilhoes-em-cotas-de-tv-veja-divisao-dos-valores.ghtml> e <https://ge.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2022/10/21/premiacao-do-brasileirao-veja-quanto-cada-time-deve-receber.ghtml>

clubes membros a fim de desenvolver a competição nacional, desprendendo-os de quaisquer mecanismos de vinculação a instituições políticas, como ocorre no Brasil, onde só a filiação às federações estaduais habilita os clubes a participarem de competições nacionais e, por conseguinte, internacionais. Exemplificando a importância do movimento de liga independente dos clubes ingleses, desde a fundação da *Premier League* em 1992 até o ano de 2017, os clubes que participam dela “(...) aumentaram seu valor conjunto em mais de 10.000%, de cerca de 50 milhões de libras para 10 bilhões de libras.” (ROBBINSON e CLEGG, 2020, p.XII). A CBF, por sua vez, possui a prerrogativa total de organizar o calendário nacional anual de competições dos clubes no Brasil, tendo como resultante que a política federalista impõe a necessidade da existência dos campeonatos estaduais. Enquanto singularidade brasileira, os campeonatos estaduais implicam em uma organização distinta em relação aos demais países.

A escolha do modelo inglês como objeto de comparação se deve ao seu pioneirismo tanto na prática quanto na institucionalização do futebol. Em se tratando de um esporte de origem inglesa, o futebol se institucionalizou de maneira distinta no Brasil. A explicação para a diferença passar pelo fato de que os dois países tiveram sequências de desenvolvimento histórico distintas (BENDIX, 1996). O futebol, na condição de prática desportiva moderna, emerge em um período de suma importância para essa hipótese, visto que

(...) O desenvolvimento e expansão do esporte aconteceu tendo como pano de fundo o processo de modernização dos séculos XIX e XX, processo que compreende industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e comunicação, aumento do tempo livre, surgimento dos sistemas nacionais de ensino, etc. Esses aspectos, por sua vez, estão inseridos no processo mais amplo de secularização e racionalização que caracterizam a sociedade moderna. Nesse contexto a burocratização ou organização formal também cresce. Já no século XIX vão surgir, na Inglaterra principalmente, organizações que congregam grupos de clubes, as federações, com futebol, que promovem competições em nível regional e nacional.” (BRACHT, 2005, p. 99).

Nobert Elias e Eric Dunning (1992) associam a ascensão do futebol com o processo civilizatório que caracteriza a passagem à modernidade. O futebol e outros esportes, para os autores, representam a transição de passatempos violentos para práticas pautadas em regras e normas que evitavam a utilização da violência entre os indivíduos. O pioneirismo inglês em relação ao estabelecimento de regras no futebol é, portanto, um



claro sinal de estímulo ao autocontrole dos instintos e impulsos vinculados ao avanço civilizatório na Inglaterra (ELIAS E DUNNING, 1992, p. 43).

O desenvolvimento do futebol e sua designação como “desporto”, isto é, como um conjunto de regras bem estabelecidas para sua prática está estritamente ligada ao desenvolvimento da estrutura de poder na sociedade inglesa do século XVIII. O futebol “(...) foi designado por desporto pela primeira vez em Inglaterra durante o século XVIII, isto é, no mesmo período em que as antigas assembleias de estado, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns (...) constituíram a principal área de confronto onde se determinou quem deveria formar o governo.” (Ibid., p.51). Ademais, o progresso do industrialismo na Inglaterra tornou inescusável a padronização e codificação das diversas esferas da vida social, refletindo diretamente na institucionalização do futebol no país já no século XVIII a reboque das mudanças na sociedade, como a racionalização das leis diante do poder socialmente constituído (FRANCO JR., 2007).

Portanto, a institucionalização do futebol na Inglaterra se deu a partir de um “consenso” em torna da regulamentação do jogo coletivo. Isso seria improvável

“(...) sem o regime parlamentar e pluripartidário que vigorou na Inglaterra do século XVIII. Nesse regime implantado ao final de um período de encarniçada guerra civil, o monopólio da força física e da imposição fiscal não ficou nas mãos de um só dos diversos estamentos ou setores rivais (...) exige-se uma permanente negociação e a garantia de que cada grupo que se reveze no poder não abuse dele. A restrição da violência, instaurada pelo modo parlamentar de controlar e de trocar governos, corresponde, segundo Norbert Elias, aos modos esportivos de dar forma à representação do revezamento, de controlar as tensões, de extrair-lhes um saldo produtivo.” (WISNIK, 2008, p.89-90)

Essa breve exposição acerca do pioneirismo inglês no futebol e sua institucionalização como “desporto” à luz do processo de mudança social particular daquela sociedade, permite traçar diferenças em relação à sequência de desenvolvimento do futebol brasileiro. Enquanto prática importada justamente da Inglaterra no século XIX, o futebol encontrou no Brasil uma realidade social distinta da matriz, o que ecoou, portanto, na composição de sua organização política. Em face dos aspectos apresentados sobre a sequência de eventos históricos que constituem a experiência social de cada um dos países e se reflete na organização do futebol, caberia aprofundar, em trabalho futuro, como o tipo de modernização no Brasil difere do padrão de mudança social ocorrida na Inglaterra e como isso implica nas diferenças de modelos organizacionais. A visão não

teleológica e contingente adotada na presente pesquisa rejeita a ideia de universalidade e unilinearidade entendendo que “(...) o *momentum* dos eventos passados e a diversidade das estruturas sociais conduzem a diferentes caminhos de desenvolvimento, mesmo quando as mudanças de tecnologia são idênticas” (BENDIX, 1996, p. 35).

Diferentemente da Inglaterra, em que uma guerra civil resultou em uma mudança social através de uma ruptura que instaurou uma aliança entre democracia parlamentar e capitalismo (MOORE JR., 1967, p.40) gestando um consenso político inerente à democracia na sua trajetória de modernização, no Brasil os eventos se sucederam, como nos mostra Florestan Fernandes, através de “(...) condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de ‘repetição histórica’ ou de ‘desencadeamento automático’ dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês.” (FERNANDES, 2020, p. 358).

Nesse sentido, a clássica obra de Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1967), fornece substrato histórico e sociológico que possibilita compreender como os caminhos distintos rumo à modernidade implicaram nas diferenças de configuração da política do futebol, tendo em vista as culturas políticas específicas que modelam os padrões de comportamento dos atores no Brasil e na Inglaterra. A partir do método comparativo, o autor delineia três variantes possíveis para a inserção dos países na modernidade: pela via da revolução liberal-burguesa; da revolução conservadora e das revoluções camponesas que resultam na instauração de regimes comunistas (REIS, 1982).

Partindo do entendimento de que o modelo inglês de modernização foi o de uma revolução liberal-burguesa que consolidou valores afins a padrões de comportamento favoráveis ao livre associativismo, talvez possamos compreender por que na organização política do futebol inglês não há poder acima dos clubes. Nesse sentido, a utilização de tipos ideais – neste caso, acerca da organização política do futebol – podem ser usados como dispositivos que caracterizam a particularidade de cada caso através de uma análise histórica comparativa (SKOCPOL e SOMERS, 1980). Assim, tendo em vista os estudos do pensamento social aqui mobilizados que apontam como o processo de mudança social não disruptivo no Brasil resultou em padrões de comportamento privatistas nas diversas esferas da vida social inibindo o fortalecimento de uma cultura democrática, a perspectiva de longa duração adotada permite ver que esses princípios de orientação da conduta são contingentes e se alteram conforme a realidade de cada país.

A *Premier League*, como uma liga de futebol profissional, não é uma entidade política, mas sim uma organização esportiva que gerencia a principal competição de futebol na Inglaterra. Ou seja, diferentemente da centralidade da CBF como principal ator político na organização do futebol no Brasil em conjunto com as federações estaduais, o poder na *Premier League* é detido pelos clubes membros que compõem a liga. A estrutura de governança da *Premier League* é projetada a fim de garantir a participação ativa e influência dos clubes nas decisões importantes relacionadas à administração, finanças e regulamentação da competição. Ao passo que no Brasil os clubes grandes se deparam com uma estrutura política sistêmica cuja dinâmica os joga para escanteio e retira do centro dos processos decisórios, a *Premier League* outorga ao seu Conselho Executivo formado por presidentes e diretores dos clubes as tomadas das decisões mais relevantes ao seu funcionamento, como mudanças nas regras da competição, questões financeiras significativas e acordos de transmissão televisiva. Os clubes têm a oportunidade de expressar suas opiniões e votar nessas decisões, enquanto no modelo brasileiro as decisões mais relevantes da CBF, como entidade que detém a prerrogativa de organização do calendário de competições dos clubes grandes, está delimitada à Assembleia Geral Administrativa que conta com a participação apenas das federações estaduais.

Esse contraponto não teve a pretensão de apresentar de maneira aprofundada o modelo inglês da política do futebol, o que não caberia no escopo deste trabalho, mas jogar luz sobre a particularidade do modelo federalista brasileiro e sua lógica de funcionamento. No entanto, tendo como referencial comparativo a Inglaterra, é possível concluir que as estruturas pré-existentes de organização nas sociedades inglesa e brasileira influenciaram de maneira substancial o modelo de gestão política do futebol em cada país. Suas diferentes vias de ingresso à modernidade pavimentaram também sequências e formas distintas de organização política do futebol. Apesar da *Premier League* ter sido fundada em 1992, o modelo inglês sempre foi baseado na administração realizada pelos clubes, desde 1888 como a *Football League*, permitindo aventar a hipótese de vinculação dos fenômenos do futebol ao regime parlamentarista inglês e suas consequências nas estruturas sociais. No Brasil, a forte fragmentação organizacional do poder apenas teve fim com a intervenção estatal do CND, em 1941, moldando a política federalista que impede a atuação livre dos grandes clubes. O ponto de chegada do capítulo é o argumento de que a cultura privatista dos dirigentes que detém o poder de decisão na estrutura política do futebol brasileiro, reproduzida através de um sistema de favores, não

é oriunda do acaso, mas está vinculada a um processo maior cuja explicação está nas raízes sociais da vida política brasileira.

## NOS ACRÉSCIMOS, OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três capítulos que integram o trabalho buscaram demonstrar como os conflitos em torno dos processos de mudanças - ou tentativas de mudanças - na política do futebol brasileiro são parte de um processo maior e de fundamento histórico-social. Pretendemos a seguir testar a hipótese da prevalência dos interesses privados dos dirigentes das federações estaduais e CBF enquanto principais atores de uma política “sistêmica” e patrimonial do futebol brasileiro fazendo uma breve análise do processo de modernização em curso nos clubes brasileiros, a partir da criação da Liga independente e da transformação de diversos clubes grandes em “clubes-empresa” e as reações a ele.

Moderno e tradicional, como princípios típicos ideais distintos de organização das relações sociais, interagiram historicamente na estrutura política do futebol brasileiro através de seus principais atores políticos – definidos na dissertação como os presidentes da CBF, federações estaduais, clubes de relevância nacional e, em menor medida, os pequenos clubes que integram as competições estaduais. Elaborando a categoria de “marginalidade estrutural” o sociólogo Luís Aguiar da Costa Pinto procura dar conta de um processo de mudança social singular que combina temporalidades distintas, em que moderno e arcaico ou tradicional não se destacam um em relação ao outro, conferindo-lhe um sentido próprio ao processo de mudança social no país. Tendo como estudo de caso o futebol brasileiro, como vimos, a mudança social intentada sempre foi passível de resistência e de redirecionamento por parte das federações estaduais e CBF interessados na manutenção de seus poderes.

Como ponto de chegada, discutimos os atuais movimentos do futebol brasileiro de ruptura dos grandes clubes com a estrutura política que durante décadas obteve o monopólio das decisões, de uma forma que demonstre como os acontecimentos anteriores não foram episódios isolados, mas pertencem a um sistema difícil de ser transformado. O rompimento atual é apenas parcial e não está infenso às resistências que permearam todas as tentativas anteriores de mudança na política do futebol no Brasil. É devido a isso que se faz necessário percorrer brevemente a economia de argumentos da dissertação a fim de se descortinar possíveis nexos com o passado ocultos no presente.

Mediante a reconstrução das contingências históricas e conflitos que constituíram o processo de institucionalização do futebol no Brasil, apresentada no primeiro capítulo,

foi possível perceber como a introdução do futebol em final do século XIX se deu por de iniciativa das elites aristocráticas e suas ligações sociais e culturais com o continente europeu. Em se tratando de uma prática esportiva inglesa em primeiro momento, o futebol fincou raízes entre as classes mais abastadas da sociedade brasileira como um elemento de distinção social, resultando, inclusive, na proibição de sua prática sob o pretexto de se tratar de um esporte meramente amador cujas atividades se restringiam aos clubes aristocráticos. As ações para institucionalizar o futebol no país através de regras e competições organizadas, portanto, se limitou às iniciativas fragmentadas das elites locais nos estados. Dessa fragmentação – cuja explicação está baseada no modelo federalista da política brasileira do período –, decorreram conflitos que geraram o desmantelamento e o surgimento de diversas ligas, tanto em nível estadual quanto nacional para a obtenção do controle político do futebol no Brasil e de sua incipiente institucionalização.

A primeira virada modernizante na estrutura do futebol brasileiro ocorre a partir de uma intervenção estatal com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), durante a ditadura do Estado Novo. Enquanto órgão responsável pela fiscalização dos esportes no Brasil, o CND introduziu regras para o funcionamento das instituições políticas responsáveis pela gestão dos esportes. A CBD, instituição criada em 1916 cuja função se restringia a representar o selecionado de jogadores brasileiros em partidas no exterior, passa a ter importância fundamental na organização política do futebol. Instituições que disputavam o poder como, por exemplo, a Federação Brasileira de Football (FBF) são extintas mediante o decreto-lei nº 3.199 de 1941. Este, juntamente com a criação do CND, define que haja apenas uma confederação nacional por esporte e apenas uma federação estadual, que, por sua vez, deve obrigatoriamente se filiar à confederação. Dessa maneira, é a partir desse decreto que se firma um conjunto de leis que desfazem as disputas fragmentadas e privadas dos interesses dos dirigentes locais, imputando regularidade ao funcionamento da política do futebol no país.

A primeira intervenção modernizante na política do futebol é um exemplo fundamental para confirmar a hipótese do moderno e o arcaico como elementos organizacionais das relações sociais convivendo na estrutura política do futebol. Se, por um lado, há um esforço do Estado de nacionalização do futebol através de regras bem estabelecidas, o processo de mudança não abdicou das forças estaduais enquanto elemento fundamental dessa estrutura. Como demonstrado no primeiro capítulo, as competições entre clubes invariavelmente se davam no âmbito estadual, sendo raro

competições interestaduais, justificativa encontrada pela própria dimensão territorial do país (MASCARENHAS, 2014). Dessa maneira, o processo de modernização e de criação de um aparato burocrático no futebol, na esteira do que ocorria na própria esfera do Estado brasileiro no período Vargas, não rompeu com as forças locais. Pelo contrário, se utilizou destas para projetar o desenho institucional que até hoje perdura na organização política do futebol brasileiro. Os clubes deveriam estar vinculados às federações dos seus estados; as federações, por sua vez, obtinham junto à CBF o poder de participar das decisões políticas do futebol. Portanto, o tradicionalismo baseado nas relações locais foi legitimado e, de certa maneira, reforçado pela intervenção modernizante do Estado brasileiro.

O caráter “sistêmico” da política do futebol brasileiro apresentado a partir de exemplos empíricos no segundo capítulo referenda como as federações estaduais são peça central na dinâmica política do futebol brasileiro. O sistema clientelístico que outorga relevância aos atores políticos que, a princípio, podem ser vistos como “elos fracos” da cadeia, a exemplo dos pequenos clubes no âmbito estadual mantêm a dominação baseada na relação de prestação e contraprestação de favores entre federações estaduais e CBF. A consequência é a não aderência a propostas de mudanças estruturais e modernizantes, que terminam impedidas ou controladas, como nos casos das reivindicações radicais contidas nas Lei Zico e Lei Pelé, nos anos 1990.

O conceito de marginalidade estrutural de Costa Pinto, a despeito de estar voltado para outras esferas da vida social<sup>147</sup>, mostra-se produtivo para conferir inteligibilidade sociológica aos processos de mudanças modernizantes e de resistências do tradicionalismo pelos quais passou a política do futebol brasileiro ao longo dos anos, tomada como objeto privilegiado para se compreender a interação histórica contraditória entre arcaico e moderno na sociedade brasileira. Para Costa Pinto,

(...) a sociedade “tradicional” sabia negociar com a história, e, modernizando-se de um modo singular, acabava estimulando um conflito estrutural que obstaculizava o desenvolvimento do país. Tal conflito provinha de um processo peculiar de mudanças em que se mesclavam ordens sociais fundadas em

---

<sup>147</sup> Em *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* (1958), por exemplo, o autor analisa a transformação da estrutura social de uma região caracterizada por uma estrutura “arcaica” de passado latifundiário e escravista e como a introdução da Petrobrás na região resultou na interação de uma estrutura de relações de trabalho “modernas” com as práticas já pré-existentes. A resultante foi um processo de modernização *sui generis* cuja dinâmica resultou da interação de forças do passado com o presente, em que nenhuma delas foi capaz de sobrepor-se à outra – premissa do conceito de marginalidade estrutural.

temporalidades distintas sem que nenhuma delas se impusesse sobre a outra. O conceito de marginalidade estrutural concebido pelo autor servia para explicitar aquela dimensão não apenas conflituosa, mas também acomodatória das transformações que ocorriam. As mudanças no Brasil não seguiam o padrão das sociedades “desenvolvidas” e “industrializadas”, entrelaçando-se o velho ao novo nas mais diversas condutas sociais (VILLAS BÔAS, 2005, p.82)

Depreende-se assim como as mudanças promovidas no futebol brasileiro, discutidas no segundo capítulo, foram politicamente controladas, uma vez que, a despeito de importantes alterações - como nas relações trabalhistas com o fim gradual da Lei do Passe - as federações estaduais mantiveram o poder decisório em conjunto com a CBF, negando as ideias modernizantes contidas no anteprojeto da Lei Zico de inserir os clubes da primeira divisão como únicos integrantes do colégio eleitoral da CBF. A resistência do “tradicionalismo” pré-existente baseado no localismo da estrutura política sistêmica do futebol no Brasil interagiu com a modernização das leis dos anos 90, mas soube controlá-las ao ponto do poder político não se alterar substancialmente.

Nesse sentido, propondo elaborar a parte mais teórica da pesquisa, o capítulo 3 trouxe alguns exemplos empíricos mais atuais a fim de demonstrar a tenacidade de comportamentos tradicionais dentro de instituições burocráticas modernas. Sintomático, a esse respeito, é o exemplo das alterações estatutárias em reação de defesa ou medida de blindagem contra as mudanças na legislação desportiva que ameaçavam o poder constituído, em 2015. A persistência de mecanismos privatistas de poder está vinculada à hipótese - expressa agora também por meio do conceito de marginalidade estrutural - da dualidade da estrutura social brasileira resultante da presença simultânea de dois padrões distintos de organização das relações sociais: o arcaico e o moderno (COSTA PINTO, 1970).

Assim, a mudança social, quando se ocorre, se dá por meio de acomodações, uma vez que, como vimos, padrões de comportamento tradicionais já assentados interagem com a introdução de mudanças guiadas por princípios modernizantes resultando na constante interação dinâmica entre ambos na política do futebol. Se, por um lado, a explicação para esse fenômeno é buscada através de uma perspectiva macro que não perde de vista o nível micro dos portadores sociais, o futebol e os fenômenos inerentes à sua organização são tratados analiticamente como objeto privilegiado que incorpora em seu



jogo político extracampo, como um fato social total (WISNIK, 2008), as ambiguidades e dilemas de uma experiência social periférica e colonial.

Como símbolo atual da modernidade no futebol, a Sociedade Anônima do Futebol (SAF) está ganhando cada vez mais espaço nos grandes clubes brasileiros. Diferentemente do modelo de associação civil sem fins lucrativos que, durante anos, foi de adoção obrigatória para os clubes pelo decreto-lei de 1941 de Vargas, o modelo de gestão de um clube que adote a SAF está calcado na lógica empresarial do lucro. Em se tratando de um tipo específico de empresa, a SAF foi criada pelo Congresso Nacional em 6 de agosto de 2021 com a lei nº 14.193 a fim de facilitar a transição dos modelos de gestão.<sup>148</sup> O modelo comum de transição reside na abertura de uma SAF por parte dos sócios dirigentes do clube, transferindo-lhe todos os ativos financeiros gerados pelo clube<sup>149</sup> e, em seguida, exercem a venda de um percentual da mesma para uma pessoa física ou jurídica que, por sua vez, terá o controle sobre o lucro gerado pelo clube de acordo com o percentual adquirido.

Apresentando de maneira sintetizada, a gestão da SAF possui uma dinâmica de funcionamento nos moldes de uma empresa, com diretores com cargos remunerados. Vale ressaltar que, no caso de clubes que ainda têm os ativos financeiros do futebol controlados pelo quadro de associados, os cargos são, em sua maioria, ocupados por indicações e sem direito à remuneração, o que pode vir a favorecer conchavos políticos e troca de favores desconsiderando a capacidade técnica de quem ocupa a função, repetindo com diferença a política “sistêmica” patrimonial do futebol reconstituída na dissertação. Há uma diferença fundamental entre o modelo empresarial SAF e o que ocorre em algumas equipes da Inglaterra, por exemplo. No Brasil observa-se uma coexistência da figura do presidente do clube – eleito pelo quadro de sócios e para mandatos limitados a alguns anos – e do dono da SAF, que só mudará se ela for vendida. Isso se deve ao fato de a associação civil não poder ser vendida para investidores, sendo administradas apenas pelos sócios. A venda, portanto, se limita ao futebol e seus recursos gerados. Na

---

<sup>148</sup> Importante ressaltar que, antes da lei, os clubes não estavam impedidos de se tornarem empresas. Todavia a nova lei criou diversos incentivos fiscais para os clubes realizarem a transição. Como, por exemplo, a responsabilidade dos detentores da SAF – pessoa física ou jurídica – de contribuir para o abatimento das dívidas adquiridas no período anterior. O inciso I do artigo 10 da Lei nº 14.193 estabelece que se destinem 20% das receitas correntes mensais auferidas pela Sociedade Anônima do Futebol à parte do clube que ainda se encontra sob gestão de associação civil.

<sup>149</sup> São os bens que geram rendimento para uma pessoa física ou jurídica. Exemplos no futebol são os contratos de televisão, de patrocínio e de jogadores, por exemplo.

Inglaterra, utilizado como exemplo contrastivo na pesquisa, diversos clubes têm 100% de suas propriedades – não apenas relacionadas ao futebol - sob o controle de uma empresa ou grupo de empresas. O Arsenal, por exemplo, pertence integralmente ao bilionário russo Stanley Kroenke, enquanto o Manchester City tem 86% de seu patrimônio pertencente ao fundo de investimentos Abu Dhabi United e os demais 14% a China Media Capital.<sup>150</sup>

Se considerarmos o modelo inglês como o mais representativo do que há de mais moderno na gestão do futebol podemos perceber como, no Brasil, o modelo de gestão do “clube-empresa” se moldou e tomou um formato idiossincrático. No projeto de modernização dos clubes é também possível mobilizar a categoria de marginalidade estrutural a fim de se compreender sociologicamente a associação civil sem fins lucrativos - como representante do “tradicional” - e a SAF - como elemento “moderno” - enquanto dualidade, a despeito do maior controle que a SAF, dependendo do percentual adquirido, tem sobre o futebol como principal ativo financeiro. A política interna do clube social, entretanto, permanece sob controle do quadro restrito de associados.<sup>151</sup>

Diante do processo de modernização da estrutura interna por qual alguns clubes vêm passando<sup>152</sup>, as federações estaduais começaram a cobrar taxas pela conversão dos clubes em SAF. Os valores não têm homogeneidade entre as federações, tampouco são baseados em percentuais do valor da venda do clube, falta de critério e controle que revelam como a cobrança não passa de tentativa das federações estaduais se aproveitarem de vantagens financeiras propiciadas pela transição dos clubes para SAF. A FERJ, como entidade que realiza maior valor em cobrança exige que sejam pagos R\$ 500 mil reais dos clubes que compõem a primeira divisão estadual que queiram aderir ao modelo de gestão empresarial<sup>153</sup>, demonstrando como as federações, enquanto atores políticos

---

<sup>150</sup> Informações disponíveis em: <https://ge.globo.com/blogs/blog-do-rodrico-capelo/post/2019/09/30/entenda-como-funcionam-os-clubes-empresas-em-alemanha-italia-inglaterra-e-portugal.ghtml>

<sup>151</sup> Os clubes têm critérios distintos para o acesso ao direito de voto dos seus torcedores. Todavia, a despeito de critérios distintos, Athletico Paranaense (PR), Bahia (BA), Botafogo (RJ), Fluminense (RJ), Coritiba (PR), Grêmio (RS), Internacional (RS), Vitória (BA) e Santos (SP) permitem que seus sócios-torcedores participem das eleições presidenciais de seus clubes.

<sup>152</sup> Dentre os clubes que compõem a primeira divisão nacional, os seguintes já realizaram a transição para o modelo SAF: Bahia (BA), Coritiba (PR), Botafogo (RJ), Vasco da Gama (RJ), Cruzeiro (MG), Cuiabá (MT) e Red Bull Bragantino (SP).

<sup>153</sup> Informações disponíveis em: <https://ge.globo.com/pe/futebol/noticia/2024/01/19/quanto-custa-para-virar-saf-taxas-cobradas-por-federacoes-variam-de-r-30-mil-a-r-500-mil-veja-lista.ghtml>

determinantes no futebol brasileiro, têm se rearticulado a fim de se incluírem, mesmo que minimamente, no processo de mudança em andamento.

Concomitantemente às possibilidades internas de mudanças nos clubes está a criação de uma Liga independente de clubes que pretende organizar o campeonato brasileiro, retirando a prerrogativa da CBF de controlar esse produto. Apesar das cisões entre os próprios clubes das séries A e B em dois grupos que negociam a venda dos direitos de transmissão a fundos de investimentos distintos e querelas em relação à divisão das cotas de transmissão<sup>154</sup>, o maior impasse para a criação de uma Liga sem vínculos com a CBF reside no próprio estatuto da entidade máxima do futebol no Brasil. Segundo o artigo 24 da CBF, é necessário obter aprovação da Assembleia Geral Administrativa para a criação de uma Liga; ou seja, se faz necessária a aprovação da Assembleia que é integrada somente pelas federações estaduais e CBF. Em meio a negociações com fundos de investimentos que comprem os direitos da Liga, os clubes realizam concessões à CBF, como a aceitação da continuidade do atual formato de pesos de voto na eleição para presidente da entidade<sup>155</sup> em troca de apoio à criação da Liga. Além disso, a fim de flexibilizar as federações estaduais, a CBF aumentou a importância da disputa dos campeonatos estaduais para os grandes clubes, uma vez que a classificação para a Copa do Brasil, que é a competição com maior premiação do calendário brasileiro<sup>156</sup> está vinculada ao desempenho dos clubes em seus respectivos campeonatos estaduais<sup>157</sup>.

Por fim, a análise do movimento de mudança em curso no futebol brasileiro parece corroborar a ideia que permeou o presente trabalho. Em perspectiva histórica e através de exemplos empíricos concretos, constatamos como as instituições políticas que compõem a estrutura do futebol brasileiro se comportaram de tal maneira a acomodar mudanças bruscas que afetem sua dinâmica de funcionamento calcada no sistema federalista, que favorece federações estaduais e CBF e o conluio entre elas. Sustentando em seu interior, *sem que um se sobreponha ao outro*, princípios modernos e arcaicos – visto que o aparato

---

<sup>154</sup> Há, no momento, dois movimentos simultâneos: a LIBRA (Liga do Futebol Brasileiro) e a LFF (Liga Forte Futebol).

<sup>155</sup> Informação disponível em: <https://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/clubes-conseguem-apoio-da-cbf-por-liga-independente-e-aprovam-nova-eleicao-para-presidente/blt5f46e6105d482028>

<sup>156</sup> A fim de compreender a importância que a competição adquire para os clubes, a premiação dada ao campeão da Copa do Brasil da edição de 2023 foi de R\$ 70 milhões, ao passo que o campeão do Campeonato Brasileiro do mesmo ano foi premiado com o valor inferior de R\$ 47,8 milhões.

<sup>157</sup> Informação disponível em: <https://ge.globo.com/pe/futebol/copa-do-brasil/noticia/2022/12/26/cbf-muda-criterios-de-classificacao-para-copa-do-brasil-de-2024-e-fortalece-federacoes.ghtml>

burocrático das instituições não inibe práticas pessoalizadas e patrimonialistas -, a presente pesquisa pretendeu demonstrar como a política do futebol brasileiro e ação de seus principais atores políticos pode ser explicada através de uma perspectiva macrosociológica que vê no campo da história e os conflitos e contingências pelos quais a bola rola, a cartola joga e a sociedade brasileira se aposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Editora Martins Fontes; 5ª edição, 1999.
- AZEVEDO, Aldo Antonio de. **Dos velhos aos novos “cartolas”**: Uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, 1999.
- BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; 13ª edição, 2006.
- BOTELHO, André. **O retorno da sociedade**: política e interpretações do Brasil. 1ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2019.
- BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte** – Uma introdução. 3ª edição. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2005.
- CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933)**. São Paulo: Editora Ibrasa; 1ª edição, 1990.
- CAMMACK, Paul. **O “coronelismo” e o “compromisso coronelista”**: uma crítica. Cadernos do Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, nº5, p.1-20, 1979.
- CANDIDO, A. (1970). **Dialética da Malandragem**. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, (8), 67-89.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 25ª edição, 2019.
- \_\_\_\_\_. “Pontos e bordados – escritos de história e política”. Minas Gerais: Editora UFMG, 1999.
- CHADE, Jamil. **Política, propina e futebol**: Como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1ª edição, 2015.
- COHN, Gabriel. **A revolução burguesa no Brasil**. In: MOTA, Dantas Lourenço (Org). Introdução ao Brasil – Um banquete nos trópicos (vol.1). São Paulo: Editora Senac; 4ª edição, 1999.

COSTA PINTO, Luis de Aguiar. **Recôncavo: laboratório de uma experiência humana**. Rio de Janeiro, Centro Latino de Pesquisas em Ciências Sociais; 1ª edição, 1958.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo**. Rio de Janeiro, Editora Civilização; 3ª edição, 1970.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Editora Edipro; 1ª edição, 2016.

DAMATTA, Roberto. **“Antropologia do óbvio – notas em torno do significado social do futebol brasileiro”**. In: Revista USP (Dossiê futebol). São Paulo: s.e., 1994. 22 n.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul; 4ª edição, 2012.

\_\_\_\_\_. **“A aventura liberal numa ordem patrimonialista”**. Revista da USP, n. 17, 1993, pp; 14-29.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 6ª edição, 2020.

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANCO JR, Hilário. **A dança dos deuses – Futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 48ª edição. Recife – Pernambuco. Global Editora, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1ª edição digital. São Paulo, Global Editora, 2013.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol - Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria; 2ª edição, 2010.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1ª edição, 2009.

HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

HOELZ, Maurício. **Os homens livres, mundo privado: Violência e pessoalização numa sequência sociológica**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 167, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional; 1ª edição, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. **“Coronelismo, enxada e voto”** (pp.273-292) In: MOTA, Dantas Lourenço (Org). Introdução ao Brasil – Um banquete nos trópicos (vol.1). São Paulo: Editora Senac; 4ª edição, 1999.

\_\_\_\_\_. **“Da independência a Lula e Bolsonaro: Dois séculos de política brasileira”**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1ª edição, 2021.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 4ª edição, 1997.

LEVER, Janet. **A loucura do futebol**. Rio de Janeiro: Editora Record; 1ª edição, 1983.

LOVISOLO, Hugo. **Saudoso futebol, futebol querido: A ideologia da denúncia** (1999). In: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo (Orgs). A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2ª edição, 2012.

MACIEL, David. **O governo Collor e neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista UFG / dezembro / Ano XIII nº 11, 2011.

MAGALHÃES, Livia. **Histórias do futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado; 1ª edição, 2010.

MARTINS, Mariana Zuaneti e REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Cidadania e direitos dos jogadores de futebol na Democracia Corinthiana**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, (São Paulo) 2014 Jul-Set; 28(3):429-40

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras – a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Ed Uerj; 1ª edição, 2014.

MAZZONI, Thomas. **Histórias do futebol no Brasil: 1894-1950**. São Paulo, Editora Leia, 1ª edição, 1950.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1967.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, p.387, 1998.

PETERS, Christina. **Formação de relações regionais em um contexto global: a rivalidade futebolística entre Rio de Janeiro e São Paulo durante a Primeira República**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 21, jan-mar, 2014, pp.1-17. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2011.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A metamorfose do futebol**. Campinas, SP: UNICAMP, IE. 2000

PRONI, Marcelo Weishaupt e GIGLIO Settani Sérgio (Orgs). **O Futebol nas Ciências Humanas no Brasil**. PRONI, Marcelo Weishaupt e GIGLIO Settani Sérgio (Orgs). São Paulo: Editora Unicamp, 1ª edição, 2020.

\_\_\_\_\_. **Futebol bom é o europeu?! Sobre as teses do atraso e do desvio na leitura do processo modernizador futebolístico brasileiro**. SOUZA, Juliano de. e MARCHI JR., Wanderley. Pp. 255-275.

\_\_\_\_\_. **O futebol empresa no Brasil**. PRONI, Marcelo Weishaupt. Pp. 524-553.

\_\_\_\_\_. **Entre políticos e paredros: as relações políticas do futebol brasileiro na primeira metade do século XX**. DRUMOND, Maurício. Pp. 44-61

REIS, Elisa. **Elites Agrárias, State Building e Autoritarismo**. Dados, 25, 3, 1982, pp. 331- 348.

\_\_\_\_\_. **Sociologia política e processos macro-históricos**. In: Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 17, no 38, jan/abr 2015, p. 18-43.

\_\_\_\_\_. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa; 1ª edição, 1998.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. São Paulo: Editora Autêntica; 1ª edição, 2016.

RICUPERO, Bernardo e FERREIRA, Gabriela Nunes. **Estado e sociedade em Oliveira Vianna e Raymundo Faoro**. Dossiê Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 44, pp. 223-227, Maio/Ago, 2005.



ROBINSON, Joshua e CLEGG, Jonathan. **A Liga**: como a Premier League se tornou o negócio mais rico e revolucionário do esporte mundial. Rio de Janeiro: Versal Editora; 1ª edição, 2020.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Editora Perspectiva; 1ª edição, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História Política do Futebol Brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec; 3ª edição, 1993.

SARMENTO, Carlos. **A regra do jogo**: Uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro, CPDOC, 2006.

SCHWARCZ, Lilia e BOTELHO, André. **Público e privado no pensamento social brasileiro**. In: Agenda Brasileira – Temas de uma Sociedade em Mudança. São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2011.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. In: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Editora 34; 6ª edição, 2012.

SKOCPOL, Theda e SOMERS, Margaret. “**The uses of comparative history in macro-social inquiry**”. *Comparative Studies in society and history*, 22 (2), 1980.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1938.

VIANNA, Luiz Werneck. **Weber e a interpretação do Brasil**. In: Jessé Souza (org.), O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira, Brasília, Ed. da UnB, 1998.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VILLAS BÔAS, Gláucia. **Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. de Costa Pinto?** Revista Perspectivas, São Paulo, 28: 79-103, 2005.

WISNIK, José Miguel. **Veneno Remédio - O futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 5ª edição, 1982.

\_\_\_\_\_. “**A ética protestante e o espírito do capitalismo**”. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2004.